

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

Arquivo vivo: o patrimônio documental da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa sob um olhar histórico e cultural (2007-2023).

Renata das Dores Freitas Guilherme
Magister Scientiae

VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025

RENATA DAS DORES FREITAS GUILHERME

Arquivo vivo: o patrimônio documental da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa sob um olhar histórico e cultural (2007-2023).

Dissertação Mestrado Profissional
apresentada à Universidade Federal de
Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em
Patrimônio Cultural Paisagens e
Cidadania, para obtenção do título de
Magister Scientiae.

Orientador: Angelo A. Faria de Assis

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

G956a
2025
Guilherme, Renata das Dores Freitas, 1989-
Arquivo vivo: o patrimônio documental da Divisão de
Saúde da Universidade Federal de Viçosa sob um olhar histórico
e cultural (2007-2023) / Renata das Dores Freitas Guilherme. –
Viçosa, MG, 2025.

1 dissertação eletrônica (103 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de História, 2025.

Referências bibliográficas: f. 83-89.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.290>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Arquivos - Conservação. 2. Arquivos públicos - Viçosa
(MG). 3. Universidade Federal de Viçosa. Divisão de Saúde -
Arquivos . I. Assis, Angelo Adriano Faria de, 1971-.
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História.
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens
e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 651.5

RENATA DAS DORES FREITAS GUILHERME

Arquivo vivo: o patrimônio documental da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa sob um olhar histórico e cultural (2007-2023).

Dissertação Mestrado Profissional
apresentada à Universidade Federal de
Viçosa, como parte das exigências do
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio
Cultural Paisagens e Cidadania, para
obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 27 de fevereiro de 2025.

Assentimento:

Renata das Dores Freitas Guilherme
Autora

Angelo Adriano Faria de Assis
Orientador

Essa dissertação mestrado profissional foi assinada digitalmente pela autora em 13/05/2025 às 21:58:49 e pelo orientador em 15/05/2025 às 15:09:00. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **U2SC.OXNT.UM5F** e clique no botão 'Validar documento'.

Dedico este trabalho aos meus pais, Neusa de Freitas Alves Guilherme e Maurílio Santana Guilherme, que são exemplos de força de vontade, trabalho duro e disciplina.

AGRADECIMENTOS

Gratidão é o sentimento que me transborda!

Agradeço a Deus, sempre, e em primeiro lugar, por ser presença e luz constantes em minha vida, por me fazer sonhar e me capacitar para realizar.

Aos meus pais, Neusa de Freitas Alves Guilherme e Maurílio Santana Guilherme, por acreditarem, muito mais do que eu mesma, em minha capacidade de ir além, por serem os meus maiores incentivadores e nunca medirem esforços para contribuir nesta jornada e em todas as outras que me aventurei, por todos os dias que cuidaram com muito carinho, amor e dedicação da minha filha para que eu pudesse me dedicar à pesquisa.

A minha filha, Alice Freitas e Silva, que aos 4 anos de idade entendeu que a ausência da mamãe em vários momentos foi necessária para o nosso bem no futuro e intercedeu ao papai do céu em suas orações que iluminasse e abençoasse essa pesquisa.

Ao meu esposo, Sandro da Silva Joana, por dividir a vida comigo e nunca ter soltado a minha mão, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos colegas da Divisão de Saúde, por serem exemplo e me incentivarem, por toda ajuda e torcida nesta empreitada.

Ao Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio, Paisagens e Cidadania da UFV, que me deu a oportunidade de retornar à vida acadêmica após muitos anos, trazendo de volta o entusiasmo de me permitir aprender, a partir de um novo olhar, sobre diferentes caminhos da educação. Aos professores, que gentilmente compartilharam conhecimentos e experiências. E aos colegas queridos, agradeço pelo companheirismo e apoio, essenciais durante o processo.

Ao meu orientador, professor Ângelo Adriano Faria de Assis, pela paciência, orientação e acolhimento em minhas indecisões. Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

GUILHERME, Renata das Dores Freitas, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2025. **Arquivo vivo: o patrimônio documental da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa sob um olhar histórico e cultural (2007-2023)**.. Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis.

O presente trabalho reflete acerca dos documentos como parte do patrimônio histórico e cultural brasileiro, trazendo luz ao patrimônio documental da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, situada no campus da cidade de Viçosa, em busca de conhecer as histórias e memórias construídas ao longo de sua existência. O recorte cronológico abrange dois marcos históricos e sociais que refletiram diretamente no funcionamento das Instituições de Ensino, inicia-se em 2007, ano em que o governo federal instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, e finaliza-se em 2023, ano em que foi decretado o fim da Pandemia de covid-19, fato que disseminou medo e insegurança à população em geral mundialmente, interferiu no planejamento acadêmico das instituições de ensino por mais de três anos e representou um desafio à Divisão de Saúde que se manteve em todo tempo na linha de frente do combate ao Coronavírus, acolhendo a comunidade universitária em suas necessidades e apoiando os serviços de saúde do município e região. O objetivo geral desta pesquisa é conhecer o percurso histórico e as memórias da Divisão de Saúde a partir do seu Patrimônio documental e compreender o comportamento dos atendimentos no órgão no período do recorte temporal. Como produto final a pesquisa contribui com uma proposta de intervenção e boas práticas na gestão e organização do acervo arquivístico do órgão. Espera-se que este estudo colabore para a adequação do arquivo e adoção de práticas apropriadas para a preservação do acervo documental da Divisão de Saúde, bem como influencie novas pesquisas em torno da sua história e memórias.

Palavras-chave: patrimônio documental; acervos públicos; divisão de saúde

ABSTRACT

GUILHERME, Renata das Dores Freitas, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2025. **Living archive: the documentary heritage of the Health Division of the Federal University of Viçosa from a historical and cultural perspective (2007-2023).**.. Adviser: Angelo Adriano Faria de Assis.

This paper reflects on documents as part of Brazil's historical and cultural heritage, shedding light on the documentary heritage of the Health Division of the Federal University of Viçosa, located on the campus of the city of Viçosa, in order to understand the stories and memories built throughout its existence. The chronological section covers two historical and social milestones that directly impacted the functioning of educational institutions. It begins in 2007, the year in which the federal government instituted the Support Program for Restructuring and Expansion Plans of Federal Universities - REUNI, and ends in 2023, the year in which the end of the covid-19 Pandemic was declared, a fact that spread fear and insecurity to the general population worldwide, interfered with the academic planning of educational institutions for more than three years, and represented a challenge to the Health Division, which remained at all times on the front line in the fight against the Coronavirus, welcoming the university community in its needs and supporting health services in the municipality and region. The general objective of this research is to understand the historical path and memories of the Health Division based on its documentary heritage and to understand the behavior of the services provided by the agency during the period covered. As a final product, the research contributes with a proposal for intervention and good practices in the management and organization of the agency's archival collection. It is expected that this study will contribute to the adaptation of the archive and the adoption of appropriate practices for the preservation of the Health Division's documentary collection, as well as influence new research on the history and memories of the DSA.

Keywords: documentary heritage; public collections; health division

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sede do Serviço de Saúde em 1965.....	43
Figura 2 – Atual sede da Divisão de Saúde.....	44
Figura 3 – Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.....	45
Figura 4 – Atendimentos nos ambulatórios médicos da Divisão de Saúde.....	63
Figura 5 – Atendimentos nos ambulatórios, categoria usuários.....	65
Figura 6 – Atendimentos covid-19, 2020.....	67
Figura 7 – Diagnósticos e usuários.....	68
Figura 8 – Procedimentos realizados na Enfermagem.....	70
Figura 9 – Quantitativo de pacientes da Fisioterapia.....	72
Figura 10 – Atendimentos na Fonoaudiologia.....	74
Figura 11 – Atendimento no Laboratório de Análises Clínicas.....	75
Figura 12 – Atendimentos DAS, por Projeto.....	76
Figura 13 – Procedimentos na Odontologia.....	78
Figura 14 – Atendimentos na Psicologia.....	79
Quadro 1 – Campanhas, 2023.....	58
Tabela 1 – Taxa de saúde.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – O DOCUMENTO À LUZ DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, NO BRASIL E NA UFV.....	14
1.1 A inclusão do Documento Público ao Patrimônio Histórico e Cultural no Brasil.....	14
1.1.1 Documento.....	19
1.1.2 Documento de arquivo.....	22
1.2 História dos Arquivos.....	26
1.3 A política de Gestão de Documentos e Arquivos da UFV.....	29
CAPÍTULO 2 – PERCURSO HISTÓRICO DO SERVIÇO DE SAÚDE DA ESAV À DIVISÃO DE SAÚDE DA UFV.....	37
2.1 O serviço de saúde.....	37
2.2 A Divisão de Saúde.....	44
2.3 A atuação da Divisão de Saúde na comunidade acadêmica.....	51
CAPÍTULO 3 – DIVISÃO DE SAÚDE ENTRE DOIS MARCOS HISTÓRICOS E SOCIAIS.....	61
3.1 O acolhimento em saúde à comunidade universitária, a partir dos Relatórios Anuais de Gestão da DSA nos anos de 2007 a 2023.....	61
3.1.1 Ambulatórios médicos.....	63
3.1.2 Diagnóstico por imagem.....	67
3.1.3 Enfermagem.....	69
3.1.4 Fisioterapia.....	71
3.1.5 Fonoaudiologia.....	73
3.1.6 Laboratório de Análises Clínicas.....	74
3.1.7 Nutrição.....	76
3.1.8 Odontologia.....	77
3.1.9 Psicologia.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
FONTES.....	82
REFERÊNCIAS.....	82
ANEXO 1 – PRODUTO.....	89

INTRODUÇÃO

A noção de patrimônio vem sendo aperfeiçoada com o tempo, inicialmente apresentava sentido restrito de bens materiais, monumentais e colecionáveis, transmitidos como herança entre as gerações. O amadurecimento conceitual de patrimônio incorporou entendimento e reconhecimento de diferentes fontes e manifestações culturais, agregando diversidade e inclusão social de comunidades que foram por séculos invisibilizadas.

O presente estudo trata especificamente das fontes documentais, como instrumento de salvaguarda e transmissão de informações e memórias, bem como de seus locais de guarda, os arquivos. Os documentos pertencentes às instituições públicas são considerados elementos patrimoniais desde a Constituição Federal de 1988, por conterem registros de referência à identidade, ação e memória nacional¹.

O Patrimônio documental configura-se em conjuntos de diferentes elementos, como os materiais escritos, fotográficos, audiovisuais e digitais, reúne registros de modo a contribuir para preservação da história, que se torna com o tempo frágeis lembranças. Os acervos arquivísticos funcionam como suportes materiais para recordação e interpretação dos acontecimentos passados, auxiliam na complementação de narrativas fragmentadas, e podem também ser confrontadas, visto que as histórias não são únicas, elas contêm diferentes vertentes e múltiplas perspectivas.

Os arquivos há muito tempo são associados, não raro, pelo senso comum, a papéis velhos e sem serventia, guardados em caixas empoeiradas e amontoadas no “arquivo morto”. No entanto, ao contrário desta expressão, ao debruçarmo-nos no universo arquivístico e compreender melhor os ciclos dos documentos e os fluxos entre os arquivos, percebemos que estes são, na realidade, vivos e dinâmicos².

Esta pesquisa analisará parte do acervo documental do arquivo da Divisão de Saúde (DSA) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Localizada no *campus* da cidade de Viçosa, na região da Zona da Mata do estado de Minas Gerais. A DSA é vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD) e foi inaugurada, oficialmente, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 02 de julho de 1982.

A escolha desta Divisão como lugar de pesquisa deve-se pela minha atuação profissional nela, desde 2017, reconhecendo assim os seus valores social e histórico, os quais

¹ BRASIL [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

² ARQUIVO NACIONAL. Escola Virtual do Governo. Introdução às Práticas Arquivísticas. 2021. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/559>. Acesso em: 18 dez. 2023.

apoiam-se nos três pilares da linha de pesquisa deste mestrado, “Patrimônio, memória e identidade”, visto que, apesar de não ser tombada, a Divisão de Saúde pode ser considerada um patrimônio público, carregado de valores e memórias, em razão do acolhimento, cuidado e assistência prestados aos pacientes em momentos de fragilidade, enquanto sua identidade institucional está comprometida com o direito social à saúde, que é garantido pela Constituição Federal.

O recorte temporal abrange dois marcos históricos e sociais que refletiram diretamente nas Instituições de Ensino, dando início em 2007, ano em que o governo federal instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e finalizando em 2023, ano em que foi decretado o fim da Pandemia de covid-19, fato que afetou todo o planejamento acadêmico da instituição por cerca de quatro anos e representou um desafio à Divisão de Saúde.

O interesse pela realização do estudo no arquivo da Divisão de Saúde, surgiu em função de uma demanda levantada pela chefia deste órgão, em esvaziar a atual sala de arquivo, para dar espaço a uma secretaria de apoio administrativo, que acarretaria na transferência de todos os documentos ali mantidos para uma outra sala, com uma nova estrutura que favoreceria a forma de organização, em local mais afastado do trânsito principal, dos pacientes e dos servidores.

Esta situação despertou-me um olhar crítico sobre aquele arquivo, que há tempos me incomodava ao ver o tratamento inapropriado dado a ele, sem a devida importância que necessita, com os documentos guardados de forma desordenada, amontoados em armários e caixas, tornando muito difícil o acesso e localização dos mesmos quando necessário.

Tudo isso, juntamente ao recente processo de modernização, com a implantação de agendamentos eletrônicos, que substituiu as agendas em papel por um sistema online, e o desejo por parte dos gestores de iminente alteração dos prontuários de papel por prontuários digitais, que se desdobrará em um novo formato de arquivo das atividades-fim da Divisão de Saúde, o digital, me fez escolhê-lo como objeto de estudo nesta jornada do mestrado.

Diante desse cenário, decidi aprender um pouco sobre gestão documental e de arquivos, para poder contribuir, não apenas com a transferência do arquivo para outro local, mas para, de fato, que a Divisão de Saúde tenha um arquivo eficiente, mantendo sob guarda apenas os documentos realmente importantes, dentro do prazo necessário, com métodos de ordenação, classificação e rastreio.

Fiz, então, um curso de Práticas Arquivísticas oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), elaborado em 2021 em parceria com o Arquivo Nacional e a

Universidade Federal Fluminense. Em meio a tantas informações e conhecimentos adquiridos, propus à chefia da Divisão de Saúde fazer do arquivo meu objeto de estudo, e com a pesquisa ajudar na sua gestão documental, no que a chefia concordou, autorizando a pesquisa e se colocando à disposição para a realização das funções que cabem à administração neste processo.

Os documentos institucionais são produzidos em razão da execução de suas diversas funções, que se subdividem em atividades-meio e atividades-fim. As atividades-meio são aquelas referentes à administração e de suporte ao funcionamento em geral, já as atividades-fim ou atividades finalísticas dizem respeito às atividades principais desenvolvidas, aquelas que motivam a existência do órgão e determinam a sua essência³.

A preservação dos documentos institucionais é fundamental, independentemente de seu suporte (físico ou digital), pois são fonte da sua história e memória. Permitem, através de seus registros, a sobrevivência e transmissão de informações, que revelam seu percurso, desde a origem, criação, missão, estruturação, desenvolvimento de suas atividades e cultura organizacional. Para isso faz-se necessário o gerenciamento documental, com avaliação prévia, racionalização dos fluxos internos, classificação e destinação final dos documentos. E claro, é indispensável a existência de uma estrutura física adequada para o armazenamento.

No âmbito do poder executivo federal, os órgãos e entidades devem seguir as orientações do Arquivo Nacional (AN) no que tange à gestão e padronização dos arquivos. Este é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (SIGA), do poder executivo federal, e tem como finalidade implementar a política nacional de arquivos, por meio da orientação e assessoramento aos órgãos e entidades.

O Arquivo Nacional dispõe de dois instrumentos técnicos de gestão documental: o Código de Classificação de Documentos de Arquivo (CCDA), que é um planejamento de ordenação e atribuição de categorias aos documentos, de acordo com o seu conteúdo e a hierarquia das funções e atividades que o produzem; e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo (TTDDA), que é uma ferramenta de destinação, aprovada por autoridade competente, a qual determina prazos de guarda, e a destinação final dos documentos, que pode ser o recolhimento ao arquivo permanente ou a sua eliminação.

Desta forma, o presente estudo tem como objetivo geral compreender o percurso histórico e as memórias da Divisão de Saúde a partir do seu Patrimônio documental e entender o comportamento dos atendimentos no órgão no período do recorte temporal.

³ FEIJÓ, Diego de Vargas. **Critérios de distinção entre atividade-fim e atividade-meio para fins de terceirização**. 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31371/000780173.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Para alcançar o objetivo geral, o estudo lança mão de três objetivos específicos, tais quais: (1) Realizar levantamento teórico e bibliográfico acerca dos acervos arquivísticos como patrimônio documental; (2) Compreender o percurso histórico da DSA a partir dos conjuntos documentais presentes em seu arquivo; (3) Analisar os Relatórios de Gestão Anuais da DSA para entender o comportamento dos seus atendimentos entre os anos 2007 e 2023.

A metodologia dispõe de abordagem qualitativa, utilizando os métodos exploratório e descritivo, em busca de compreender o percurso histórico e as memórias institucionais da Divisão de Saúde, visando estudar o Patrimônio documental abrigado em seu arquivo.

Inicialmente, contamos com um levantamento teórico e bibliográfico pertinente ao tema. Esta etapa é muito importante, pois permite o aprofundamento conceitual, o mapeamento de quem já escreveu e o que já foi escrito sobre o assunto e os aspectos que já foram abordados, proporcionando sustentação ao desenvolvimento da pesquisa⁴.

O projeto dessa pesquisa passou por submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) devido à presença de prontuários de saúde pessoal dentro do universo documental presente no arquivo estudado. Logo após a aprovação pelo CEP e a revisão teórica e bibliográfica iniciaram as investigações aos conjuntos documentais ocupantes do arquivo.

Os dados obtidos foram analisados mediante análise documental, a fim de inferir informações importantes acerca da existência e do funcionamento da Divisão de Saúde. Segundo Bardin⁵, a análise documental refere-se ao tratamento empregado às informações impressas nos documentos acumulados, objetivando processá-las de modo a concentrar o máximo de informações pertinentes, facilitando assim a compreensão do leitor. Para a autora, “a análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados”⁶, desta forma o resultado deste estudo poderá engatilhar um trabalho maior no órgão, tendo em vista a importância de um arquivo bem gerido, com os documentos catalogados e inseridos em banco de dados.

A dissertação estrutura-se nesta introdução, que traz contextualização do tema, com a apresentação inicial da Divisão de Saúde e de seu arquivo, que é o objeto de estudo desta pesquisa, discorre brevemente a respeito da importância dos arquivos no que se refere à história e à memória institucional, e traz informações a respeito da orientação do governo federal para gestão e padronização dos arquivos dos órgãos e instituições pertencentes a esta

⁴ SILVA, Edna Lucia; MENEZES, Eстера Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, v. 123, n. 4, p. 138, 2005. Disponível em: metodologia_da_pesquisa_e_elaboracao_de_dissertacao-libre.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

⁵ BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 225.

⁶ *Ibidem*, p. 46.

esfera do poder, conforme as instruções legislativas do Arquivo Nacional. A introdução expressa também os objetivos da pesquisa e os métodos e técnicas empreendidos para alcançá-los.

Em sequência, a dissertação divide-se em três capítulos: o primeiro, intitulado “O Documento à luz do Patrimônio Histórico e Cultural, no Brasil e na UFV”, traz revisão teórica e bibliográfica acerca da inclusão dos documentos ao rol de patrimônio histórico e cultural brasileiro, com enfoque nos arquivos como local de guarda da história e memória coletiva e institucional, bem como profere a respeito da política de gestão de documentos e arquivos da UFV.

O segundo capítulo, com o título “O percurso histórico do Serviço de Saúde da ESAV à Divisão de Saúde da UFV”, remete à constituição e construção da antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), em 1926, conjuntamente ao seu Serviço de Saúde, passando pela transformação em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), em 1948, e depois em Universidade Federal de Viçosa, em 1969, e a sua Divisão de Saúde, em 1982.

O terceiro capítulo conta sobre o funcionamento da DSA a partir do seu acervo documental, com o título “A Divisão de Saúde entre dois marcos históricos e sociais”, analisa os Relatórios de Gestão Anuais do órgão, em busca de compreender o comportamento dos atendimentos prestados à comunidade acadêmica no período que abarca a instituição do Reuni em 2007 ao fim da Pandemia de covid-19 em 2023.

Por fim, a segunda parte da dissertação apresenta como Produto Final deste mestrado uma Proposta de intervenção à gestão documental e organização do Arquivo Físico da Divisão de Saúde. Após contribuir com o estudo histórico e cultural, o arquivo recebe um olhar técnico, visando adequação da situação física e gerencial, de modo a assegurar a proteção do seu patrimônio documental.

Com o intuito de alcançar padronização e eficiência nos processos de produção, tramitação e destinação final dos documentos da DSA, a Proposta de intervenção compreendida neste trabalho, buscou integrar a Política de Gestão de Documentos e Arquivos e o Sistema de Arquivos da UFV às orientações do Arquivo Nacional e às diretrizes do guia *Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo*, elaborado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em 2005.

CAPÍTULO 1 – O DOCUMENTO À LUZ DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, NO BRASIL E NA UFV

O primeiro capítulo apresenta o embasamento teórico e bibliográfico em relação à construção histórica do documento como fonte de registro e transmissão de informações, bem como o processo de sua inclusão ao rol de patrimônio histórico e cultural brasileiro, delegando ao Estado a responsabilidade pela gestão e conservação da documentação governamental e a disponibilização de acesso do documento público ao cidadão que necessitar.

Aborda também as legislações em torno dos documentos e arquivos pertencentes às instituições no âmbito do poder executivo federal, que orienta e normatiza as práticas de padronização para preservação dos documentos e manutenção da organização dos arquivos, por meio dos instrumentos de gestão documental disponibilizados pelo Arquivo Nacional – órgão responsável pela gestão do patrimônio documental nacional.

Abrange ainda os instrumentos de gestão, proteção e divulgação dos documentos institucionais da Universidade Federal de Viçosa, trazendo luz à política de gestão de documentos e arquivos, criada no ano de 2023, visando integração dos órgãos produtores e acumuladores de documentos à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), criada em 2022, e que possui em sua pauta de competências, a orientação e assessoramento no processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada nos Departamentos e Divisões da UFV, visando a destinação dos documentos – a guarda permanente ou a eliminação daqueles destituídos de valor.

1.1 A inclusão do Documento Público ao Patrimônio Histórico e Cultural no Brasil

Refletir sobre o Patrimônio Histórico e Cultural nos leva a pensar naquilo que nos representa, que desperta a memória coletiva e simboliza valor e pertencimento às diversas comunidades. No Brasil, o despertar para a valorização do patrimônio nacional aconteceu na década de 1930 quando houve mobilização por parte do governo em proteger os seus bens culturais, em prol do fortalecimento da identidade da nação brasileira. A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, trouxe o texto:

Art. 148. Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das sciencias, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger

os objectos de interesse historico e o patrimonio artistico do paiz, bem como prestar assistencia ao trabalhador intellectual⁷.

A partir desta constituição, o estado assumiu a responsabilidade pelo desenvolvimento da cultura e proteção do seu patrimônio histórico e artístico, ainda que de forma genérica, sem nenhuma normatização ou instrumento específico para efetivar essa proteção, o que só veio a dar início dois anos após, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1936. Este órgão, por meio dos seus especialistas intelectuais, foi então responsável por selecionar e preservar os itens que constituiriam a memória nacional.

Em 1937, foi aprovado o Decreto-Lei nº 25 publicado em 30 de novembro de 1937, cujo objetivo era organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, criou um mecanismo para, de fato, garantir a proteção dos bens, o tombamento, que consiste no reconhecimento de sua importância a partir da inscrição do bem em um Livro do Tombo. Sobre a normatização do patrimônio, o Decreto-Lei nº 25 trouxe a seguinte redação:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 4º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras⁸.

⁷ BRASIL [Constituição (1934)]. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

⁸ BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de 3 novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Acesso em: 27 jun. 2024.

O Decreto-Lei nº 25 então regulamentou as ações do SPHAN, amparando-o com instrumento legal de preservação patrimonial, conceituou e delimitou o patrimônio cultural, guiando assim as escolhas e julgamentos dos profissionais do órgão.

No passado, o patrimônio nacional brasileiro constituiu-se sob grande influência europeia, devido aos traços deixados pelo período colonial, e como expressou-se Marins⁹, pela trajetória de preservação conservadora traçada pelo padrão elitista, exclusivo e excludente, oriundo das escolhas realizadas e dos agentes formadores que as escolheram, sob as vertentes das políticas culturais que se pautavam na escala monumental, erudita e na ancianidade, ignorando o legado das populações indígenas e das camadas populares.

Miceli¹⁰ diz que a política brasileira do patrimônio ostenta a marca classista, tendo o SPHAN privilegiado a representação patrimonial de todas as frações da classe dirigente brasileira, firmando inequivocamente a seleção do patrimônio nos bens de “pedra e cal” em detrimento às demais modalidades de acervo, ao custo da diluição de marcas sociais e amnésia cultural das populações negras e dos povos indígenas.

Smith¹¹ entende o Patrimônio como “uma negociação política subjetiva de identidade, lugar e memória”, sendo o Patrimônio formado por processos decisórios em preservar ou não determinados lugares, objetos físicos e elementos intangíveis, nos quais momentos, valores e sentidos culturais e sociais são (re)construídos para nos ajudar a interpretar o presente, as nossas identidades e dar sentido aos lugares físicos e sociais.

A autora complementa, dizendo que o Patrimônio é uma performance corporificada, a interação entre ação e discursos a fim de criar ou recriar significados e despertar atividades como lembrar, comemorar, comunicar e transmitir conhecimentos e memórias, que ocorre em diferentes escalas e contextos. No âmbito institucional, por exemplo, o governo e instituições agem por meio do desenvolvimento e implantação de políticas públicas culturais e de financiamento, nas escolhas dos profissionais responsáveis pela formação de coleções museológicas, exposições e na conservação ou preservação dos bens culturais¹².

A constituição do patrimônio se dá, também, no âmbito da comunidade e de suas expressões, apesar de haver frequentemente conflitos no entendimento profissional entre a

⁹ MARINS, Paulo César Garcez. Novos Patrimônios, um novo Brasil: Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 57, p. 9-28, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862016000100002>. Acesso em: 24 jun. 2024.

¹⁰ MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 22, p. 44-47, 1987. 44p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf. Acesso em: 08 jul. 2024.

¹¹ SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 2, 2021. 141p. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufjf.br/caderno/article/view/1957/749>. Acesso em: 10 jul. 2024.

¹² Ibidem.

constituição do patrimônio nacional e o patrimônio dos diferentes grupos comunitários. Outro contexto é no âmbito familiar e do indivíduo, em que o patrimônio constitui-se na transmissão de narrativas familiares pelas gerações anteriores, nos álbuns de fotografias, na guarda das relíquias de famílias e as histórias que elas representam¹³.

Gonçalves¹⁴ (2003, p. 26-27) diz que a noção de patrimônio tem origem no mundo clássico e esteve presente na Idade Média, mas a Modernidade é que trouxe os seus contornos, conforme as construções históricas que delimitaram e continuam delimitando suas divisões em categorias de pensamentos como economia, cultura, natureza, magia etc. O autor diz ainda que o Patrimônio nos possibilita transitar de uma cultura a outra, ao percebermos as diversas dimensões semânticas assumidas por ele e suas representações.

Portanto, a noção de Patrimônio é importante não somente para a formação da identidade nacional, mas também para a construção e confirmação da identidade individual e de todos os grupos sociais. Numa lenta trajetória de aperfeiçoamento, o Decreto-lei nº 25 determinou os rumos do patrimônio histórico e cultural brasileiro até a Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, que, por sua vez, ampliou o conceito, abrangendo os bens de natureza imaterial, democratizando-o, protegendo as culturas populares dos diferentes povos pertencentes ao país e trouxe novos instrumentos a favor da execução da preservação.

O artigo 216 a Constituição Federal de 1988 trata especificamente do patrimônio cultural brasileiro, antes referenciado como patrimônio histórico e artístico pelo Decreto-Lei nº 25. A Constituição traz novo dimensionamento aos bens, reconhecendo o valor da identidade, ação e memória dos diferentes povos que compõem a sociedade brasileira:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem¹⁵.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Patrimônio como categoria de pensamento em Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina Editora, 2003.

A Constituição de 1988 garante a todos os cidadãos o direito e acesso às fontes de cultura nacional, incentiva a valorização das diferentes manifestações culturais, e amplia a lista de instrumentos destinados à promoção e proteção do patrimônio, incluindo, para além do tombamento, os inventários, os registros, a vigilância e a desapropriação, estabelece também punição aos causadores de danos e de ameaças ao patrimônio cultural.

Este estudo tem como foco, os documentos, como elemento constituinte do Patrimônio, e o entende como importante ferramenta de registro de informações, e detentor de valor histórico, cultural e probatório. Evidenciados no segundo parágrafo do artigo 216 da Constituição de 1988, no que tange ao trato específico da documentação governamental, fica a cargo da administração pública a gestão e disponibilização para a sua consulta¹⁶.

Assim como nós possuímos documentos pessoais que comprovam a nossa identidade, são essenciais para exercermos a cidadania e temos os documentos que revelam as condições da nossa saúde, as instituições também possuem documentos fundamentais à sua identidade, primordiais para o seu funcionamento e que transparecem a sua saúde econômica e financeira, por exemplo. Os documentos institucionais são importantes ferramentas de gestão, pois auxiliam nas tomadas de decisões, tanto no presente quanto no futuro, e possuem valor social e probatório.

Além disso, eles são fontes da história e da memória institucional, independentemente de seu suporte (físico ou digital), permitindo, através de seus registros, a sobrevivência e transmissão de informações entre as gerações. Quanto à Divisão de Saúde, o seu patrimônio documental está incluído nos documentos cotidianos de suas atividades administrativas, juntamente aos registros dos diversos atendimentos em saúde, e ainda nos documentos recebidos de outros órgãos relacionados às atividades externas e em conjunto aos demais departamentos da UFV e até mesmo a outras instituições.

Por ser uma unidade de saúde que detém informações particulares da saúde dos pacientes atendidos registradas em prontuários, a DSA deve atender, inclusive, às diretrizes da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o acesso à informação e exprime, em seu Art. 31 “O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais”¹⁷.

¹⁵ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

Com isso, evidencia-se a responsabilidade do serviço público no que tange à sua documentação - em especial, a documentação a nível de informações pessoais, como é o caso da DSA. A seguir aprofundamos conceitualmente no entendimento de documento e de seu valor histórico, bem como nas especificidades dos documentos de arquivo.

1.1.1 Documento

Para Le Goff¹⁸, a sobrevivência do passado cumpre-se por meio dos documentos e dos monumentos, selecionados pelas forças que os operam no tempo ou por aqueles que se dedicam à ciência do passado, os historiadores, transformando esses elementos em materiais da memória coletiva e da história.

Percebe-se, com isso, o poder e a responsabilidade dos historiadores, ou de qualquer outro especialista, que detêm a função de avaliar e selecionar o que será lembrado como referência do passado, delineando os contornos do enquadramento histórico. Salienta-se com isso a necessidade de capacitação adequada, e ética no processo de avaliação de documentos que refletem a memória coletiva, com intuito de não apagar acontecimentos, em favor de interesses pessoais, ou de determinados grupos sociais.

Outra questão relevante levantada por Le Goff é a crítica quanto à veracidade dos documentos, o que torna um desafio aos historiadores:

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental, e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento - qualquer que ele seja - enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.¹⁹

Neste sentido, Le Goff alerta aos historiadores que não façam papel de ingênuos, visto que os documentos resultam do esforço das sociedades históricas, intencionalmente, para impor ao futuro a imagem que querem transmitir de si próprias. A análise do documento não deve ser feita com uma única crítica histórica, mas sim em perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual e sobretudo, enquanto instrumento de poder²⁰. Ou seja, a avaliação documental deve firmar-se numa leitura multidisciplinar, de forma a analisar todo o

¹⁸ LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. (p. 525-541).

¹⁹ *Ibidem*, p. 534.

²⁰ *Ibidem*.

contexto envolto à geração dos fatos e não somente as ações lineares expressas. É necessário pensar a respeito da finalidade da criação dos documentos, da relação entre o autor e o assunto que se trata e a representatividade do texto para o coletivo.

Ferreira²¹ julga inadequado o modelo dominante em que a História supervalorizou os documentos escritos até o século XIX, estabelecendo hierarquia às fontes no campo do conhecimento, negligenciando as causas mais profundas dos eventos, a história contemporânea e as versões das camadas populares da sociedade, como os negros, as mulheres, os imigrantes, etc. Complementa ainda dizendo que os documentos dificilmente transparecem “os tortuosos meandros dos processos decisórios”²² que permeiam as articulações pessoais realizadas por telefone ou pessoalmente, provocando lacunas documentais. Por tanto a adoção de outras fontes, como as fontes orais por exemplo, podem suprir os lapsos de informações e até confrontar os documentos escritos.

Para Menezes²³, o documento é um suporte de informações, mas que não deve ser reduzido a uma categoria específica, devendo-se considerar que qualquer objeto independente de sua matéria-prima, processamento, tecnologia e condições sociais de fabricação, forma ou função, funciona como fonte de informação, ou seja, como um tipo de documento. No entanto, o que faz de um objeto, documento, é o trabalho metodológico e crítico do historiador; qualquer operação com documentos é de natureza retórica, os critérios e procedimentos aplicados pelos historiadores é que determinam o alcance dos conteúdos expressos neles.

Do ponto de vista de Parkinson²⁴, os documentos são muito mais do que registro de prestação de contas das atividades praticadas, e devem ser considerados responsabilidade histórica, como ferramenta de compreensão de uma geração à outra. Através dos documentos, grupos de indivíduos se identificam pela história e memória em comum, fortalecem o seu entendimento, coesão e legitimidade. A responsabilidade de prestação de contas histórica, seja descrevendo, explicando ou justificando os acontecimentos, explica-se pelo fato de que as relações entre as famílias, as nações e as instituições, prevalecem além do tempo de vida de qualquer dos seus membros.

²¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: um inventário das diferenças. In: **Entre-vistas**: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 1994.

²² *Ibidem*, p. 7.

²³ MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

²⁴ PARKINSON, Jane. **Accountability in archival science**. Universidade da Columbia Britânica, 1993. 85-86. Disponível em: [ubc_1993_spring_parkinson_jane.pdf](#). Acesso em: 15 abr. 2024.

Os documentos, no geral, são mantidos em arquivos, visando a preservação da história e da memória individual ou coletiva. Especificamente, no caso desta pesquisa, em que o arquivo estudado pertence a uma unidade de saúde dentro de um ambiente institucional de educação, os documentos produzidos e recebidos são múltiplos e correspondem desde a história e memória institucional, a documentos sigilosos, como os prontuários, que contém informações pessoais da saúde dos seus pacientes.

Para Duranti²⁵, os arquivos representam, há milênios, fontes da administração, do direito, da história, da cultura e da informação, destacando que os registros documentais pertencentes aos materiais arquivísticos são somente aqueles gerados ou recebidos no curso das atividades pessoais ou institucionais, constituindo-se em seus instrumentos ou subprodutos, ou servindo ainda como prova às atividades que contribuíram para criar, eliminar, manter ou modificar, ou seja, mesmo que todo documento seja objeto de registro de informações, nem todos são considerados documentos de arquivo.

Conforme Sousa²⁶, as instituições lançam mão de diversas informações que auxiliam e subsidiam as atividades, entretanto, esses são materiais de referência, não podem e nem devem ser confundidos com os registros gerados a partir de atividades específicas vinculadas direta ou indiretamente à sua missão. Ou seja, na rotina institucional produz-se documentos aleatórios, que auxiliam a realização das atividades, mas que não possuem importância histórica ou probatória, podendo ser eliminados assim que finalizada a sua utilização, ao passo em que se produz também documentos resultantes das atividades, que dizem respeito ao funcionamento e ao contexto em que foram criados, possuindo assim valor histórico ou probatório, e portanto fará parte do arquivo, pois poderá contribuir futuramente com dados para consultas e tomada de decisões. O autor exemplifica os documentos que não devem fazer parte dos acervos arquivísticos:

Documentação promocional não solicitada e sem interesse para o destinatário;

- Legislação de interesse geral;
- Manuais de procedimentos para o cumprimento de preceitos legais;
- Normas de redação;
- Recortes de periódicos sem assuntos de interesses diversos;
- Modelos de preenchimento de formulários;
- Textos usados.²⁷

²⁵ DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**. v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1976/2164>. Acesso em: 10 abr. 2024.

²⁶ SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Gestão de Documentos no Brasil: uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora LTDA, 2023. p. 216.

²⁷ *Ibidem*, p. 39.

Diante do exposto, evidencia-se o valor histórico dos documentos, a sua importância na perpetuação da informação, dos acontecimentos e, principalmente, a sua utilização como forma de armazenar história e memória; destaca-se, também, o imprescindível papel do historiador e sua função crítica e metodológica em relação aos documentos, sabendo-se que, assim como os monumentos, os documentos também são criados e manipulados intencionalmente a critério do poder que é exercido sobre ele, e do que pretendem transmitir.

1.1.2 Documento de arquivo

Como visto, nem todo documento consiste em documento de arquivo. Conforme explica Duranti²⁸, os documentos salvaguardados nos arquivos devem conter características básicas as quais permitam que a análise metodológica dos registros alcance a compreensão necessária do passado imediato e histórico, tanto para propósitos administrativos, culturais, do direito que regula a conduta da sociedade, e da história, que a explica. De fato, os documentos de arquivo devem possibilitar a reconstrução mental do passado para julgamentos e interpretações. Desta forma, a autora aponta cinco características fundamentais que os documentos arquivísticos precisam conter:

- Imparcialidade: Os registros são inerentemente verdadeiros, expressam as razões pela qual são produzidos, como parte das atividades desenvolvidas, as circunstâncias de sua criação e as rotinas processuais. É dever primordial dos arquivistas proteger os documentos contra a manipulação ilegítima ou a destruição. Ressalta-se que a imparcialidade não garante que os documentos reproduzem os fatos e atos dos quais são parte, “o contexto mais amplo da atividade geradora dos documentos e o ambiente cultural no qual seus intérpretes vivem são fatores essenciais para a compreensão da verdade que pode ser extraída dos documentos”;
- Autenticidade: Os documentos são autênticos porque fazem parte de um processo contínuo de criação, manutenção e custódia. São criados para que as ações se realizem através deles, são mantidos como garantia para futuras ações ou informações, e são tacitamente julgados como testemunhos escritos de suas atividades no passado, e por isso dignos de serem preservados;
- Naturalidade: A naturalidade remete à maneira como os documentos se acumulam de forma contínua e progressiva, em função das atividades práticas e dos objetivos da administração, admitindo uma coesão espontânea, mesmo que estruturada;
- Inter-relacionamento: Deve-se ao fato das relações que os documentos estabelecem com outros, no decorrer das transações conforme as necessidades, ocasionando dependência entre eles para extrair seus significados e capacidade probatória do curso de fatos e atos passados;

²⁸ DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**. v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1976/2164>. Acesso em: 10 abr. 2024.

- Unicidade: Significa que cada registro documental assume um lugar único na estrutura do grupo ao qual pertence e no universo documental. Mesmo as cópias existentes, caso necessário, são únicas em seu lugar, uma vez que o contexto de suas relações com outros registros é sempre único²⁹.

No que se refere à Autenticidade, complementa-se ainda que “o documento de arquivo é o que diz ser, independentemente de se tratar de minuta, original ou cópia, sendo livre de adulterações ou qualquer outro tipo de corrupção”³⁰.

Outra característica fundamental ao documento de arquivo é a Confiabilidade, ou Fidedignidade, pois é necessário que ele tenha a capacidade de sustentar os fatos que atesta, estar relacionada ao momento em que é produzido e à veracidade de seu conteúdo.

Ainda sobre as características dos documentos de arquivo, Sousa³¹ destaca a afirmação de Esteban Navarro de que os traços que o diferem não são o suporte e nem o conteúdo informativo, mas sim, a origem, o modo pelo qual é produzido e a sua função, resultando em três características singulares: a primeira é a involuntariedade, pois o documento de arquivo não é resultado de um ato voluntário, e sim um produto da atividade natural de uma instituição, criado para seu auxílio e também destinado a deixar testemunho de sua gestão; a segunda é a sua organicidade, e a terceira é a sua unidade, visto que por ser objeto único e não repetível, e surgir mediante processos esquematizados pela instituição, originam um conjunto de documentos ligados entre si, desta forma organicidade condiz então com os agrupamentos documentais que os contextualizam, permitindo o seu entendimento de forma completa, diante da multiplicidade de classe das informações, dos variados tipos de suporte material e formas de representação, contidas nos documentos de arquivo.

A administração pública compõe-se de órgãos e entidades que atuam em diversos domínios do conhecimento, levando a grande produção e recebimento de documentos arquivísticos. É importante atentar-se que esses documentos não constituem fim em si mesmos - eles respondem, principalmente, à necessidade dos seres humanos de obter informações que o assegurem em suas ações, decisões, provas, manter ou restabelecer direitos e analisar, retrospectivamente, os fatos, as ações e os objetos³².

Além dos suportes do documento de arquivo que podem ser diversos, como fotografias, cartazes, mapas, plantas arquitetônicas, filmes e vídeos, registros sonoros,

²⁹ *Ibidem*, p. 50-51.

³⁰ ARQUIVO NACIONAL. Escola Virtual do Governo. **Introdução às Práticas Arquivísticas**. 2021. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/559>. Acesso em: 18 dez. 2023.

³¹ SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Gestão de Documentos no Brasil**: uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora LTDA, 2023. p. 27.

³² ARQUIVO NACIONAL. Escola Virtual do Governo. **Introdução às Práticas Arquivísticas**. 2021. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/559>. Acesso em: 18 dez. 2023.

partituras musicais, e os digitais, estes ainda se subclassificam em gênero, espécie, tipo e natureza do assunto, como exemplificado:

O gênero documental é entendido como a reunião de espécies documentais semelhantes pela linguagem utilizada no registro das atividades - por exemplo podem ser textuais, cartográficos, audiovisuais, iconográficos (imagens fixas), musicográficos ou sonoros.

Enquanto a espécie documental é a divisão dos tipos documentais reunidos de acordo com o seu formato, é a disposição da informação dentro do suporte, tomando como exemplo o gênero textual, temos as espécies: regimento, apostila, ata, certidão, atestado, convênio, contrato, ofício, carta, edital, notificação, alvará, entre outros.

O tipo documental consiste na divisão da espécie juntamente à finalidade do documento, utilizando como exemplo a espécie documental *certidão*, temos os tipos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certidão de ônus reais, entre outros. Outra espécie documental para ilustrar é o *contrato*, que possui os tipos: contrato de compra e venda, contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços, entre outros.

A natureza do assunto, caracteriza-se de duas formas: documentos ostensivos ou sigilosos. Os documentos ostensivos não possuem restrição de acesso, sua divulgação não é prejudicial ao órgão ou entidade e nem aos seus servidores, podendo então ser de domínio público. Já os documentos sigilosos possuem informações que demandam acesso restrito e medidas especiais de salvaguarda para custódia e divulgação. São atribuídos a eles grau de sigilo, ou classificação de segurança, conforme a legislação em vigor³³.

Por fim, os documentos de arquivo são classificados quanto o seu valor primário ou secundário, é esta classificação que definirá o ciclo de vida deles, apoiará o plano de classificação e codificação e a avaliação que apontará a destinação final do documento, podendo ser a eliminação ou o recolhimento para a guarda permanente.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o valor primário dos documentos é atribuído em função do interesse que a unidade produtora tenha sobre ele, considerando a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais³⁴. O valor primário, refere-se ao motivo da criação do documento, e em virtude deste valor deve-se pressupor o estabelecimento de prazos de guarda e sua destinação final.

Para Sousa³⁵, todo documento de arquivo nasce com o valor primário, e este valor desaparece com o tempo, tendo como diferença apenas o período em que isso ocorre para

³³ *Ibidem*.

³⁴ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005b. 232p.; 30cm. Publicações Técnicas; n° 51.

cada documento. O autor indica duas variáveis que levam à extinção do valor primário: quando o documento não apoia mais as atividades cotidianas; ou quando finaliza a atividade ou projeto em que está vinculado, esgotando assim a sua necessidade.

Em relação à Divisão de Saúde, podemos utilizar como exemplo os prontuários médicos, que são documentos produzidos ligados diretamente à atividade principal do órgão, os atendimentos em saúde. O valor primário deles é instituído juntamente à sua criação, no momento da primeira consulta do paciente, enquanto a extinção desse valor, corresponde ao estabelecido pela Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.639 de 2002, em seu Art. 4º, os prontuários em suporte de papel, devem ser preservados pelo prazo mínimo de 20 (vinte) anos, a partir do último registro.

Os prontuários são documentos necessários para registros relacionados à sua saúde, desde as queixas do paciente, aos médicos que o atenderam, os tratamentos realizados, medicamentos utilizados, entre outras informações. O valor primário contará a partir da criação do documento, passando por todo o período em que o paciente mantiver vínculo com a instituição, e este valor somente se findará após 20 (vinte) anos da data do último registro de atendimento.

Já o valor secundário, conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, é atribuído a um documento cujo conteúdo seja de interesse para a entidade produtora ou outros usuários, após a extinção do valor primário, visando sua utilização com finalidade diferente da qual foi originalmente produzido³⁶.

Compreende-se também como valor secundário dos documentos, a importância do seu conteúdo como fonte de pesquisa e informação, tanto para a própria administração quanto para terceiros³⁷. Os documentos detentores de valor secundário são aqueles que carregam as memórias das instituições; permitem através de seus registros o conhecimento do seu percurso no tempo, e são considerados de valor histórico, o que leva à necessidade de sua guarda permanente.

Retomando o exemplo utilizado, os prontuários médicos, e a Resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) nº 1.639 de 2002, em relação ao valor secundário, destacamos:

³⁵ SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Gestão de Documentos no Brasil**: uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora LTDA, 2023.

³⁶ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005b. 232p.; 30cm. Publicações Técnicas; nº 51.

³⁷ ARQUIVO NACIONAL. Escola Virtual do Governo. **Introdução às Práticas Arquivísticas**. 2021. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/559>. Acesso em: 18 dez. 2023.

Art. 4º - Estabelecer o prazo mínimo de 20 (vinte) anos, a partir do último registro, para a preservação dos prontuários médicos em suporte de papel. Parágrafo único – Findo o prazo estabelecido no caput, e considerando o valor secundário dos prontuários, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, após consulta à Comissão de Revisão de Prontuários, deverá elaborar e aplicar critérios de amostragem para a preservação definitiva dos documentos em papel que apresentem informações relevantes do ponto de vista médico-científico, histórico e social³⁸.

Observa-se, neste artigo, que a guarda permanente dos prontuários deverá ocorrer por amostragem. No caso de a Divisão de Saúde pertencer a uma instituição de Ensino Federal, deve haver consenso nos prazos de guarda e destinação final determinados pela Resolução do CFM e pela tabela de temporalidade e destinação de documentos disponibilizada ou autorizada pelo Arquivo Nacional.

Todos os documentos têm em comum o fato de conceber a materialização de informações; no entanto, o contexto de sua criação e função determinam o seu valor nos conjuntos documentais da instituição, necessitando de avaliação e conscientização da produção para manter um arquivo eficiente, com documentos e informações realmente úteis.

1.2 História dos Arquivos

A disciplina História, assim como os historiadores e também os arqueólogos, tiveram papel fundamental na investigação acerca da trajetória dos arquivos, que se desenvolveu juntamente à história das sociedades humanas. Os arquivos possuem história milenar, construída e enriquecida pela contribuição e cultura de diversas sociedades.

Conforme Reis³⁹, é consenso entre os autores que, a origem dos arquivos se confunde com o aparecimento da escrita, uma vez que, desde a Idade Antiga, quando surgiram os primeiros registros escritos feitos pelo homem, as sociedades tiveram a consciência da necessidade de conservá-los para utilizá-los mais tarde, surgindo assim, de forma espontânea, os primeiros arquivos, e eles sempre constituíram a memória das instituições e das pessoas, fixando as relações do homem como ser social.

³⁸ CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 1.639 de 2002**. Aprova as Normas Técnicas para o Uso de Sistemas Informatizados para a Guarda e Manuseio do Prontuário Médico: dispõe sobre tempo de guarda dos prontuários, estabelece critérios para certificação dos sistemas de informação e dá outras providências. 2002. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2002/1639_2002.pdf. Acesso em: 17 abr. 2024.

³⁹ REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios** [en linea], v. 7, n. 24, p. 0, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>. Acesso em: 03 maio 2024.

Como informado por Rodrigues⁴⁰, o marco inicial da História é o aparecimento da escrita, e o período anterior a esse fato é denominado Pré-história. Apesar dos séculos que se passaram, foi possível identificar registros deixados pelos homens primitivos, que os faziam através de desenhos e marcações em rochas e cavernas, e em outros materiais que a natureza oferecia, como cascas de árvores, folhas de bananeira ou de palmeira, bambu, carapaças de tartaruga, e madeira.

Independentemente do surgimento da escrita, e da classificação como Pré-história, percebemos que desde aquele tempo já havia a intenção e a importância em registrar os acontecimentos cotidianos. É notório também a capacidade humana de utilização e transformação dos recursos disponíveis a favor de suas necessidades.

O advento da escrita tinha como objetivo principal o registro das atividades comerciais, o que levou à criação de novos suportes, que fossem duráveis e permitissem o deslocamento, surgindo então os tabletas de argila. O passar do tempo apresentava sempre a necessidade de mudanças e de confecção de objetos para anotações que fossem mais eficazes. Empenhados nisso, desenvolveu-se o papiro, o pergaminho, e após várias experiências e experimentos, o papel⁴¹.

Os vestígios dos arquivos mais antigos puderam ser conhecidos através da arqueologia. Situavam-se em templos e palácios das civilizações do Vale do Nilo e da Mesopotâmia, onde foram encontradas numerosas placas de argila, grandes volumes de documentos, missivas governamentais, sentenças judiciais, cartas e atos privados, dispostos em estantes de madeira, em salas distintas. Naquela estrutura, identificou-se o complexo sistema de informações, com léxicos e catálogos descritivos como forma de organização⁴².

Sousa⁴³ afirma que, desde a antiguidade os arquivos tinham traços de prova, a autenticidade dos documentos era identificada a partir do local onde eram guardados (*archeion*), o que conferia a eles fé pública. Os arquivos relacionavam-se diretamente à defesa e manutenção de direitos e privilégios da nobreza; o acesso a eles era estritamente limitado aos seus possuidores e aos funcionários oficiais. Naquela época, a consulta a essas fontes era, portanto, um privilégio e não um direito.

⁴⁰ RODRIGUES, Maria Vitória Alves. Evolução dos Suportes da Escrita: Espaço para Disseminar o Saber entre o Passado e o Presente. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, v. 7, n. 2, p. 98-113, 2016. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/view/264>. Acesso em: 10 jun. 2024.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios** [en linea], v. 7, n. 24, p. 0, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>. Acesso em: 03 maio 2024.

⁴³ SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Gestão de Documentos no Brasil: uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora LTDA, 2023.

De acordo com Vivas Moreno⁴⁴, num primeiro momento os arquivos eram concebidos como instrumento do poder e constituíam-se de elementos de ordem jurídica e política. As transformações históricas, socioculturais e administrativas modelaram a noção de arquivo, mas somente no século XIX estabeleceu-se as bases teóricas e os princípios que os fundamentaram, tornando-os verdadeiros laboratórios de investigação histórica.

Uma observação importante feita por Sousa⁴⁵, refere-se à atual utilização dos documentos de arquivo intimamente ligada à noção de cidadania, viabilizada pela inclusão do acesso à informação às agendas dos países, no século XVIII, movimento que ganhou força com a Declaração Universal de Direitos Humanos, e também com o Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos, que estabeleceram o direito a todas as pessoas à liberdade de opinião e expressão, e o direito de procurar, receber e transmitir informações e ideias de qualquer natureza, por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

A sobrevivência dos arquivos, passou por épocas distintas e diversos suportes documentais. Hoje sabemos que esse acontecimento representa mutuamente o patrimônio material e imaterial. Sobretudo, sabemos ainda que só obtivemos estes conhecimentos devido aos vestígios e testemunhos deixados pelos povos que viveram nos tempos anteriores.

Jardim⁴⁶ vincula a memória à constituição do patrimônio documental dos arquivos, e alerta que, ao passo em que os arquivos imprimem a conservação da memória, podem servir também como espaço estratégico para o esquecimento.

Mais adiante na história, no século XX, anos 70, houve a sistematização da teoria das três idades dos arquivos, Bellotto⁴⁷ discorre sobre tal teoria criada pelos norte-americanos que estudavam uma forma de estabelecer conexão entre a documentação ativa, a semi-ativa e a inativa, correspondente ao ciclo vital dos documentos de arquivo. A denominação das três idades foi difundida conforme a utilização dos documentos: correntes, intermediários e permanentes ou históricos.

A primeira idade arquivística, fase corrente, corresponde ao momento em que os documentos são produzidos, passando por toda a sua tramitação até a conclusão de seus objetivos; a informação contida neles é primária, e nesta fase deve ocorrer a avaliação e classificação dos documentos estabelecendo seus prazos e destinação. Finalizando a primeira

⁴⁴ VIVAS MORENO, Agustín. El tempo de la archivística: un estudio de sus espacios de racionalidade histórica. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.3, p. 76-96, set./dez. 2004.

⁴⁵ SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Gestão de Documentos no Brasil**: uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora LTDA, 2023.

⁴⁶ JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da informação**, v. 25, n. 2, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>. Acesso em: 27 ago. 2024.

⁴⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo, SP: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

idade os documentos são transferidos aos arquivos intermediários, correspondente à segunda idade, onde serão retidos temporariamente, por razões de precaução e prazos de guarda indicados pelas tabelas de temporalidade. A passagem da segunda para a terceira idade arquivística denomina-se recolhimento, sendo esta de guarda permanente⁴⁸.

Na terceira idade os documentos assumem o valor secundário, constituindo-se em prova administrativa, científica e histórica. Os arquivos formam-se, portanto, a partir da necessidade de produção de documentos para o desenvolvimento das atividades e de transmissão de informações entre gerações, de acordo com os interesses e intencionalidades dos responsáveis por sua gestão.

1.3 A política de Gestão de Documentos e Arquivos da UFV

A gestão documental ainda é um desafio às instituições, especialmente às universidades, que possuem estruturas complexas e produzem grande quantidade de documentos. Para controle eficiente do patrimônio documental é necessário a racionalização do fluxo (produção, recebimento, avaliação, tramitação e destinação final dos documentos), isso demanda profissionais capacitados para realizar a função e espaço físico adequado, o que nem sempre está presente na realidade institucional.

A Universidade Federal de Viçosa possui três *campi*, situados em três cidades de Minas Gerais - Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba. A estrutura organizacional compõe-se da Reitoria e Vice Reitoria; Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, Pró-Reitoria de Administração e Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; Centro de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas e o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Em Viçosa, a universidade conta com o Colégio de Aplicação (Coluni), de Ensino Médio, 47 cursos de graduação, 46 cursos de mestrado e 32 cursos de doutorado. O *campus* de Florestal, localizado na região metropolitana de Belo Horizonte, oferece 6 cursos técnicos concomitantes e após o ensino médio, 10 cursos de graduação, 3 cursos de mestrado e 1 de doutorado. O *campus* de Rio Paranaíba, localizado na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, possui 10 cursos de graduação, 3 cursos de mestrado e 1 de doutorado.

⁴⁸ *Ibidem*.

De acordo com o relatório da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas publicado através do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA) da UFV, a instituição conta com apenas 2 arquivistas e 1 técnico de arquivo, defronte à amplitude organizacional e de toda a documentação produzida e acumulada há décadas⁴⁹. É inviável que estes profissionais executem a gestão documental dos diversos departamentos e órgãos, ficando essa responsabilidade para os técnicos administrativos de cada setor, que por vezes não têm noção dos procedimentos de gestão documental e da burocracia por se tratar de documentação pública, e tão pouco do valor presente nos materiais de arquivo.

A UFV, aproximando-se dos 100 anos de existência, possui vasta história e inúmeras memórias, das quais muitas foram memorizadas, cristalizadas e difundidas, por servidores e alunos, em bibliografias e trabalhos acadêmicos, enquanto outras encontram-se registradas em massas documentais armazenadas e até esquecidas em salas de arquivos e porões.

Ações de recuperação, manutenção e disseminação da memória institucional vêm sendo praticadas pelo Arquivo Central e Histórico da UFV (ACH-UFV). Criado em 1985, ligado inicialmente à Divisão de Assuntos Culturais, e em meados dos anos 2000, devido à predominante essência histórica e memorialista, passou a ser vinculado ao Departamento de História (DHI). O ACH-UFV mantém sob sua guarda documentos de diversos gêneros (textuais, cartográficos, iconográficos, etc.), incluindo os jornais institucionais e coleções fotográficas, organizados e tratados, dos três períodos da instituição - ESAV, UREMG e UFV, e também álbuns de fotografias da cidade e de famílias Viçosenses⁵⁰.

Após o recolhimento e todo o processo de tratamento, intelectual e físico, como avaliação, seleção, classificação, higienização e digitalização, o material do ACH-UFV é disponibilizado para consulta em instrumentos de pesquisa on-line de acesso público.

Uma das plataformas virtuais utilizadas é o AtoM (*Access to Memory*), idealizada pelo Conselho Internacional de Arquivos e utilizada por instituições do mundo todo para descrição, difusão e disponibilização de acesso ao patrimônio documental. Em parceria com a Diretoria de Tecnologia de Informação da UFV, a plataforma de código livre foi personalizada de modo a atender a realidade da Universidade, garantindo segurança aos usuários e integridade aos documentos, e mantendo uma rotina de *backups*⁵¹.

⁴⁹ UFV. Relatório PGP. **Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA) - Decreto n. 7.232/2010**. 2024. Disponível em: https://www.dti.ufv.br/relatorioufv/pgp_vagas_quadro_sintese.asp. Acesso em: 15 nov. 2024.

⁵⁰ UFV. **UFV divulga plataforma de descrição e difusão do seu patrimônio documental**. Arquivo Central e Histórico. 14 nov. 2018. Disponível em: UFV adere o AtoM como plataforma de descrição e difusão do seu patrimônio documental | ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO. Acesso em: 15 nov. 2024.

⁵¹ *Ibidem*.

Há também o Repositório Institucional, *Locus*, que reúne, preserva e disponibiliza em meio digital, de acesso livre, a produção científica e cultural da Universidade, contemplando artigos, dissertações, teses e registros fotográficos. O projeto iniciou-se no Brasil através do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Na UFV teve início em 2009, no entanto, somente em 2014 deu prosseguimento, após a constituição de um grupo de trabalho para realização do projeto⁵².

O Governo Federal, em outubro de 2015, resolveu usar a tecnologia a favor de melhorar a segurança, transparência e economicidade das ações governamentais, determinou então que a gestão e os tramites dos processos administrativos no âmbito dos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deveriam ocorrer por meio eletrônico⁵³. O Ministério da Educação (MEC) corroborando com a medida de eficiência e economicidade do Governo Federal, solicitou às autarquias, fundações e empresas públicas vinculadas a implantação do Sistema Eletrônico de Informação.

Em cumprimento às orientações, no início do ano de 2016, a UFV assinou acordo de cooperação técnica com o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para utilização gratuita do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), criado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Em junho de 2017, iniciou gradualmente a implantação do SEI como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos da UFV. Inicialmente, em carácter experimental, houve a migração dos processos acadêmicos em seus três *campi*, seguidos dos processos da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e dos demais órgãos administrativos.

Para os envolvidos na implantação do SEI na UFV à época, o sistema apresentava diversas vantagens, como “qualidade na tomada de decisões, pela facilidade de acesso às informações” visto que os processos poderiam ser acessados a qualquer momento, de onde estivessem. Destacou-se também “a maior agilidade na circulação dos processos”, pois o sistema possibilitava que os interessados o acessem simultaneamente, além de poderem assiná-los, remotamente, de forma digital, sem precisar mais que ocorresse o deslocamento de servidores para tramitação. Outro benefício apontado foi a economia de recurso público,

⁵² UFV. **Universidade lança repositório digital de sua produção científica e cultural**. Notícias. 07 jul. 2016. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=25546#:~:text=Atenta%20%C3%A0s%20tend%C3%AAncias%20mundiais%20de,disserta%C3%A7%C3%B5es%2C%20teses%20e%20registros%20fotogr%C3%A1ficos>. Acesso em: 15 nov. 2024.

⁵³ BRASIL. **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015**. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm. Acesso em: 17 nov. 2024.

devido à redução do consumo de papel e tinta de impressora, que em média usava-se cerca de 20 mil folhas de papel para confecção de mais de 4 mil processos acadêmicos por ano⁵⁴.

No âmbito dos departamentos e demais órgãos, alguns servidores preocupados com as massas documentais acumuladas, levaram luz à situação em que se encontravam parte da documentação institucional, tornando os arquivos objeto de estudo, por considerá-los fonte de informação probatória, administrativa, jurídica, histórica e cultural. Isso pode ser visto em alguns trabalhos acadêmicos produzidos acerca do Patrimônio documental e dos desafios enfrentados na gestão, preservação e disponibilização do acesso ao público.

A exemplo dos estudos produzidos pelos servidores, há o trabalho de Santos⁵⁵ que realizou o diagnóstico da situação arquivística da UFV, com foco nas Pró-Reitorias e na Secretaria de órgãos colegiados ligadas à administração superior, totalizando 9 seções de expediente e 5 serviços de arquivos investigados. A pesquisa buscou compreender como acontecia a gestão documental nestes órgãos, e identificou que nenhum dos setores aplicavam o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública, e somente dois setores utilizavam esses instrumentos relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior. Ao serem questionados se desenvolviam as atividades de arquivo seguindo alguma outra referência arquivística, 13 unidades, das 14 pesquisadas, responderam que “não”.

As justificativas pela não utilização das ferramentas de gestão documental, evidenciou o desconhecimento, a falta de profissionais qualificados e ausência de capacitação aos servidores envolvidos nos processos documentais, falta de estrutura e falta de cobrança dos gestores⁵⁶.

Esse estudo em torno das Pró-Reitorias e secretaria dos órgãos colegiados, revelou o quão distante os setores encontravam-se em relação às práticas ideais de gestão documental, a inexistência de normas internas e serviços de capacitação e assessoramento ao pessoal que atuavam nas unidades acumuladoras de documentos, sujeitas a gerar grandes massas documentais e risco de perda de documentos essenciais.

⁵⁴ UFV. **Processos acadêmicos em papel já têm data marcada para terminar**. Notícias. 24 maio 2017. Disponível: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=27187>. Acesso em: 17 nov. 2024.

⁵⁵ SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Diagnóstico da situação arquivística da Universidade Federal de Viçosa**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIRIO_2dcbb004f6d8589861f8430ce73ce0e4. Acesso em: 04 nov. 2024.

⁵⁶ *Ibidem*.

A contribuição acadêmica de outra servidora, referente ao assunto é o trabalho de Pena⁵⁷, o qual analisou documentos do acervo do Registro Escolar (RES) da UFV, evidenciando parte significativa da história institucional, com informações do tipo “perfil do aluno, regime de internato e externato, regime disciplinar, participação feminina, incidência regional, punições e publicações” de alunos egressos, da época da ESAV e UREMIG. Além de ter proposto formas para alcançar melhorias funcionais ao arquivo, como organização mais dinâmica e preservação física dos documentos (composto por manuscritos e documentos datilografados) que demandava cuidados específicos devido à antiguidade do material e à presença de agentes de degradação.

No mesmo departamento, um estudo refletiu a respeito do impacto da Portaria 315 do MEC, no arquivo do Registro Escolar da UFV. A Portaria 315 de 04 de abril de 2018, em sua Seção VIII, estabelece a obrigatoriedade da digitalização dos acervos acadêmicos de todas as instituições de ensino superior, tanto públicas como particulares, de graduação e pós-graduação, presencial ou à distância. A autora, e também servidora do RES, destacou a importância da memória preservada através daquele acervo arquivístico e narrou os primeiros passos no processo de implementação da Portaria, pois na época do seu trabalho a transição do arquivo analógico para o sistema digital estava em fase inicial, relatou a necessidade da constituição de uma comissão específica para realizar as atividades, o planejamento, a gestão documental - visto que de acordo com a legislação é inviável guardar tudo - e o preparo da documentação anteriormente à digitalização⁵⁸.

O Registro Escolar da UFV recebeu esforços de um terceiro estudo acadêmico, cujo objetivo buscou despertar as memórias dos envolvidos que trabalharam e ainda trabalhavam na organização e gestão documental do acervo acadêmico, examinou a constituição histórica do arquivo no período de 1969 a 2013, retratando os perfis e trajetórias dos alunos, a universidade no período de ditadura militar, na transição democrática e o contexto da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim como os outros, este trabalho, contribuiu apontando soluções contemporâneas e intervenções práticas de gestão

⁵⁷ PENA, Djenane Ferreira. **Documento, história e memória**: a importância da preservação do patrimônio documental dos alunos egressos da Universidade Federal de Viçosa (1926 a 1969). Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2023. Acesso em: Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental dos alunos egressos da Universidade Federal de Viçosa (1926 a 1969). Acesso em: 23 nov. 2024.

⁵⁸ DIAS, Mariza Silva Santos. **O impacto da Portaria 315 de abril de 2018 no arquivo do registro escolar da Universidade Federal de Viçosa**. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2022. Disponível: <https://locus.ufv.br/items/f7202221-5c0c-447c-8249-8b9146a3fab7>. Acesso em: 23 nov. 2024.

documental para otimização do acervo no que tange à consulta pública e no trabalho dos responsáveis pelo acervo⁵⁹.

Há ainda outros trabalhos realizados por servidores da instituição que tiveram como objeto de pesquisa os arquivos documentais presentes em demais unidades de serviços da UFV. O empenho dos servidores em estudar e buscar métodos para melhorar o cenário arquivístico em seus setores provavelmente contribuiu para impulsionar a construção das políticas internas de gestão documental e arquivística da universidade. Em dezembro de 2022, o Conselho Universitário da UFV - órgão superior de administração, através da Resolução Consu nº 14 instituiu a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), e em maio de 2023 criou a Resolução Consu nº 5, que dispõe sobre a política de gestão de documentos e arquivos e o sistema de arquivos (Siarq-UFV).

O Art. 2º da Resolução Consu nº 5 atribui à UFV e a todos os órgãos que compõem a sua estrutura, o dever de gerir a sua documentação e proteger de forma especial os documentos de arquivo, como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação⁶⁰.

O Siarq-UFV constitui-se dos conjuntos de arquivos integrantes da estrutura administrativa. E juntamente à CPAD são responsáveis por normatizar os procedimentos técnicos a serem aplicados aos documentos de arquivo, promover treinamento e aperfeiçoamento dos servidores que atuam nas unidades acumuladoras ou nos serviços de arquivo da instituição, bem como assessorar a implantação das estratégias de gestão, organização, preservação e acesso aos documentos (UFV, Resolução Consu nº 5, 2023).

A CPAD possui representantes dos três *campi*, de modo a manter a integralidade do Patrimônio documental da UFV. A comissão é formada por membros representantes de diversos setores, designados pelo reitor, a saber:

Art. 3º A CPAD será constituída pelos seguintes membros:

- I - servidor arquivista ou servidor responsável pelos serviços arquivísticos, indicado pelo Reitor, que será seu Presidente;
- II - um (1) representante da Reitoria (RTR); Resolução 98 (0915047) SEI 23114.907150/2021-05 / pg. 2
- III - um (1) representante da Biblioteca Central (BBT);
- IV - um (1) representante da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PGP);
- V - um (1) representante do Registro Escolar (RES);

⁵⁹ VILELA, Luciana de Souza. **Patrimônio documental, história e memória: organização e constituição histórica do acervo acadêmico da diretoria de registro escolar da Universidade Federal de Viçosa (1969-2013)**. 2023. 152 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2023. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/31580>. Acesso em: 15 nov. 2024.

⁶⁰ UFV. Conselho Universitário. **Resolução Consu nº 5, de 8 de abril de 2024**. Aprova o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Viçosa e dos órgãos a ela vinculados. Disponível em: [Resolucao-Consu-5-2024-corrigida.pdf \(ufv.br\)](#). Acesso em: 16 ago. 2024.

- VI - um (1) representante da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PPO);
- VII - um (1) representante da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI);
- VIII - um (1) representante da Diretoria Financeira (DFN);
- IX - um (1) representante do *Campus* Florestal (CAF);
- X - um (1) representante do *Campus* Rio Paranaíba (CRP); e
- XI - um (1) servidor docente com formação em Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas ou Sociologia (CCH)⁶¹.

As unidades organizacionais devem formar grupos de trabalho para operacionalizarem as ações de classificação e avaliação de documentos em seus setores, sob orientação e assessoramento da comissão, visando a identificação dos documentos, em conformidade com os instrumentos técnicos de gestão aprovados pelo Arquivo Nacional, para guarda permanente ou eliminação dos destituídos de valor.

Nos casos de eliminação, os procedimentos devem ocorrer respeitando a legislação e as normas em vigor, sempre sob orientação, acompanhamento, análise e aprovação da comissão. A CPAD é responsável por encaminhar as Listagens de Eliminação de Documentos (LED) para o Reitor da UFV, e pelos demais trâmites burocráticos, necessários para a efetiva eliminação de documentos⁶².

Algumas das lacunas apontadas pelo diagnóstico de Santos⁶³ foram supridas pela Resolução Consu nº 5, de 2023, no entanto a instituição necessita ainda trabalhar a difusão da mesma, a conscientização dos gestores dos diversos setores sobre a importância da aplicabilidade dos processos arquivísticos, bem como criar estratégias para capacitação dos servidores, de modo a atingir integralmente o conjunto de arquivos pertencentes à estrutura da universidade, para que funcionem articuladamente à CPAD e ao Siarq-UFV, como previsto na referida Resolução.

Observa-se que a gestão documental e de arquivos é uma função, que deve ser realizada em equipe, demanda conhecimento do assunto, do local e do contexto em que os documentos são produzidos, para realização justa da avaliação. Os profissionais incumbidos dessa função devem ter sensibilidade e comprometimento ético ao eleger os registros que transmitirão o valor histórico presente nas rotinas da instituição.

A história da UFV é longa, e múltipla, há um pedaço dela em cada *campus*, cada departamento, diretoria e divisão, os servidores e alunos carregam memórias do tempo, das

⁶¹ UFV. Conselho Universitário. **Resolução Consu nº 14, de 16 de dezembro de 2022.** Cria a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, no âmbito da Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <https://soc.ufv.br/wp-content/uploads/Resolucao-Consu-14-2022.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.

⁶² *Ibidem*.

⁶³ SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Diagnóstico da situação arquivística da Universidade Federal de Viçosa.** 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://bdtb.ibict.br/vufind/Record/UNIRIO_2dcbb004f6d8589861f8430ce73ce0e4. Acesso em: 04 nov. 2024.

peessoas e do espaço em que viveram na instituição. A valorização dos acervos e a preservação dos registros, sejam eles em documentos físicos ou digitais, em fotografias e vídeos ajudam a manter vivas as lembranças e os sentimentos, individuais e coletivos.

CAPÍTULO 2 – PERCURSO HISTÓRICO DO SERVIÇO DE SAÚDE DA ESAV À DIVISÃO DE SAÚDE DA UFV

Este capítulo remonta a história da constituição do Serviço de Saúde, desde os primórdios da instituição, ainda no planejamento e construção dos primeiros edifícios da ESAV, antes mesmo do início das aulas. Traz informações a respeito da origem e motivação da criação deste serviço, do seu funcionamento e desenvolvimento na época, apontando os desafios e as principais enfermidades que acometiam os operários e alunos.

A importância e necessidade do serviço se explica por sua manutenção durante toda a existência da instituição, passando pelo período da UREMG e chegando à UFV. Em 1982 recebeu um novo espaço, com estrutura mais ampla e moderna para desempenhar as suas atividades. Atualmente conhecida como Divisão de Saúde, realiza em média 40.000 atendimentos individuais por ano, entre as áreas de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Odontologia e Análises clínicas laboratoriais.

Descreve também a atuação do órgão nos tempos atuais, a integração dos atendimentos prestados às atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos da área de saúde da UFV e em parceria com outras instituições, a colaboração nos eventos promovidos como formaturas, semana do fazendeiro, provas de concurso, entre outros, e o envolvimento em projetos e programas, bem como em campanhas do Ministério da Saúde e Fundação Hemominas.

2.1 O serviço de saúde

Este estudo se apoiou nos vestígios produzidos e conservados há cerca de um século, em documentos pertencentes ao Arquivo Central e Histórico da UFV, os documentos salvaguardados, tratados e disponibilizados ao acesso público contribuíram com a realização desta pesquisa, assim como contribuíram com a realização de outras que se valeram dessas fontes para investigações científicas e ainda atenderão a novas demandas de pesquisas.

Os documentos institucionais mantidos neste acervo permitiram conhecer a trajetória do serviço de saúde junto ao desenvolvimento da instituição. Compreendemos a sua origem, a motivação para a criação, como foram as primeiras atividades, os personagens responsáveis pela concepção e desenvolvimento deste serviço, qual era o público atendido, entre outras informações identificadas, que moldaram o seu percurso até chegar ao atual cenário, a Divisão de Saúde.

A década de 1920, foi um período marcado por muitas mudanças no contexto histórico e cultural brasileiro. Em Viçosa, uma pequena cidade localizada no interior da Zona da Mata do estado de Minas Gerais, nascia em 1922, o sonho do progresso, com a criação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), idealizada por seu conterrâneo Arthur da Silva Bernardes, que ocupou o cargo de Presidente do Estado de Minas Gerais entre os anos 1918 a 1922, e posteriormente de Presidente do Brasil entre os anos 1922 a 1926.

Instituída pelo decreto nº 6.053, de 30 de março de 1922, e inaugurada em 28 de agosto de 1926, a ESAV pertencia ao governo de Minas Gerais, cuja finalidade pautava-se na aquisição e disseminação de conhecimentos relativos à economia rural, em todos os graus e modalidades. À época, o país passava por um processo de urbanização e de crescimento de sua população, tornando-se urgente o aumento na produção de alimentos e melhoria na qualidade e produtividade das plantações nacionais. Dedicada especialmente aos fazendeiros mineiros, e à educação agrícola dos seus filhos, visando o aumento da riqueza das fazendas, com a aplicação dos métodos mecânicos modernos, o aperfeiçoamento das culturas existentes e a introdução de novas espécies de plantas e animais⁶⁴.

A fundação da ESAV contou com a experiência do professor Peter Henry Rolfs, da Universidade da Flórida - Estados Unidos, convidado para organizar e dirigir este empreendimento, com o intuito de adotar o modelo das *Land Grant Colleges* e incorporar conhecimentos, métodos de ensino e prática da agricultura moderna dos Estados Unidos.

Segundo Ribeiro⁶⁵, a contratação de Rolfs foi uma estratégia acertada, pois ele transferiu para a Escola um dinamismo característico da sua própria personalidade, recrutou professores nos Estados Unidos, difundiu os trabalhos de pesquisa da instituição e levou ensinamentos aos agricultores da Zona da Mata mineira, fortalecendo a reputação da Escola e projetando-a nacionalmente.

O trabalho desempenhado pela ESAV e a intenção do governo do estado em alavancar o seu desenvolvimento, a transformou em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (Uremg), no ano de 1948. A Universidade Rural manteve o trabalho baseado no modelo americano de ensino associado à prática, despertando o interesse do governo federal, que em 15 de julho de 1969, a federalizou, tornando-a Universidade Federal de Viçosa.

⁶⁴ ESAV. **Estatuto da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais, 1932**. Disponível em: [ESTATUTO_1932_ESAV.pdf \(ufv.br\)](https://ufv.br/estatuto/1932/ESAV.pdf). Acesso em: 29 mar. 2024.

⁶⁵ RIBEIRO, M. das G. M. (2016). Educação superior e cooperação internacional: o caso da Uremg (1948-1969). **InterMeio**, v. 13, n. 25, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2546>. Acesso em: 12 jul. 2024.

Pedro de Oliveira Milagres, nos mostra, em sua pesquisa de mestrado, em que investigou as marcas do higienismo na ESAV entre os anos 1920 a 1935, que a saúde foi preocupação da instituição desde sua concepção e construção. Já na seleção do terreno, que abrigaria a escola, a comissão incumbida dessa escolha priorizou, dentre outros elementos, que o local dispusesse de condições salubres, com água clara e livre de impurezas, de modo a atender as necessidades de higiene e evitar doenças frequentes entre os alunos, professores e funcionários⁶⁶.

Segundo Azevedo⁶⁷ a ESAV realizou diversas atividades, anteriormente à sua inauguração oficial, em 1926, destacando os serviços de saúde, as práticas esportivas, a formação profissional, as campanhas para erradicação de vermes e doenças, o ensino primário, a alfabetização de jovens e adultos e o incentivo à música, em meio a outras atividades praticadas para a melhoria da qualidade de vida dos operários e seus familiares.

Dentre os princípios expressos que guiavam as condutas da Escola, desde 1922, destaco dois deles:

O tratamento da saúde, desde o combate às verminoses, aos cuidados contra a sífilis e a todos os preceitos que garantem a defesa da vida, são ensinados, com insistência.

A luta contra o álcool e contra a sífilis - vela pelo interesse das gerações vindouras e outros muitos preceitos de valor indiscutível à formação do homem⁶⁸.

Os trechos apresentados mostram que a fundação da ESAV foi amplamente planejada, desde a escolha de quem conduziria a criação do empreendimento, o processo de seleção do local em que se estabeleceria e os traços característicos da Escola, tudo isso justifica a base sólida e o desenvolvimento constante que a mantém há quase um século. Evidenciam também a preocupação com a saúde, não somente dos alunos que viriam, como também dos funcionários, e principalmente, o interesse em ensiná-los a cuidar da saúde, para que não tivessem apenas tratamentos pontuais, mas sim que o cuidado fizesse parte da bagagem de aprendizado proporcionado pela instituição, incorporando-os à educação e melhorando suas condições de vida.

⁶⁶ MILAGRES, Pedro de Oliveira. **Em “pról dos destinos patrios”**: a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e as marcas do higienismo no campo (1920-1935). 2022. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/29235>. Acesso em: 25 mar. 2024.

⁶⁷ AZEVEDO, Denilson Santos de. **O melhoramento do homem, do animal e da semente** [livro eletrônico]: os primórdios do ensino na UFV (1920-1948). Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. Disponível em: [esav-20211220.pdf\(asa pequena.com.br\)](https://esav-20211220.pdf(asa pequena.com.br)). Acesso em: 26 mar. 2024.

⁶⁸ ESAV. **Relatório Anual da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais de 1934**. Viçosa, 1934. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.01.016. Disponível em: <https://atom.ufv.br/index.php/relatorio-anual-de-1934>. Acesso em: 29 mar. 2024. p. 56.

João Carlos Belo Lisboa foi o engenheiro responsável por grandes trabalhos na ESAV, e junto a P. H. Rolfs guiou os rumos iniciais da Escola, inclusive em relação às condições de saúde e educação dos operários empregados nas obras, que eram, em sua maioria, sujeitos rurais com pouca ou nenhuma instrução. Para Belo Lisboa, o melhoramento do homem, através da assistência à saúde e do apoio à educação, tratava-se de “Obra Social”. Logo que assumiu o cargo de engenheiro-chefe, realizou um levantamento estatístico, referente à saúde e à educação, entre todos os operários que serviam à construção, identificando uma taxa de 92% de analfabetos, e no quesito saúde, o médico João Batista Brito constatou que 100% deles possuíam algum tipo de enfermidades⁶⁹.

Diante destes dados, criou-se a Caixa Beneficente, ainda em 1922, num formato cooperativo, em que os funcionários e a administração contribuíam financeiramente para combater o analfabetismo e a infestação de verminose entre os operários da construção, propiciando a realização de consultas médicas aos funcionários e também a seus familiares⁷⁰. Os atendimentos médicos aos operários eram realizados aos domingos, conforme estabelecido, pois a administração julgava ser o dia mais propício. Após a inauguração da Escola, o serviço se manteve, no acordo cooperativo⁷¹. A partir do início das aulas, os alunos também foram incluídos ao Serviço de Saúde, e também contribuíam financeiramente para o custeio.

A taxa de saúde, destinada a custear a manutenção do serviço de saúde, era recolhida através da Collectoria Estadual de Viçosa, mediante guia fornecida pela secretaria da Escola. Os valores que eram cobrados podem ser observados na Tabela 1:

Tabela 1 – Taxa de saúde

I) Alunos, por semestre	25\$000
II) Pessoal	
a. vencimento mensal de 1.000\$000 ou mais	10\$000
b. vencimento mensal de 500\$000 a 1.000\$000	8\$000
c. vencimento mensal de 200\$000 a 500\$000	5\$000
d. vencimento inferior a 200\$000, por mês	4\$000
e. vencimento inferior a 200\$000, por semana	1\$000

Fonte: Adaptado do Regimento da ESAV (1926, p. 51).

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ MILAGRES, Pedro de Oliveira. **Em “pról dos destinos patrios”**: a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e as marcas do higienismo no campo (1920-1935). 2022. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/29235>. Acesso em: 25 mar. 2024.

⁷¹ AZEVEDO, Denilson Santos de. **O melhoramento do homem, do animal e da semente** [livro eletrônico]: os primórdios do ensino na UFV (1920-1948). Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. Disponível em: [esav-20211220.pdf](https://asa.pequena.com.br/esav-20211220.pdf) (asa.pequena.com.br). Acesso em: 26 mar. 2024.

Todo o empenho empregado no melhoramento dos sujeitos que estavam envolvidos na construção da Escola obteve, com o tempo, resultado positivo. O que pôde ser constatado, em junho de 1934, numa conferência realizada na Associação Comercial de Minas Gerais, em Belo Horizonte, na qual Belo Lisboa relatou que os resultados da caixa beneficente foram excelentes, reafirmou o compromisso da instituição com a instrução em educação e a assistência à saúde de seus funcionários, e declarou que naquele momento os quase 200 servidores da ESAV, todos estavam alfabetizados e, de acordo com os relatórios médicos, saudáveis⁷².

Segundo Azevedo, a adesão dos operários ao acordo cooperativo ocorreu praticamente de modo compulsório, e mesmo não sendo o principal objetivo dos operários, o sistema coparticipativo possibilitou efetivamente “a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e de seus familiares, com a promoção de uma educação para o trabalho, para a melhoria da saúde e de medidas sanitárias preventivas”. No entanto, embora a Caixa Beneficente para o cuidado da saúde e promoção da educação, tenha trazido bom retorno para eles, tudo isso atrelava-se a um regime disciplinar que serviu também como forma de “controle social e hierárquico vigoroso, consubstanciado através das preleções e da inculcação de valores morais, cívicos e de respeito à autoridade, que esquadrihava até o espaço e o tempo livre dos trabalhadores”⁷³.

O ingresso dos alunos à Escola também ocorria de forma a prevenir a disseminação de doenças. A matrícula era efetuada mediante apresentação dos documentos de identificação juntamente ao documento de saúde exigido, no qual o atestado médico deveria comprovar que o candidato não sofria de moléstia infecto-contagiosa, repugnante, e que o mesmo estaria regularmente vacinado contra a varíola⁷⁴.

Após entrarem para a ESAV, e integrarem o corpo discente, nas primeiras semanas, os alunos eram submetidos a exame minucioso, pelo médico da Escola, a fim de descobrir alguma deficiência que pudesse prejudicá-los em esportes ou em trabalhos manuais, verificava-se também a variação do peso de cada um, se estava correto, considerando a idade e altura individual⁷⁵.

⁷² ESAV. **Relatório Anual da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais de 1934**. Viçosa, 1934. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.01.016. Disponível em: <https://atom.ufv.br/index.php/relatorio-anual-de-1934>. Acesso em: 29 mar. 2024. p. 51.

⁷³ AZEVEDO, Denilson Santos de. **O melhoramento do homem, do animal e da semente** [livro eletrônico]: os primórdios do ensino na UFV (1920-1948). Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. p. 77. Disponível em: [esav-20211220.pdf](https://atom.ufv.br/uploads/r/arquivo-central-e-historico-da-ufv-ach-ufv-2/0/f/esav-20211220.pdf) (asa Pequena.com.br). Acesso em: 26 mar. 2024.

⁷⁴ ESAV. **Estatuto da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais, 1932**. Disponível em: [ESTATUTO_1932_ESAV.pdf](https://atom.ufv.br/uploads/r/arquivo-central-e-historico-da-ufv-ach-ufv-2/0/f/ESTATUTO_1932_ESAV.pdf) (ufv.br). Acesso em: 29 mar. 2024. p. 34.

⁷⁵ ESAV. **Relatório Anual da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais de 1927**. Disponível em: <http://atom.ufv.br/uploads/r/arquivo-central-e-historico-da-ufv-ach-ufv-2/0/f/>

No ano de 1927, todos os internos e alguns externos fizeram exame de ankylostomia⁷⁶, a partir do qual foi possível verificar que apenas um dos alunos não sofria com vermes intestinais, enquanto diversos deles apresentaram indicação de duas ou mais espécies. Com essa constatação houve mobilização para que todos da Escola fossem medicados, porém, perceberam considerável desconfiança de que o remédio podia prejudicá-los. Dois alunos externos e um interno, além do que não mostrava infecção, não tomaram o remédio, do total de 23 alunos em frequência⁷⁷.

Para incentivá-los ao tratamento, o diretor foi o primeiro a ser medicado, seguido do vice-diretor e do professor de Agronomia, e depois diversas outras pessoas ligadas ao estabelecimento. Entre todos que fizeram o tratamento, não houve nenhum caso de inconveniência, pelo contrário, notou-se imediato melhoramento das notas dos alunos, de suas condições físicas e da saúde em geral⁷⁸.

Como forma de enfatizar a preocupação na formação completa dos alunos, além das disciplinas teóricas e práticas preestabelecidas nas grades curriculares de cada curso, eram ministrados a eles, diariamente, em reunião geral, ensinamentos sobre moral, civismo e higiene. Todos os alunos e professores se reuniam, enquanto o diretor, o vice-diretor e professores revezavam-se para fazerem as preleções, que eram sempre curtas e de natureza prática, cerca de quinze a vinte minutos. Ao final do semestre aplicava-se uma prova escrita aos alunos, a respeito dessas palestras, para que os mesmos prestassem bastante atenção aos ensinamentos⁷⁹.

A ESAV constituía-se da Diretoria, dos Departamentos e de cinco Serviços para fins específicos, tais quais: o Serviço de Internato, o Serviço de Educação Física e Desporto, o Serviço de Saúde, o Serviço de Biblioteca e o Serviço de Publicidade. Todos eles foram normatizados pelo decreto nº 2.429 de 5 de março de 1947, que aprovou o regulamento da ESAV. No entanto, conforme o parágrafo único do artigo 134, o Serviço de Saúde, somente, obedeceria também a um Regimento Próprio, aprovado pelo Conselho Departamental.

O Serviço de Saúde tinha como finalidade zelar pelo bom estado de saúde dos seus alunos e servidores. Compunha-se por um médico de reconhecida competência, que também

[1/0f17fa6090ea2d2fafc5c8d84d85a864697dcf2172ee6858c678624d2d04fb7a/Relat_rio_Anual_de_1927.pdf](http://atom.ufv.br/uploads/r/arquivo-central-e-historico-da-ufv-ach-ufv-2/0/f/1/0f17fa6090ea2d2fafc5c8d84d85a864697dcf2172ee6858c678624d2d04fb7a/Relat_rio_Anual_de_1927.pdf). Acesso em: 29 mar. 2024. p. 16.

⁷⁶ Trata-se de exame parasitológico a partir das fezes com o intuito de pesquisar a existência de ovos do parasito.

⁷⁷ ESAV. **Relatório Anual da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais de 1927**. Disponível em: http://atom.ufv.br/uploads/r/arquivo-central-e-historico-da-ufv-ach-ufv-2/0/f/1/0f17fa6090ea2d2fafc5c8d84d85a864697dcf2172ee6858c678624d2d04fb7a/Relat_rio_Anual_de_1927.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024. p. 16.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 15.

chefiava o Serviço, um farmacêutico e dois auxiliares com prática em enfermagem, cujas admissões ocorriam de acordo com as normas estabelecidas pela legislação estadual em vigor. O dentista, por sua vez, tinha um contrato especial diretamente com a Diretoria⁸⁰.

Havia também um Conselho Administrativo, encarregado de auxiliar na gestão do Serviço de Saúde, contando com quatro representantes dos usuários em geral, sendo um docente, um discente, um administrativo e um operário, além do médico do Serviço e do Diretor da Escola, que presidia a Comissão⁸¹.

Em 13 de novembro de 1948, a Lei Estadual nº 272 transformou a ESAV em Universidade Rural de Minas Gerais (UREMG). A nova estrutura da instituição ampliou-se, passando a ser composta pela Escola Superior de Agricultura, Escola Superior de Veterinária, Escola Superior de Ciências Domésticas, Escola de Especialização, Serviço de Experimentação e Pesquisa e Serviço de Extensão.

O Decreto nº 8.484, de 14 de julho de 1965, que aprovou um novo Estatuto da Uremg, amplia ainda mais a estrutura institucional, unindo o Serviço de Saúde à Assistência Social e, neste momento, são vinculados à Diretoria Geral de Assistência, juntamente ao Serviço do Estudante, Setor de Orientação, Setor de Atividades Socioculturais, Setor de Esportes, Centro Social e Serviço de Alojamento.

Para ilustrar, a Figura 1 apresenta a antiga sede do Serviço de Saúde e a vista panorâmica do *campus* da UFV na década de 60, com destaque no local onde a sede situava-se.

Figura 1 – Sede do Serviço de Saúde em 1965



Fonte: Arquivo interno da Divisão de Saúde.

2.2 A Divisão de Saúde

Em 02 de julho de 1982, a Universidade Federal de Viçosa inaugurou a atual sede da Divisão de Saúde (Figura 2), com o nome de Ambulatório Médico-Odontológico, antigo

⁸⁰ *Ibidem.*

⁸¹ *Ibidem.*

Serviço de Saúde, e conhecido popularmente pelos usuários como *Farmacinha*. O ambulatório foi solenemente inaugurado pelo Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e Cultura, Dr. Gladstone Rodrigues da Cunha Filho. Na época, as autoridades da UFV envolvidas foram: o Reitor - Professor Joaquim Aleixo de Souza, o Pró-Reitor de Administração - Fernando Antônio Rodriguez, o Pró-Reitor de Assuntos Comunitários - Hélio Gonçalves Moreira e o Prefeito do *Campus* - George Tamm de Hollanda Lima⁸².

Figura 2 – Atual sede da Divisão de Saúde



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

A Responsabilidade Social é integrada às práticas de saúde realizadas pela DSA, legitimando assim a sua Missão, Visão de Futuro e os seus Valores, conforme expresso:

Traz a **MISSÃO** de promover saúde, prevenir doenças e realizar ações curativas em nível primário e ambulatorial na área da saúde dos estudantes e servidores da UFV, com qualidade e sustentabilidade, em interface com atividades acadêmicas.

Como **VISÃO DE FUTURO**, vislumbramos a Divisão de Saúde como um órgão de referência na UFV e nas demais IFES, como promotora da qualidade de saúde e de vida da comunidade universitária.

Os **VALORES** que a Divisão de Saúde pratica podem ser resumidos em: Respeito à vida; Respeito à dignidade humana; Solidariedade; Ética e transparência; Responsabilidade social; Qualidade; Senso de honra profissional⁸³.

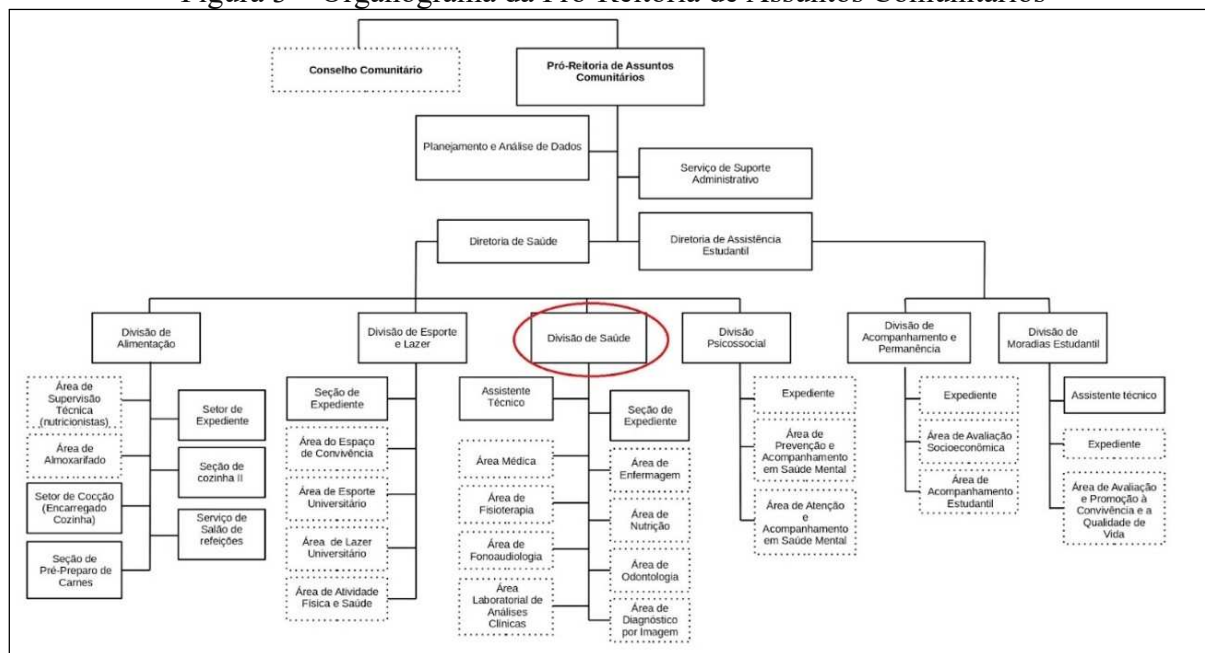
A Divisão de Saúde, juntamente à Divisão de Alimentação, Divisão de Esporte e Lazer e a Divisão Psicossocial compõem a estrutura orgânica da Diretoria de Saúde (DIS) da

⁸² DSA. Divisão de Saúde. **Relatório Anual de 1982**. Arquivo interno da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, 1983.

⁸³ DSA. Divisão de Saúde. **Relatório Anual de 2016**. Arquivo interno da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, 2017.

UFV. A Diretoria de Saúde, por sua vez, é o órgão vinculado diretamente à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários responsável por coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de saúde e de qualidade de vida na UFV⁸⁴. Para visualizar melhor a composição e os vínculos organizacionais, podemos observar o organograma (Figura 3) da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PCD), com destaque para a localização da Divisão de Saúde:

Figura 3 – Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários



Fonte: Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.

A PCD é o órgão da UFV responsável pela gestão da assistência estudantil, da saúde e qualidade de vida de toda a sua comunidade universitária, que inclui o planejamento, administração, coordenação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação das políticas, programas e projetos implementados em parceria com demais órgãos internos e externos à UFV⁸⁵. Entende-se por comunidade universitária “os corpos docente, técnico-administrativo e discente, diversificados em suas atribuições e funções e unificados em seus objetivos”⁸⁶.

A PCD trabalha estrategicamente para atender às demandas institucionais nas áreas de sua responsabilidade, visando o bem estar do seu amplo e heterogêneo público, especialmente dos estudantes mais carentes, que depositam na UFV a esperança de um futuro melhor, alunos

⁸⁴ UFV. Conselho Universitário. **Resolução Consu nº 5, de 8 de abril de 2024**. Aprova o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Viçosa e dos órgãos a ela vinculados. Disponível em: [Resolucao-Consu-5-2024-corrigida.pdf](https://resolucao-consu-5-2024-corrigida.pdf) (ufv.br). Acesso em: 16 ago. 2024.

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ UFV. Secretaria de Órgãos Colegiados. **Regimento Geral da Universidade Federal de Viçosa de 24 de fevereiro de 2000**. Dispõe sobre normas relativas às atividades didático-científicas e administrativas comuns aos órgãos integrantes da Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <https://soc.ufv.br/regimento-geral/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

que estão ali não apenas por sua dedicação e empenho, mas porque a UFV proporciona a eles acolhimento, moradia, alimentação e assistência à saúde, permitindo assim que deixem suas casas e famílias para estudar.

As Divisões vinculadas à PCD, cada uma em sua especificidade, executam serviços essenciais para que seu público possa contar com serviços de qualidade, concentrados no *campus*, de modo a suprir suas necessidades básicas e minimizar as suas inseguranças, tendo assim condições de se dedicar aos cursos e otimizar o rendimento acadêmico.

A Divisão de Saúde, por exemplo, é uma unidade ambulatorial que oferece consultas gratuitas, e atualmente dispõe de atendimentos médicos, odontológicos, fisioterápicos, nutricionais, fonoaudiológicos e de enfermagem, realiza exames laboratoriais de análises clínicas, eletrocardiogramas e de diagnóstico por imagem. Os exames laboratoriais são o único tipo de atendimento em que o paciente tem custos para realização, porém os valores cobrados por este laboratório são significativamente inferiores aos cobrados nos demais laboratórios da cidade, pois não tem fins lucrativos.

De acordo com o Regimento Interno da PCD, é competência da DSA:

Art. 77. Compete à DSA:

- I - planejar, coordenar, propor e implementar ações de saúde na UFV;
- II - atuar de forma multiprofissional intersetorial dando suporte à administração superior da UFV em atividades afins;
- III - constituir-se em campo de ensino, pesquisa e extensão para estudantes de áreas afins;
- IV - fomentar o observatório de políticas de assistência estudantil da UFV com as informações do perfil dos estudantes de graduação; e
- V - auxiliar a PCD na elaboração de projetos para captação de recursos para atendimento aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão⁸⁷.

Ao longo de sua extensa trajetória a DSA procedeu vários momentos de adaptações e aprimoramentos com o intuito de oferecer aos usuários atendimentos diversificados, estrutura bem equipada e segura, sempre procurando manter a qualidade. A cada ano, os planejamentos e metas são avaliados com base nos acontecimentos passados, e são aperfeiçoados conforme os objetivos futuros. Constantemente são implementados novos programas e projetos a fim de ampliar a cobertura de atendimentos e integrar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Conforme o Relatório de Gestão da DSA do ano de 1999, o planejamento para aquele ano voltava-se à redução do quantitativo de reclamações do seu público, e à promoção e manutenção da saúde. Para isso, buscou-se formas de melhorar o atendimento e enfatizar as

⁸⁷ UFV. Conselho Universitário. **Resolução Consu nº 5, de 8 de abril de 2024**. Aprova o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Viçosa e dos órgãos a ela vinculados. Disponível em: [Resolucao-Consu-5-2024-corrigida.pdf \(ufv.br\)](#). Acesso em: 16 ago. 2024.

práticas referentes à medicina preventiva, visando a diminuição da busca por atendimentos desnecessários ou preveníveis. Algumas das ações adotadas em 1999 foram:

- Incremento da cooperação com o Departamento de Nutrição e Saúde, fortalecendo as atividades de orientação nutricional nas áreas de Dietoterapia, Saúde do Adolescente e Saúde Bucal;
- Cooperação com o Departamento de Economia Doméstica, no Programa de Orientação Familiar (PROEF), que, sob a coordenação de um profissional em Economia Doméstica promovia orientação objetivando a promoção e manutenção da saúde de todos os membros da família, em especial das gestantes, nutrizes e crianças;
- Reforço ao conhecimento dos servidores acerca das leis e regras que regem a DSA e a UFV no geral;
- Personalização dos setores e redistribuição dos servidores por competência e vocação;
- Recebimento de bolsistas, estagiários e acadêmicos dos diversos cursos da UFV, em atividades de ensino, pesquisa e extensão, observadas as suas competências⁸⁸.

Uma importante parceria com o instituto Agros foi firmada em 2005, agregando à equipe de profissionais da DSA o quantitativo médio de 25 funcionários e contribuição financeira para cobrir as despesas. Em contrapartida, os participantes do convênio de saúde podiam consultar na DSA, independente de possuírem vínculo direto com a UFV ou não. Os profissionais da DSA e do Agros atendiam conjuntamente os pacientes da comunidade universitária e os conveniados ao Agros⁸⁹. A parceria entre as duas entidades favoreceu o atendimento aos pacientes de ambos os públicos atendidos, entretanto, devido a uma série de ações e denúncias contra a parceria, em 15 de setembro de 2015, o Conselho Deliberativo do Agros decidiu encerrá-la⁹⁰.

Uma conquista significativa da DSA foi o Posto de Vacinação Permanente, que iniciou o seu funcionamento em 23 de outubro de 2006, “em caráter de rotina e não apenas de campanha, visando ao controle, à eliminação e a erradicação das doenças imunopreveníveis (doenças que podem ser prevenidas através de vacinação)”. São oferecidas a toda a comunidade viçosense, gratuitamente, através da disponibilização do Ministério da Saúde, todas as vacinas do Calendário Básico de Vacinação da Criança, do Adolescente e do Adulto⁹¹.

⁸⁸ DSA. Divisão de Saúde. **Relatório Anual de 2000**. Arquivo interno da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, 2001.

⁸⁹ CUNHA, Nina Rosa da Silveira. **Relatório da Divisão de Saúde do ano de 2013**. Universidade Federal de Viçosa, 2014.

⁹⁰ UFV. Notícias. **UFV esclarece encerramento do convênio entre Agros e Divisão de Saúde**. 15 de setembro de 2015. Disponível em: [Universidade Federal de Viçosa - Notícias \(ufv.br\)](http://universidade.federal.de.vicosas.br/noticias). Acesso em 23 ago. 2024.

⁹¹ DSA. Divisão de Saúde. **Relatório Anual de 2009**. Arquivo interno da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, 2010.

Em seus mais de 42 anos de existência, o edifício da DSA passou por algumas reformas e transformações em sua estrutura e layout, de modo a se adequar às novas necessidades e oferecer mais conforto aos usuários. No ano de 2009, de acordo com o Relatório de Gestão anual da UFV, foi construída uma sala para realização de exames de ultrassonografia, o setor de Raio X passou por reforma e ampliação das instalações elétricas, e foram adquiridos vários equipamentos⁹². Atualmente, a DSA não realiza exames de ultrassonografia, este serviço é praticado por um médico da DSA, porém na Unidade de Atenção Especializada em Saúde da UFV (UAES), que se localiza fora do *campus*.

Devido à criação dos cursos de Enfermagem em 2009 e de Medicina em 2010, no *campus* da UFV, no ano de 2010 a DSA passou por reforma em um espaço específico destinado ao uso destes novos cursos até a inauguração do Edifício da Saúde, que abriga o Departamento de Medicina e Enfermagem, em 09 de dezembro de 2013. No mesmo ano, houve também a instalação de gerador para o suprimento de energia elétrica⁹³.

Em 2012, comemorou-se os 30 anos da Divisão de Saúde, em uma cerimônia que aconteceu no dia 14 de setembro, no auditório da Engenharia Florestal, reunindo os seus servidores, ex-servidores, representantes de outros setores da UFV, da Secretaria Municipal de Saúde de Viçosa, do Agros, a Chefe da das, professora Nina Rosa da Silveira Cunha, a Pró-reitora de Assuntos Comunitários, professora Sylvia do Carmo Castro Franceschini, a Reitora, professora Nilda de Fátima Ferreira Soares e o Vice-Reitor, professor Demetrius David da Silva, entre outros, que recordaram a história do órgão. Os servidores ativos e aposentados receberam certificado de homenagem. A comemoração contou com apresentação do grupo musical “Café com música” composto pelos servidores da própria DSA⁹⁴.

No período entre 2013 e 2018, o edifício passou por outra reforma, desta vez na sede por completo, devido à deterioração provocada pelo tempo e também para melhorar a distribuição dos espaços e se adequar às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Iniciando em 2013 com a troca dos telhados e calhas, que finalizou em 2014, e logo após foi dado início às obras nos setores⁹⁵. Durante todo o período da reforma os atendimentos

⁹² UFV. **Prestação de Contas Ordinárias Anual. Relatório De Gestão Do Exercício De 2010**. Março de 2011. Disponível em: https://www.ufv.br/wp-content/uploads/2019/01/Relatorio_de_Gestao_2010_UFV.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.

⁹³ UFV. Relatório de Gestão do Exercício de 2010. Viçosa, Minas Gerais, 2011. Disponível em: https://www.ufv.br/wp-content/uploads/2019/01/Relatorio_de_Gestao_2010_UFV.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.

⁹⁴ UFV. **Divisão de Saúde comemora 30 anos**. Universidade Federal de Viçosa - Notícias, 2012. Disponível em: [Universidade Federal de Viçosa - Notícias \(ufv.br\)](https://www.ufv.br/noticias/2012/01/divisao-de-saude-comemora-30-anos). Acesso em: 23 ago. 2024.

⁹⁵ UFV. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. Viçosa, Minas Gerais, 2015. Disponível em: https://www.ufv.br/wp-content/uploads/2019/01/Relatorio_de_Gestao_2014_UFV-1.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.

continuaram sendo realizados na própria sede, sendo os setores remanejados de lugar até a conclusão em 2018.

Com a finalização da revitalização, realizou-se um mutirão entre os servidores do estabelecimento, em um sábado, para reorganização dos setores. Nesta oportunidade, os documentos do “arquivo morto” passaram por separação, agrupamento e organização. A ordenação dos conjuntos documentais foi mantida por um servidor, que se dedicava à arrumação do arquivo entre outras funções administrativas, até o início do ano de 2019, quando se aposentou. A partir de então, os documentos encaminhados ao arquivo não seguiam mais a sequência da ordenação inicial, pois devido às condições físicas do arquivo nenhum outro servidor se habilitou a ficar com a função, gerando, assim, vários agrupamentos de documentos que se mesclam, dificultando a localização quando necessária, e causando duplicação de prontuários quando o paciente se desvincula da UFV e depois retorna com novo vínculo.

Os anos de 2020 e 2021 foram globalmente atípicos, por causa da Pandemia de covid-19, que trouxe medo e insegurança à população e provocou profundas mudanças em todos os contextos sociais. Como medida de contingenciamento à pandemia, a UFV, através do Ato nº 17/2020/CEPE, de 14 de março de 2020, suspendeu as aulas por tempo indeterminado, em seus três campi, a partir de 16 de março de 2020, instruindo o retorno dos estudantes para as suas cidades, bem como autorizou, através da Portaria nº 0201/2020, de 21 de março de 2020, a realização da jornada de trabalho remotamente a todos os servidores, por tempo indeterminado, desde que não exercessem atividades nas áreas de segurança, saúde ou outras que fossem essenciais ao enfrentamento da crise de saúde pública.

A Divisão de Saúde alterou todo o seu funcionamento e manteve-se atuante durante todo o período. Conforme informado no Relatório de Atividades do ano de 2020 da DSA, a partir da segunda quinzena de março até junho estabeleceu-se o teleatendimento, e somente casos emergenciais, quando julgado pelo médico, aconteceram presencialmente. As equipes administrativa, médica e de enfermagem trabalharam em escala de revezamento ou com redução de horário e os atendimentos da sala de vacinas e curativos foram mantidos. Os atendimentos odontológicos, fonoaudiológicos, fisioterápicos e de nutrição ficaram suspensos, e retornaram em 22 de junho, em esquema de revezamento, após os Decretos Municipais 5470/2020 e 5486/2020 autorizando os atendimentos eletivos inadiáveis e após obter liberação da Vigilância Sanitária⁹⁶.

⁹⁶ DSA. **Relatório de Atividades do ano de 2021 da Divisão de Saúde**. Última revisão: 07/03/2022. Disponível em: file:///C:/Users/55319/Downloads/Relatorio-gestao-2021-DSA-1.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

Dentre os esforços da equipe da Divisão de Saúde no combate à Pandemia houve o deslocamento de alguns servidores dos seus setores de origem para auxílio na realização de exames PCR, aplicação de vacinas conferência dos cartões de vacinação.

Uma área da DSA foi reformada e isolada das demais áreas, em tempo recorde, para funcionamento do Ambulatório COVID que iniciou os atendimentos em 10 de agosto, a unidade possuía entrada independente para os pacientes sintomáticos e local de paramentação e desparamentação para os profissionais de saúde⁹⁷. Foi um ano desafiador e de muito trabalho para todos os servidores que se mantiveram ativos.

Todos os setores da DSA tiveram papel fundamental no período de pandemia. O almoxarifado recebeu doação de vários itens de EPI, e também compartilhou com diversas entidades da cidade e região, como o Lar dos Velhinhos de Viçosa, a Casa da Melhor Idade de Porto Firme, o Asilo de Teixeiras, o Lar São José de Piranga, entre outros. Atuou ainda como almoxarifado de apoio aos dois hospitais da cidade, abrigando as doações de EPIs dos planos de saúde e da universidade, entre os meses de maio a agosto, enviando-os semanalmente aos hospitais, conforme as demandas⁹⁸.

O médico Alex Simiqueli de Faria, clínico geral e especialista em infectologia, foi afastado de suas atividades presenciais na DSA, entre abril e agosto de 2020, para prestar assessoria a UFV referente a Pandemia de covid-19, e também para compor conselhos junto à prefeitura.

Em setembro de 2021, o médico urologista da DSA se aposentou, e não houve a contratação de um novo profissional desta especialidade⁹⁹. Atualmente, a UFV dispõe de atendimento de urologia somente na UAES; as especialidades médicas disponíveis na DSA, no momento, são: Clínica Médica, Medicina da Família, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Cardiologia e Ortopedia.

Uma nova parceria entre a DSA e o instituto Agros foi estabelecida, em contrato publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de maio de 2022, com uma formulação diferente da antiga parceria. O presente contrato prevê o atendimento aos beneficiários do plano de saúde, pela equipe de profissionais da DSA, com isenção da cobrança de coparticipação aos usuários, conforme legislação correspondente. As consultas e procedimentos destes beneficiários são ressarcidas pelo Agros à DSA, via Fundação Artística,

⁹⁷ *Ibidem*.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ DSA. Divisão de Saúde. Relatório de Atividades do ano de 2020 da Divisão de Saúde. 2022. Disponível em: https://www.dsa.ufv.br/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio_gestao_2020_completo-2.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.

Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa (FACEV), interveniente do contrato, e responsável pela gestão administrativo-financeira entre as instituições¹⁰⁰.

Estas foram algumas das muitas ações praticadas pela Divisão de Saúde, que possui um longo percurso de história atrelado às memórias de todos que por ela passaram, com seus diferentes vínculos, seja como servidor, colaborador, estagiário ou paciente.

2.3 A atuação da Divisão de Saúde na comunidade acadêmica

Os atendimentos prestados pela Divisão de Saúde são de suma importância para a comunidade acadêmica, pois a universidade recebe todos os anos vários alunos em vulnerabilidade econômica, vindos de diversas localidades do país e do exterior, que dependem do acolhimento e assistência oferecidos por essa unidade de saúde.

É importante também para a cidade em que está inserida, visto que a demanda de atendimentos em saúde no sistema público é sempre crescente e alta; desse modo, os atendimentos prestados pela DSA aos estudantes, servidores e dependentes contribui para aliviar o fluxo nos hospitais e nas unidades básicas, colaborando para o acesso à saúde de toda a população do município de Viçosa.

Um grande problema enfrentado pela cidade é que os universitários não viçosenses não são incluídos, pelo censo, na contabilização de habitantes do município, gerando assim uma numerosa “população flutuante”, reconhecidamente, no momento atual, em cerca de 20.000 pessoas, que conseqüentemente não são incluídas nos cálculos dos repasses de recursos financeiros para a prefeitura. Esta situação coloca em evidência o papel fundamental da DSA na estrutura integrativa à rede municipal de saúde¹⁰¹.

As consultas e assistência prestadas pela DSA são voltadas para os estudantes e seus dependentes diretos (cônjuge e filhos até 21 anos, ou até 24 anos, caso estejam estudando), servidores e seus dependentes diretos, alguns programas específicos que realizam atendimentos através de aulas práticas, como os da nutrição, por exemplo, são abertos à toda comunidade viçosense e até mesmo de cidades vizinhas, e atualmente, devido à parceria com o Instituto Agros, a DSA atende também usuários conveniados a este plano de saúde.

¹⁰⁰ AGROS. **Agros e UFV firmam parceria para atendimento de beneficiários do plano de saúde e aprimoramento da Divisão de Saúde**. 2022. Disponível em: [Agros e UFV firmam parceria para atendimento de beneficiários do plano de saúde e aprimoramento da Divisão de Saúde - Agros Previdência e Saúde](#). Acesso em: 23 ago. 2024.

¹⁰¹ GONÇALVES, Liliane Honorato. **O sistema de saúde na assistência estudantil da UFV: a percepção dos estudantes de graduação beneficiados pelo PNAES**. 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba. 2019. p. 30.

Dentre as assistências praticadas pela, os atendimentos disponibilizados pela Divisão de Saúde, compõe o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFV. Criado em 2008, instituído oficialmente através do decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e executado pelo Ministério da Educação (MEC).

A implementação do PNAES ocorre de modo articulado às atividades de ensino, pesquisa e extensão, pilares do ensino superior, com a finalidade de apoiar a permanência dos estudantes de baixa renda das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), matriculados em cursos presenciais de graduação. As ações do Programa devem viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os alunos, apoiá-los no sentido de melhorar o desempenho acadêmico, além de agir, de forma preventiva, nos casos de retenção e evasão por motivo da insuficiência de condições financeiras¹⁰².

O PNAES é fruto das políticas de afirmação direcionadas ao Ensino Superior brasileiro dos governos Lula. Já em seu primeiro mandato (2003-2006), identificou “que a taxa de escolaridade líquida da educação superior brasileira era muito baixa e distante da meta de 30% proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010)”¹⁰³, despertando no governo a preocupação em aumentar o contingente de estudantes oriundos das famílias de menor renda nas universidades públicas, priorizando a assistência e a mobilidade estudantil.

O público atendido pelo PNAES, preferencialmente, são os estudantes vindos das escolas públicas de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. As instituições federais de ensino podem, ainda, fixar outros requisitos, de acordo com as suas especificidades e realidades - as mesmas devem definir a metodologia de seleção para a concessão do benefício e são responsáveis também pelo acompanhamento e avaliação dos projetos desenvolvidos e dos estudantes atendidos¹⁰⁴.

As universidades e os institutos federais devem pautar suas atividades, relacionadas ao PNAES, nas seguintes áreas elencadas abaixo, em rol exemplificativo:

- § 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:
- I - moradia estudantil;
 - II - alimentação;
 - III - transporte;
 - IV - atenção à saúde;

¹⁰² BRASIL, **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 24 jul. 2024.

¹⁰³ GONÇALVES, Liliane Honorato. **O sistema de saúde na assistência estudantil da UFV: a percepção dos estudantes de graduação beneficiados pelo PNAES**. 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba. 2019. p. 8.

¹⁰⁴ BRASIL, **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 24 jul. 2024.

V - inclusão digital;
 VI - cultura;
 VII - esporte;
 VIII - creche;
 IX - apoio pedagógico; e
 X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação¹⁰⁵.

Como observado, é ampla a lista das áreas a serem desenvolvidas pela assistência estudantil do PNAES, e cada universidade ou instituto federal tem autonomia no gerenciamento interno do programa, cabendo às mesmas o planejamento e elaboração de métodos para abranger com equidade as áreas expressas no decreto, em consonância com a realidade e necessidade do seu público. A Divisão de Saúde contribui com a UFV no cumprimento da atenção à saúde.

Mesmo antes da criação do PNAES, a UFV já adotava comportamento assistencialista: em sua trajetória, encontram-se marcas de amparo e colaboração à sua comunidade, visando possibilitar melhores condições aos estudantes e consequente permanência deles até concluírem os cursos. A integração dos tradicionais esforços assistenciais da UFV ao PNAES reconfigurou as práticas da instituição e ampliou os programas e serviços ofertados.

Os serviços de moradia, alimentação e saúde na época da ESAV eram concedidos mediante pagamento de taxas, o que os diferenciam do modelo atual, em que os estudantes assistidos pelo PNAES não têm custo para usufruírem dos serviços.

Uma pesquisa com os estudantes de graduação da UFV beneficiados pelo PNAES acerca de suas percepções em relação ao sistema de saúde na assistência estudantil da instituição identificou, nas falas dos entrevistados, que eles consideram a “saúde como bem essencial e grande influenciadora no rendimento estudantil”. Os estudantes declararam possuir grande dependência dos serviços prestados pela Divisão de Saúde, e que sempre recorrem a este atendimento quando necessitam, porém, nem sempre a Divisão consegue suprir toda a demanda, e acaba encaminhando-os aos hospitais da cidade. Em casos específicos, os estudantes conseguem auxílio financeiro por meio da Divisão de Assistência Estudantil (DAE) para o custeio de algum exame ou medicamento necessário, ou, simplesmente, o aluno deixa de realizar o tratamento por falta de condições financeiras, aumentando assim o risco de agravamento do problema, o que influencia direta e negativamente no rendimento acadêmico dos mesmos¹⁰⁶.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ GONÇALVES, Liliane Honorato. **O sistema de saúde na assistência estudantil da UFV: a percepção dos estudantes de graduação beneficiados pelo PNAES**. 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba. 2019. p. 53-59.

Apesar da dedicação da DSA em se adaptar e buscar soluções para melhorar e ampliar os seus serviços, trazendo para si os docentes e alunos dos cursos da área da saúde da UFV em suas aulas práticas e construindo parcerias com outras instituições, sem dúvidas esse esforço reflete um alargamento nas consultas e procedimentos realizados, porém, a realidade é que a cobertura completa de consultas, exames e procedimentos é um desafio ao órgão que possui recursos limitados.

Outro ponto citado pelos entrevistados, nesta pesquisa, é o adoecimento mental, comum nos finais de período, devido às diversas exigências do curso, assédio moral por parte de alguns professores, e até mesmo entre os estudantes, as competições que são estimuladas no meio acadêmico e a pressão de passarem longos períodos longe da família, tudo isso gera um grande estresse mental, alteração no padrão do sono, crises de ansiedade e depressão¹⁰⁷.

Até o ano de 2016 a DSA dispunha de atendimentos psicológicos e até 2018 psiquiátricos, atualmente estes atendimentos concentram-se na Divisão de Psicossocial (DVP). Os casos de saúde mental que chegam à DSA são encaminhados aos médicos da equipe de saúde da família, que muitas vezes conseguem resolver os problemas dos pacientes e fazem o acompanhamento dos mesmos. Em casos extremos, os pacientes são encaminhados aos cuidados dos profissionais da DVP.

Outro grupo dentro do universo acadêmico que conta muito com os atendimentos prestados pela Divisão de Saúde são os servidores aposentados, os seus dependentes e os pensionistas. O momento da aposentadoria, no geral, é também o momento em que o servidor mais carece de cuidados com a saúde, devido à idade que se encontra. O envelhecimento aumenta a vulnerabilidade às doenças, as suas condições físicas já não são tão vigorosas, e o fato da aposentadoria, por si só, traz mudanças radicais no estilo de vida, causando muitas vezes desafios emocionais como depressão e ansiedade, por falta da rotina profissional e da convivência com os colegas de trabalho.

Os aposentados nem sempre tiveram o direito de utilizar os serviços da Divisão de Saúde, pois com o ato da aposentadoria subentendia que o servidor não possuía mais vínculo com a universidade. Em 20 de outubro de 1988, o reitor Antônio Fagundes de Sousa reuniu-se aos servidores aposentados, aproximadamente 280 entre técnicos administrativos e professores, no Salão Nobre do Edifício Arthur da Silva Bernardes, informando-os que a partir daquele momento, numa iniciativa pioneira da UFV, eles teriam acesso livre aos

¹⁰⁷ *Ibidem*.

serviços de Assessoria Jurídica e da Divisão de Saúde da instituição, com prioridade absoluta no uso deste atendimento¹⁰⁸.

O reitor manifestou ainda sua preocupação em relação ao desnível dos salários “daqueles que deram a maior e melhor parte de suas vidas à UFV”. Na época, conforme ilustrado pelo reitor, os vencimentos dos aposentados correspondiam a 10%, 20%, alcançando no máximo 50% do salário real, a depender do caso. Enfatizou que os atendimentos ali disponibilizados a eles não eram dever legal da Universidade, mas sim obrigação moral de retribuí-los, pois foram eles que a sustentaram na época das vacas magras, e por isso a UFV é casa deles, portanto deveriam sentir-se à vontade, como sempre se sentiram¹⁰⁹.

Infelizmente os desníveis salariais permanecem, não somente entre os valores recebidos pelos aposentados em relação aos servidores ativos, mas também dentro da mesma categoria de técnicos administrativos. Há servidores aposentados e pensionistas que dependem realmente dos serviços da Divisão de Saúde, sobretudo aqueles aposentados em funções dos cargos de níveis A, B e C, pois, conforme o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de Janeiro de 2005, estes servidores possuem a menor remuneração da categoria, no âmbito das Instituições Federais de Ensino. Ao se aposentarem, eles têm grandes perdas financeiras, pois, na maioria das vezes, as vantagens pecuniárias que compõem a remuneração, não são incluídas ao provento de aposentadoria e pensão.

É comum escutar dos pacientes aposentados e pensionistas que frequentam a Divisão de Saúde, que em consequência das perdas financeiras, tiveram de abrir mão do plano de saúde privado, pois estes passam por ajuste no custo anualmente, enquanto o provento não acompanha os aumentos do mesmo. Eles, então, se veem numa situação em que já não conseguem arcar com todas as despesas básicas da família, como alimentação, medicação, moradia, plano de saúde, e muitas vezes ainda precisam ajudar os filhos e netos, acabando por precisarem escolher quais despesas a serem mantidas. E neste caso renunciam ao plano de saúde, apesar de terem consciência de sua importância, pois o custo de sua manutenção é muito alto, e entendem que as demais despesas são prioridade para a própria subsistência e de seus dependentes.

Com isso, a Divisão de Saúde torna-se a principal fonte de assistência à saúde para eles, assim como é para os estudantes em vulnerabilidade econômica. Esse fato evidenciou-se

¹⁰⁸ UFV. **Aposentados da UFV têm acesso aos serviços jurídicos e de saúde na Universidade**. UFV Informa. Viçosa MG, 27 de outubro de 1988. nº 1075. Disponível em: [Edi_o_n1075.pdf \(ufv.br\)](#). Acesso em: 13 ago. 2024.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 3.

nas declarações deste grupo de servidores nas assembleias da última greve dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE's) das universidades e institutos federais, que aconteceu no período entre 11 de março de 2024 e 01 de julho de 2024.

Conforme citado na Nota de Esclarecimento elaborada pelo Comando Local de Greve da UFV, justificando a motivação da greve, uma de suas pautas era a reivindicação pela reestruturação do plano de carreira e a recomposição salarial, visto que, nos últimos 12 anos, os servidores TAE'S tiveram uma perda do poder aquisitivo de aproximadamente 50%, devido ao acúmulo de 98,88% da inflação neste período. Perante essa defasagem, o governo ofereceu reajuste para o ano de 2024, somente nos auxílios alimentação, saúde e creche, dos quais auxílios atingem apenas os servidores da ativa, deixando os aposentados e pensionistas de fora; o auxílio saúde, por sua vez, incorpora-se ao provento de aposentadoria e pensão, porém, o valor deste subsídio é irrisório em face ao atual custo dos planos de saúde privados para a faixa etária dos ex-servidores¹¹⁰.

Além dos atendimentos exercidos pela equipe de profissionais da Divisão de Saúde, o estabelecimento é também campo para atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que é importante tanto para a comunidade acadêmica - pois amplia as vagas disponíveis para atendimento - quanto para os estudantes dos cursos da área de saúde, que têm a oportunidade de aperfeiçoarem o aprendizado através de aulas práticas que permitem adquirir experiências com casos reais, dentro da própria instituição.

De acordo com o Relatório Anual de Gestão da Divisão de Saúde do ano de 2023, houve um aumento expressivo nas atividades de ensino, pesquisa e extensão em comparação aos anos anteriores. A DSA recebeu, naquele ano, um total estimado de 286 estudantes, matriculados em 22 disciplinas de graduação, distribuídas em aulas práticas e estágio curricular obrigatório, dos cursos de Medicina, Enfermagem e Nutrição da UFV, e também do curso de Fisioterapia do Centro Universitário de Viçosa (UNIVIÇOSA). Foram executados 11 projetos de extensão e 14 projetos de pesquisa pelos alunos e professores dos cursos de Enfermagem, Nutrição e Educação Física da UFV¹¹¹. A viabilização destes atendimentos contou com apoio administrativo e logístico da equipe da Divisão de Saúde.

Os atendimentos realizados em 2023 pelos docentes, preceptores e estudantes gerou cerca de 3040 consultas prestadas, nas quais: 1695 foram consultas médicas, 1145 consultas

¹¹⁰ ASAV. Associação dos Servidores Administrativos da UFV. **Constituição e instalação do Comando Local de Greve dos TAEs da UFV**. 11 mar. 2024. Disponível em: <https://asavufv.org.br/clgtaes/constituicao-e-instalacao-do-comando-local-de-greve-dos-taes-da-ufv/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

¹¹¹ DSA. **Relatório de Gestão da Divisão de Saúde da UFV do ano de 2023**. Última revisão em 06 de janeiro de 2024. Disponível em: https://www.dsa.ufv.br/wp-content/uploads/2024/01/Relatorio_gestao_2023_DSA-2.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

de Nutrição, 1781 sessões de Fisioterapia e 114 consultas de Enfermagem¹¹². Apesar do significativo volume de atendimentos agregados à DSA, ainda assim a Divisão não é capaz de suprir toda a demanda em saúde da comunidade universitária, visto que constantemente as vagas esgotam-se imediatamente após a disponibilização para o agendamento, ficando certa parcela de usuários sem conseguirem realizar as consultas almejadas.

Reafirmando o seu compromisso institucional, a Divisão de Saúde dá suporte na área da saúde aos eventos promovidos pela instituição, tais como as formaturas, a Semana do Fazendeiro e os eventos esportivos¹¹³. Participa também na programação da matrícula dos ingressantes da graduação e da pós-graduação, na Comissão de Saúde, para apuração de deficiências¹¹⁴.

A fim de promover a saúde e prevenir doenças, atua por meio da realização de campanhas próprias ou em parceria com outras entidades. Como exemplo, o Quadro 1 apresenta as campanhas ocorridas em 2023.

Quadro 1 – Campanhas, 2023

Nº	Mês	Campanha	Número de pessoas beneficiadas
1	Março (16 a 8/03/23)	Integra Calouros: apresentação da DSA aos calouros em banners e panfletos, análise dos cartões de vacina e aplicação das vacinas faltantes.	197 alunos atendidos e 193 doses de vacinas aplicadas.
2	Março (25/03/23)	Trote Solidário: campanha de doação de sangue, em parceria com o Hemominas.	94 bolsas de sangue coletadas.
3	Março (29 a 30/03/23)	Campanha de vacinação contra Meningite C no Multiuso.	465 pessoas vacinadas.
4	Abril (19 e 20/04)	Apoio à testagem e aconselhamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (testagem de HIV, sífilis e hepatite B e C), em parceria com o PET-Saúde e Prefeitura Municipal de Viçosa.	112 pessoas atendidas e 450 testes realizados.
5	Abril (27/04 e 04/05)	Ação para vacinação antirrábica.	100 estudantes vacinados e 200 doses aplicadas.
6	Abril a Setembro	Campanha de vacinação contra Influenza (vacina tetravalente) do AGROS.	2493 beneficiários vacinados.
7	Abril a Junho	Campanha de vacinação contra Influenza junto aos funcionários da FUNARBE.	297 pessoas vacinadas.
8	Maior (29/05/2023)	Campanha de vacinação contra covid e Influenza no MU.	1732 doses aplicadas (974 doses de covid e 758 doses

¹¹² Ibidem.

¹¹³ UFV. Relatório de Gestão do Exercício de 2014. Viçosa, Minas Gerais, 2015. Disponível em: https://www.ufv.br/wp-content/uploads/2019/01/Relatorio_de_Gestao_2014_UFV-1.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.

¹¹⁴ DSA. Relatório de Atividades do ano de 2021 da Divisão de Saúde. Última revisão: 07/03/2022. Disponível em: file:///C:/Users/55319/Downloads/Relatorio-gestao-2021-DSA-1.pdf. Acesso em: 21 ago. 2024.

			de Influenza).
9	Julho 26 a 28/07/23	Vacinação contra Influenza na 93ª Semana do Fazendeiro da UFV.	84 pessoas vacinadas.
10	Setembro 23/09/23	Campanha de Doação de Sangue em parceria com o Hemominas.	198 pessoas atendidas e 144 bolsas de sangue coletadas.
11	Outubro	Campanha Outubro Rosa: atendimentos de avaliação global da saúde da mulher e avaliação da necessidade de realização de mamografias.	39 atendimentos realizados.
12	Dezembro 01/12/23	Apoio à campanha de testagem de Infecções Sexualmente Transmissíveis, em parceria com a Prefeitura Municipal de Viçosa e o Departamento de Medicina e Enfermagem.	100 pessoas atendidas e 400 testes realizados e aconselhamentos.
Total de 4179 pessoas atendidas, 5464 doses de vacinas aplicadas e 850 testes realizados.			

Fonte: Relatório Anual da DAS (2024, p. 15).

O Quadro 1 nos mostra um panorama geral da atuação da Divisão de Saúde por meio de campanhas que, via de regra, acontecem anualmente. Os dados nele expressos refletem o empenho contínuo da DSA em agir preventivamente, promovendo campanhas de vacinação voltadas ao seu público, bem como aos funcionários e usuários de organizações parceiras que operam dentro da UFV. Com isso, a DSA contribui significativamente com as unidades de saúde municipais, dado que dentre a população absorvida nas campanhas, há uma parte relevante de habitantes naturais da cidade de Viçosa, e essa prática ajuda a desviar a pressão sobre os postos de vacinação municipais.

Na recepção dos calouros, evento organizado pela instituição para acolher os seus novos alunos, a DSA trabalha a divulgação da Unidade de Saúde, além de proceder com a verificação do cartão de vacinas dos estudantes novatos e já realizar a aplicação das vacinas que faltarem para que os mesmos completem o esquema vacinal, protegendo-os de determinadas doenças.

Constatamos também o seu compromisso social, ao realizar semestralmente a campanha de doação de sangue, juntamente ao Hemominas, incentivando a doação entre os estudantes e servidores e contribuindo com os estoques do banco sangue da região. Outra ação de cunho social, importantíssima no ambiente universitário, realizada com o apoio da Divisão de Saúde, é a testagem de infecções sexualmente transmissíveis (HIV, Sífilis e Hepatite B e C). A DSA realiza também campanhas temáticas mensais, em conformidade às campanhas do Ministério da Saúde, visando chamar a atenção dos seus usuários para a conscientização sobre temas importantes à saúde pública e sinais de alerta de doenças. Neste sentido, foram desenvolvidas, em 2023, as campanhas do Outubro Rosa: mês de conscientização ao câncer de mama; Novembro Azul: dedicado à conscientização sobre o câncer de próstata e cuidados

à saúde do homem; e Dezembro Laranja e Vermelho: Destinado à discussão sobre a conscientização do câncer de pele e Infecções Sexualmente Transmissíveis, respectivamente¹¹⁵.

Em outros anos houve outras campanhas temáticas mensais, como Janeiro Branco: para conscientização e cuidado da saúde mental e emocional; Março Lilás: para conscientização e combate ao câncer de colo de útero e Agosto Dourado: incentivando o aleitamento materno. Essas campanhas abordam temas relevantes e são oportunidade importante para desenvolver a educação individual e coletiva sobre prevenção de doenças, comportamentos saudáveis e a importância da realização de exames preventivos, bem como é momento fundamental para divulgação e circulação de informações atuais e aprofundadas sobre questões específicas de saúde.

Compreendemos que a importância da Divisão de Saúde vai além dos atendimentos à comunidade acadêmica, oferecendo acolhimento, consultas, exames e tratamentos, campanhas de promoção à saúde e prevenção de doenças, visando a qualidade de vida e o bem estar dos alunos, servidores ativos e aposentados e até mesmo de seus dependentes. A DSA é um órgão de integração na UFV, unindo o trabalho dos profissionais técnicos administrativos, professores e alunos a fim de ampliar o leque de serviços ofertados e, conseqüentemente, o número de consultas e procedimentos disponibilizados, contribuindo assim com o aprendizado dos alunos da área da saúde, proporcionando um ambiente de trabalho equipado e seguro. A DSA possui ainda papel crucial na estrutura da rede de saúde do município, pois o seu público abrange uma considerável parcela da comunidade viçosense, colaborando com a descentralização da demanda nos hospitais e nas unidades básicas de saúde municipais.

¹¹⁵ DSA. **Relatório de Gestão da Divisão de Saúde da UFV do ano de 2023**. Última revisão em 06 de janeiro de 2024. Disponível em: https://www.dsa.ufv.br/wp-content/uploads/2024/01/Relatorio_gestao_2023_DSA-2.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

CAPÍTULO 3 – DIVISÃO DE SAÚDE ENTRE DOIS MARCOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

Este capítulo busca refletir acerca do comportamento dos atendimentos praticados pela Divisão de Saúde, descritos em seus Relatórios Anuais de Gestão. Os relatórios são elaborados como forma de transparência dos dados estatísticos de consultas e procedimentos efetuados, descrevem panoramicamente o funcionamento do órgão durante o ano, tal qual apresentam em linhas gerais informações a respeito do desenvolvimento acadêmico e profissional dos seus colaboradores, da atuação dos mesmos em eventos promovidos pela UFV, das diversas ações envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão interinstitucional e também em parceria com outras instituições, bem como expõe a utilização dos recursos financeiros aplicados na aquisição de material permanente, de insumos para os diversos tratamentos e reparos em equipamentos e na infraestrutura.

Devido ao tempo limitado para a realização da pesquisa de mestrado faz-se necessário a seleção dos itens constantes nos relatórios e do período a serem analisados. Por esse motivo optou-se em estudar o comportamento dos atendimentos e procedimentos realizados, em relação ao desenvolvimento da instituição, delineando a concentração das consultas à comunidade acadêmica nos ambulatorios médicos, odontológicos, fisioterápicos, fonoaudiológico, nutricional, na área de diagnóstico por imagem, enfermagem e no laboratório de análises clínicas, áreas que representam a atividade-finalística da DSA.

Em um recorte temporal que se inicia no ano de 2007, num contexto de plena expansão da educação superior no país. Abrangendo um período de adoção e fortalecimento de políticas públicas do governo em torno das Instituições Federais de Ensino, como a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI em 2007, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil–PNAES criado em 2008. O recorte cronológico se estende até o ano de 2023, que até então detém o último Relatório Anual de Gestão da DSA, já elaborado. Incluindo neste período o momento crucial de enfrentamento à Pandemia de covid-19, nos anos de 2020 a 2022, em que a Divisão de Saúde teve atuação fundamental juntamente aos órgãos de saúde municipal e regional.

3.1 O acolhimento em saúde à comunidade universitária, a partir dos Relatórios Anuais de Gestão da DSA nos anos de 2007 a 2023

A expansão das Instituições de Ensino Federais propiciou Educação Superior a populações cujas expectativas de estudo não atingiam tal nível de capacitação. O alcance a esse público demandou planejamentos e ações estratégicas em diferentes áreas a fim de proporcionar aos estudantes acessibilidade e segurança básica, como a segurança habitacional, alimentar e em saúde para que pudessem dedicar-se à vida acadêmica.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, gerou condições para que as universidades federais promovessem expansão física, acadêmica e pedagógica, com meta global de elevação gradativa da taxa média de conclusão dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento, e relação de dezoito alunos para cada professor, ao final de cinco anos, contados a partir do ingresso da instituição ao Programa¹¹⁶.

No mesmo ano o MEC criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil–PNAES através da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, a ser implementado a partir de 2008, posteriormente o Programa foi transformado no Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. O PNAES tem como objetivo a ampliação e democratização das condições de permanência e conclusão dos jovens na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, contribuir para a promoção da inclusão social pela educação e reduzir as taxas de retenção e evasão¹¹⁷.

Engajada ao movimento de expansão, a UFV obteve em 2007 aprovação de projetos pelo REUNI para o início de 2008. A projeção era aumentar em 42% o número de matrículas no período entre 2007 e 2012, em Viçosa e Florestal, os dois *campi* receberam obras de infraestrutura para comportar a ampliação, Florestal passou a oferecer cursos superiores de tecnologia e Viçosa novos cursos como os de Licenciaturas (Biologia, Física, Matemática, Química), Ciências Sociais, Enfermagem e Medicina, iniciados em 2009 e 2010, aumentando efetivamente o número de vagas em 46%¹¹⁸.

Os serviços disponibilizados e que terão os seus comportamentos analisados neste estudo são: Ambulatório médico; Diagnóstico por imagem; Enfermagem; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Laboratório de Análises Clínicas; Nutrição; Odontologia; e Psicologia.

¹¹⁶ BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 20 dez. 2024.

¹¹⁷ BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 24 jul. 2024.

¹¹⁸ UFV. **Relatório de Gestão do Exercício de 2012**. Viçosa, Minas Gerais, 2013. Disponível em: https://www.ufv.br/wp-content/uploads/2019/01/Relatorio_de_Gestao_2012_UFV.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.

3.1.1 Ambulatórios médicos

Os atendimentos nos ambulatórios médicos possuem equipe multiprofissional, atuando em diversas áreas como Atenção à Saúde da Mulher e da Criança (pediatria e ginecologia) - integrando o binômio mãe-criança, concentrando cuidado às crianças até 14 anos, mulheres e gestantes, clínica médica – atendendo aos adultos em geral, ortopedia, cardiologia, realização de pequenas cirurgias e a partir de 2019 conta com profissionais da área da Saúde da família e comunidade, conforme a Figura 4.

Figura 4 – Atendimentos nos ambulatórios médicos da Divisão de Saúde

Atendimentos nos Ambulatórios médicos da Divisão de Saúde										
Ano	Clínica Médica	Pediatria	Ginecologia	Cardiologia	Ortopedia	Pequenas cirurgias	Psiquiatria	Medicina da Família e Comunidade	Medicina do Trabalho	Total
2007	10938	2412	3384	1222	2401				521	20878
2008	16868	3027	2043	1512	2235				594	26279
2009	14374	2532	1626	1575	2091				664	22862
2010	15390	3491	2609	1285	2314	263			495	25847
2011	12584	2492	2154	872	2041	240			581	20964
2012	16965	2063								19028
2013	17632	2188	2629		79		1582			24110
2014	16038	2770	1197		2828		1939			24772
2015	14669	2473	1886		2272		1905			23205
2016	12204	1320	2097		434					16055
2017	13700	1210								14910
2018	10776	1323	671	795	1472		449			15486
2019	10507	1197	1110	1114	1643	143		1859		17573
2020	3437	494	781	409	634	42		2001		7798
2021	2896	324	600	510	589	48		2707		7674
2022	4684	791	1656	665	1175	142		2912		12025
2023	5915	291	1990	782	1320	125		4252		14675

Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão Anuais da Divisão de Saúde.

A evolução dos atendimentos médicos aconteceu de forma dinâmica, no primeiro ano do REUNI houve um aumento considerável de 25,86% no número de consultas, nos demais anos variou, fechando 2012 com queda de 8,87% em relação a 2007. Entretanto, diversos fatores interferiram no quantitativo de consultas, como as greves de servidores ocorridas nos períodos 12/06 a 09/09/2007; 25/03 a 22/06/2014; 28/05 a 08/10/2015; e 24/10 a 13/12/2016. O convênio com o Agros/Funarb nos anos de 2005 a 2015, que incrementou os Recursos Humanos da Divisão de Saúde com média de 25 colaboradores entre médicos, enfermeiros, fisioterapeutas e técnicos administrativos, ampliando também o leque de pacientes atendidos, visto que incluiu os dependentes indiretos dos servidores, agregados ao plano de saúde. Em 2022 a DSA retomou o convênio com o Agros, desta vez sem a participação de colaboradores

do Agros, mas trazendo de volta os dependentes indiretos dos servidores, refletindo nas consultas.

Os atendimentos sofrem variação também devido aos afastamentos dos profissionais, seja por férias, licença médica, licença para capacitação, e até mesmo exoneração, causando interrupção de determinado atendimento por algum período. Como exemplo, temos a pediatria no ano de 2023, a profissional exonerou-se em junho, ficando a DSA sem médico pediatra até abril de 2024, devido ao processo de realização de concurso público para contratação de um novo profissional, fechando o ano de 2023 com o quantitativo baixo de atendimentos pediátricos. Outro fator que tem efeito direto no número de consultas são os Projetos desenvolvidos pelos departamentos de saúde, as disciplinas práticas ofertadas em cada semestre e as preceptorias.

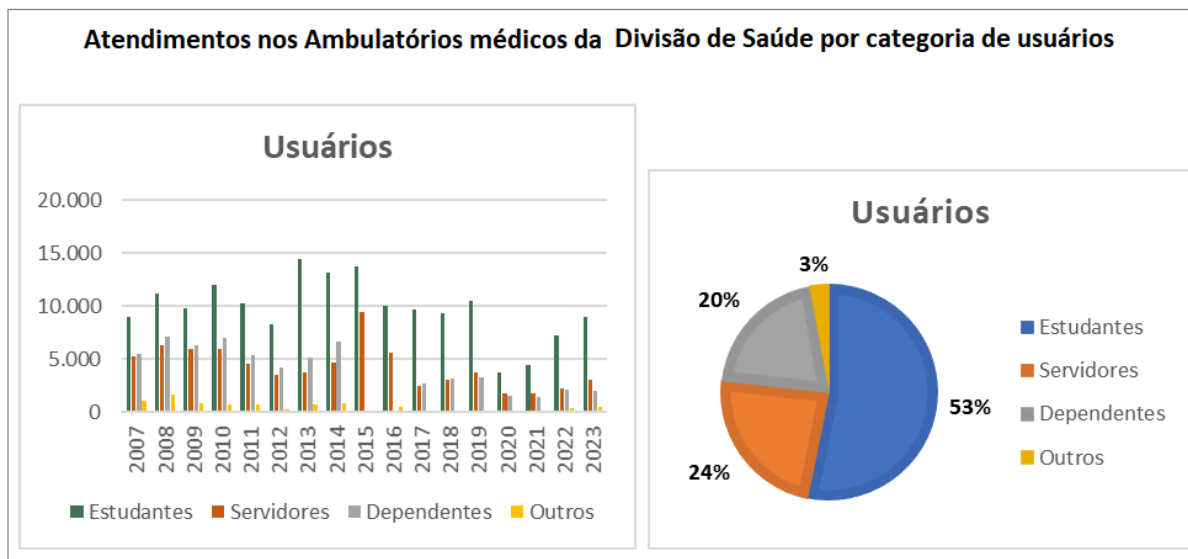
Observa-se, na Figura 4, que os anos de 2012 e 2017 apresentam somente consultas de clínica médica e pediatria, nestes anos os Relatórios trazem os atendimentos das especialidades contabilizados juntamente à clínica médica, impossibilitando o conhecimento, por essa fonte, da distribuição das consultas entre as áreas.

Observamos também períodos de descontinuidade de algumas especialidades, como o de Pequenas cirurgias, este atendimento é realizado por profissionais do Departamento de Medicina e Enfermagem e é oferecido na DSA somente quando há demanda da disciplina no DEM. As consultas de Psiquiatria aconteciam por um médico do Agros até 2015, ficando a DSA sem profissional desta área até o ano de 2017, quando houve a contratação pela UFV de uma médica psiquiatra, que atendeu na DSA até 2018 e foi removida para a Divisão de Psicossocial, concentrando na referida Divisão todos os atendimentos psicológicos e psiquiátricos. Do mesmo modo os atendimentos da Medicina do Trabalho e Junta Médica Oficial eram realizados na DSA até 2012 e atualmente concentram-se na Divisão de Segurança, Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida.

Dando prosseguimento, a Figura 5 exibe o comportamento dos atendimentos em relação às categorias de usuários, são eles:

- Estudantes: Coluni, graduação e pós-graduação;
- Servidores: Técnicos administrativos e docentes;
- Dependentes: Conjuges e filhos até 21 anos, ou até 24 anos se ainda estiverem estudando; e
- Outros: Referente a pesquisas, cooperações e outros órgãos vinculados à UFV, mediante autorização prévia da chefia.

Figura 5 – Atendimentos nos ambulatórios, categoria usuários



Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão Anuais da Divisão de Saúde

Evidencia-se a sobreposição dos atendimentos aos Estudantes em relação às demais categorias de usuários, em todo o período estudado, comportamento explicado devido à grande diferença entre o número de estudantes e servidores na instituição.

Como na Figura 4, que não houve possibilidade de identificar as consultas das especialidades médicas nos anos de 2012 e 2017, os Relatórios de 2015 e de 2016 não permitiram conhecer o quantitativo de consultas realizadas à categoria de Dependentes, pois foram contabilizados conjuntamente, Estudantes e seus dependentes, e Servidores e seus dependentes, o ano de 2015 não foi possível saber ainda o quantitativo das consultas referentes à categoria Outros.

A elaboração dos Relatórios altera, de acordo com a gestão do momento, alguns são bem detalhados e outros mais objetivos, isso foi um dificultador na pesquisa, uma vez que os dados entravam-se dispersos e sem padronização nos Relatórios dos 17 anos que compõem o recorte temporal. Houve dificuldade também na reunião dos Relatórios específicos, pois nem todos estavam disponíveis para acesso no arquivo, alguns foram localizados em versão digital somente no computador da chefia, e outro só foi possível encontrar em arquivo pessoal de um servidor, que guardou uma cópia. A partir de 2019 os Relatórios de Gestão passaram a ser publicados no site da DSA, contribuindo com a transparência pública.

Os anos de 2020 e 2021 foram atípicos devido à Pandemia de covid-19, em que vivemos um problema de saúde pública mundial, no caso da Divisão de Saúde foi um grande desafio aos profissionais que se mantiveram ativos no combate ao vírus que se alastrava rapidamente. Com a Pandemia decretada em março de 2020, as consultas ocorreram como de costume de janeiro até a primeira quinzena de março, a partir da segunda quinzena os

atendimentos foram mantidos via telefone, e presencialmente somente em casos julgados pelos médicos como emergenciais. As equipes médica, de enfermagem e administrativa trabalharam em escala de revezamento.

Como ações de enfrentamento à Pandemia foram criados o Ambulatório COVID, o Posto de Coleta para realização de exame, e o serviço de Telemonitoramento para acompanhar a comunidade universitária que permaneceu na cidade. O espaço destinado a este Ambulatório foi reformado e isolado das demais áreas da DSA, com entrada independente para os pacientes e área de paramentação e desparamentação para os profissionais (um técnico de enfermagem e um médico) que trabalharam em esquema de rodízio, em turnos de cinco dias contínuos, ou em escala a cada 14 dias, ao final dos turnos os profissionais eram testados com exame de PCR¹¹⁹.

O ambulatório funcionou diariamente a partir do dia 10 de agosto a 17 de dezembro de 2020 no período entre 07:30 e 11:30h da manhã. A logística dos atendimentos foi planejada de modo a evitar contaminação das demais áreas da DSA, dessa forma os atendimentos eram registrados em prontuários eletrônicos (que estava em teste na época, mas não permaneceu) e impressos em uma impressora central da DSA, eram assinados pelos médicos, na sala da chefia, somente ao final do expediente depois de se desparamentarem. Os documentos referentes aos atendimentos eram encaminhados pela chefia ao serviço de notificação¹²⁰. A Figura 6 mostra o quantitativo de pacientes atendidos.

Conforme recomendação do Ministério da Saúde, a depender do estado de saúde do paciente, o médico que o atendeu no Ambulatório ou via telefone deveria encaminhá-lo ao serviço de Telemonitoramento, no qual um médico ou outros profissionais de saúde de nível superior verificava periodicamente as condições de saúde do paciente. O Telemonitoramento iniciou no dia 12 de agosto e encerrou no dia 28 de dezembro de 2020 (DSA, Relatório Anual, 2021).

O Posto de Coleta foi instalado em um contêiner da universidade alocado no estacionamento da DSA, para realização de exame PCR, quando solicitado pelos médicos. Em 2020, no período da manhã as coleta eram realizadas por uma enfermeira da prefeitura e a tarde pela equipe da DSA apoiada pelos residentes em medicina veterinária e estagiários do curso de enfermagem que atendiam também às demandas externas¹²¹.

¹¹⁹ DSA. **Relatório de Atividades do ano de 2021 da Divisão de Saúde**. Última revisão: 07/03/2022. Disponível em: <file:///C:/Users/55319/Downloads/Relatorio-gestao-2021-DSA-1.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*.

Figura 6 – Atendimentos covid-19, 2020

Atendimentos COVID-19 em 2020					
Ambulatório COVID					
Meses	Estudantes	Servidores	Dependentes	Outros	Total
Ago	13	13	4	2	32
Set	16	17	6	2	41
Out	16	15	6	0	37
Nov	46	25	12	2	85
Dez	33	18	5	0	56
Total	124	88	33	6	251

Telemonitoramento					
Meses	Estudantes	Servidores	Dependentes	Outros	Total
Ago	26	31	13	12	82
Set	28	45	15	3	91
Out	35	34	23	1	93
Nov	92	64	15	2	173
Dez	88	42	21	0	151
Total	269	216	87	18	590

Fonte: Relatório de Gestão da DSA de 2020.

Com a suspensão das aulas, o retorno dos estudantes às suas cidades de origem e o fechamento das estradas intermunicipais, as consultas na DSA reduziram significativamente, mas o órgão permaneceu com os atendimentos, seguindo todas as medidas de prevenção. No momento da tão esperada vacinação contra a covid, em 2021, a Divisão de Saúde contribuiu com o espaço, logística e recursos humanos para imunização de toda a população.

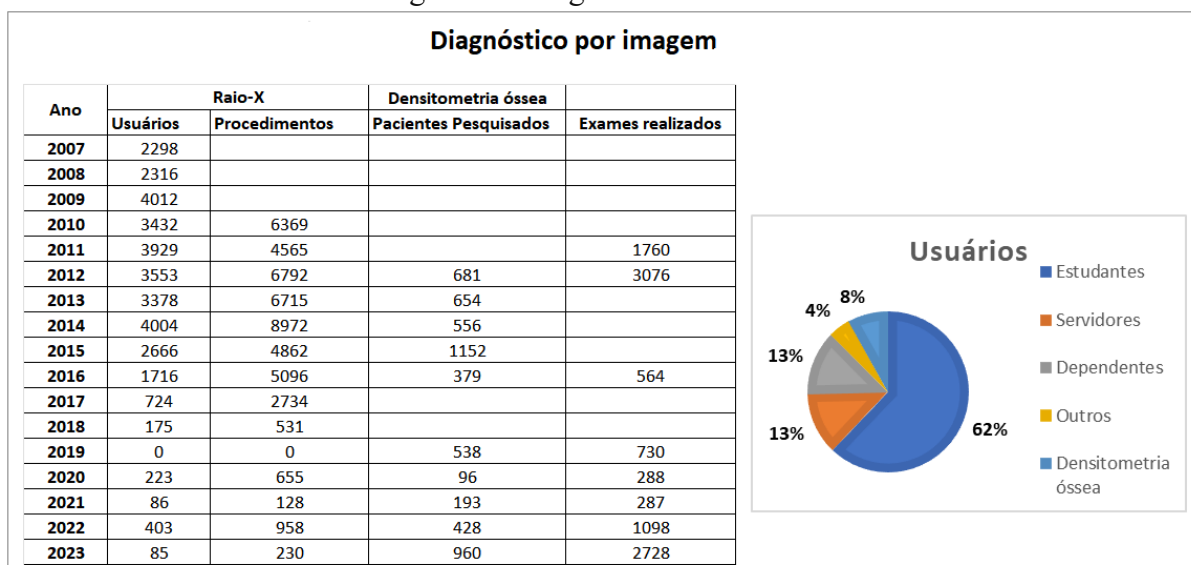
Em 2022 os servidores retornaram à escala normal de trabalho, e a DSA pôde receber novamente as atividades acadêmicas presenciais, seguindo os decretos federais e normativos da UFV.

3.1.2 Diagnóstico por imagem

O setor realiza exames de Raio-X demandados pela equipe médica e odontológica da Divisão de Saúde e também de demandas externas conforme a necessidade da comunidade universitária, agilizando diagnósticos e tratamentos, e em parceria aos departamentos de Nutrição e Educação Física realiza também exames de densitometria óssea, dando apoio a

diversas pesquisas. A Figura 7 exibe o comportamento dos atendimentos e procedimentos realizados entre 2007 e 2023, bem como a utilização do serviço pelos usuários.

Figura 7 – Diagnósticos e usuários



Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão Anuais da das.

Conforme exibido na Figura 7, os relatórios de 2007, 2008 e 2009 expressam o quantitativo de usuários atendidos, mas não o de procedimentos realizados, assim como não mostram o quantitativo de Densitometria óssea nos anos 2007 a 2011. O primeiro registro referente a este exame aparece em 2012, porém os servidores do setor relatam que eram realizados desde 2010, nos relatórios de 2017 e 2018 também não foram localizados registros acerca dos exames de Densitometria óssea.

Em relação aos anos de expansão da UFV pelo REUNI, em 2008 houve um pequeno aumento, que não chegou a 1% em relação a 2007, já em 2009 houve um aumento expressivo de mais de 70% em relação ao ano anterior. Nos anos 2010, 2011 e 2012 os atendimentos diminuiram média de 10% comparados a 2009.

Nos últimos anos o setor vem sofrendo com o desgaste e obsolescência do equipamento radiológico, em 2018 por exemplo o exame foi realizado somente nos meses de abril, maio e junho, e em 2019 não foi possível a realização do exame durante todo o ano, devido a quebra do equipamento que passou por manutenção e ficou disponível para uso somente em dezembro de 2019, neste período o setor realizou apenas exames de densitometria óssea em apoio a pesquisas. Em 2020 os procedimentos de raio-X foram retomados, e as atividades de densitometria óssea foram interrompidas por causa da Pandemia de covid-19.

Mais uma quebra do equipamento interrompeu a realização de raio-X de junho a dezembro de 2021, que na ocasião reiniciou as atividades somente com exames da clínica médica, pois não havia mais possibilidade de peça de reposição para o aparelho de raio-X odontológico. Os episódios de quebra do equipamento mantiveram os quantitativos de usuários atendidos e procedimentos radiológicos realizados nos últimos anos muito baixo contrastado aos anos iniciais da pesquisa.

Acerca das categorias de usuários atendidos por este setor, assim como nos atendimentos médicos, os pacientes Estudantes prevalecem sobre os demais, atingindo o percentual de 62%, enquanto as categorias Servidores e Dependentes se igualam em 13% cada, os Outros correspondem a 4% e os pacientes pesquisados com o exame de Densitometria óssea preenchem 8% do total de procedimentos realizados.

3.1.3 Enfermagem

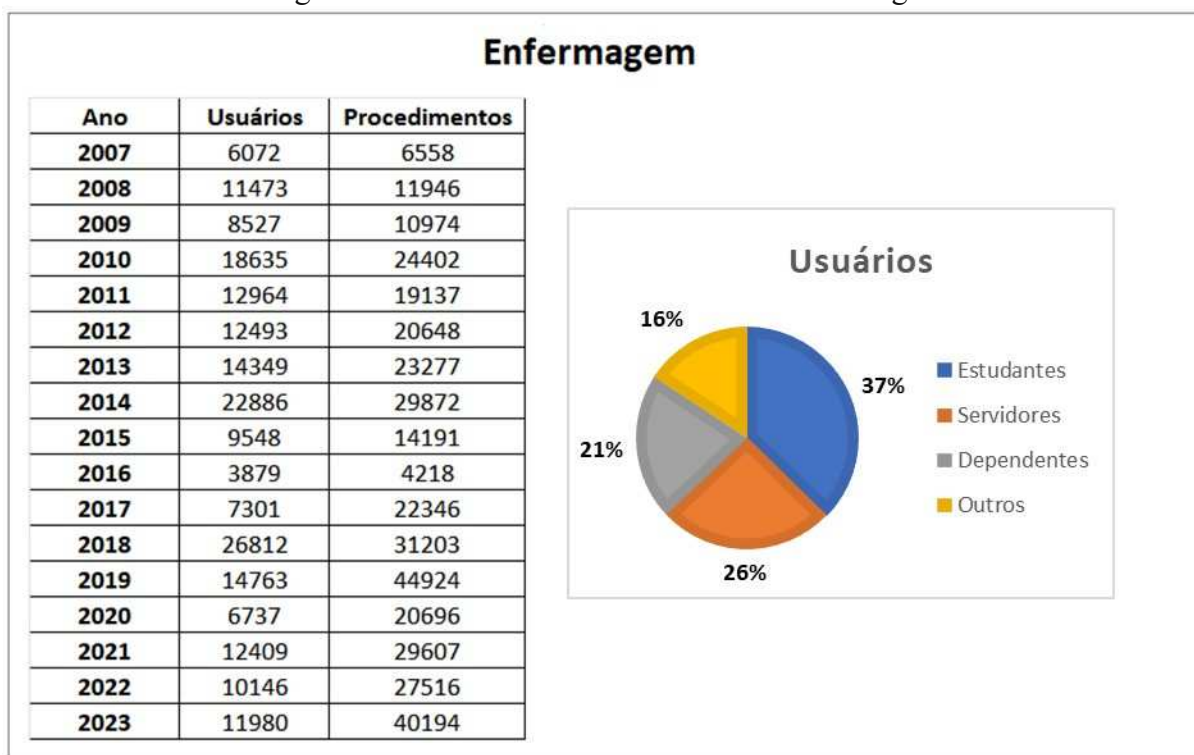
A equipe de enfermagem é responsável pelo acolhimento de usuários que chegam passando mal à DSA, sem terem consulta pré-agendada, um profissional faz aferição dos sinais vitais dos pacientes e avalia a necessidade de uma consulta no momento, caso haja vaga com algum médico encaminha-o para ser atendido, e quando não há disponibilidade de vaga encaminha-o para o hospital, se necessário faz contato com o corpo de bombeiros da UFV para levá-lo de ambulância e o acompanha até o hospital.

O setor possui uma sala de vacinas desde 2006, vinculada ao Ministério da Saúde, atendendo à população em geral e não somente àqueles que possuem vínculo com a UFV, oferece todas as vacinas do calendário básico de vacinação da criança, do adolescente e do adulto, gratuitamente. Possui também ambulatório de feridas, que foi reestruturado em 2019, com renovação do espaço físico, implantação de protocolo próprio e treinamento da equipe, ademais realiza pequenos procedimentos como aferição de pressão arterial, temperatura, oximetria, frequência cardíaca, teste de glicemia capilar, curativos e retiradas de pontos, laser em feridas, eletrocardiogramas, auxílio aos médicos na lavagem de ouvido e nas pequenas cirurgias e orientações aos pacientes, a equipe é responsável ainda pela desinfecção dos consultórios médicos, bem como pela limpeza e esterilização dos materiais odontológicos.

A Figura 8 expressa as atividades da Enfermagem em números nos anos 2007 a 2023, discriminando a quantidade de usuários atendidos, procedimentos realizados e a porcentagem do total de usuários em cada categoria, dos anos incluídos na pesquisa.

Observa-se que no decorrer dos anos o volume de atendimentos no setor foi bem volátil, isso ocorreu pelos motivos já mencionados, como o número de servidores no setor em diferentes momentos, o convênio com o plano de saúde Agros até 2015 e após 2022, além de que os procedimentos realizados variaram em diferentes épocas, a exemplo do serviço de antropometria infantil que era realizado por profissional da enfermagem previamente às consultas pediátricas, até o ano de 2019, desde então esta não é uma função do setor.

Figura 8 – Procedimentos realizados na Enfermagem



Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão Anuais da DSA.

As diferentes campanhas de imunização promovidas pelo Ministério da Saúde a cada ano, atingem grande massa de usuários em anos específicos, elevando o quantitativo de procedimentos realizados, como por exemplo o ano 2022 que além das campanhas nacional de vacinação contra covid-19, multivacinação infantil, poliomielite, tríplice viral e influenza, a Secretaria Municipal de Saúde solicitou à UFV a aplicação da dose de intensificação da vacina contra Meningite C, em toda a população Ufeviana e na população em geral com idade entre 16 e 30 anos, registrando em 9 dias 6.209 aplicações. Ademais, esta área tem a particularidade de atender a população em geral, isso justifica os 16% da categoria Outros; nos demais setores a porcentagem de atendimentos a esse público se mantém bem menor.

A DSA ampliou os atendimentos oferecidos implantando consultas de enfermagem: em agosto de 2021 iniciaram as consultas de avaliação do pé diabético, efetuadas por uma enfermeira do setor, professores e estudantes do departamento de Medicina e Enfermagem; e em 2023 na área de saúde da mulher, uma docente e uma técnica de nível superior, acompanhadas de alunos do curso de enfermagem, iniciaram os atendimentos a consultas de pré-natal, em alternância com a ginecologista do órgão, e realizam também coleta de material para exame preventivo, contribuindo com o fluxo de pacientes nesta área, que possui grande demanda.

No período da Pandemia, o funcionamento da sala de vacinas e os curativos foram mantidos. Como medida de prevenção à contaminação no ambiente da DSA estabeleceu-se o protocolo de aferição de temperatura e checagem de sintomas na entrada do prédio, para isso servidores da enfermagem foram deslocados para desempenharem essa atividade na recepção. O protocolo esteve ativo até abril de 2022, quando o esquema vacinal havia sido completado e os casos encontravam-se sob controle. Os técnicos de enfermagem contribuíram ainda auxiliando os médicos nos atendimentos do Ambulatório COVID.

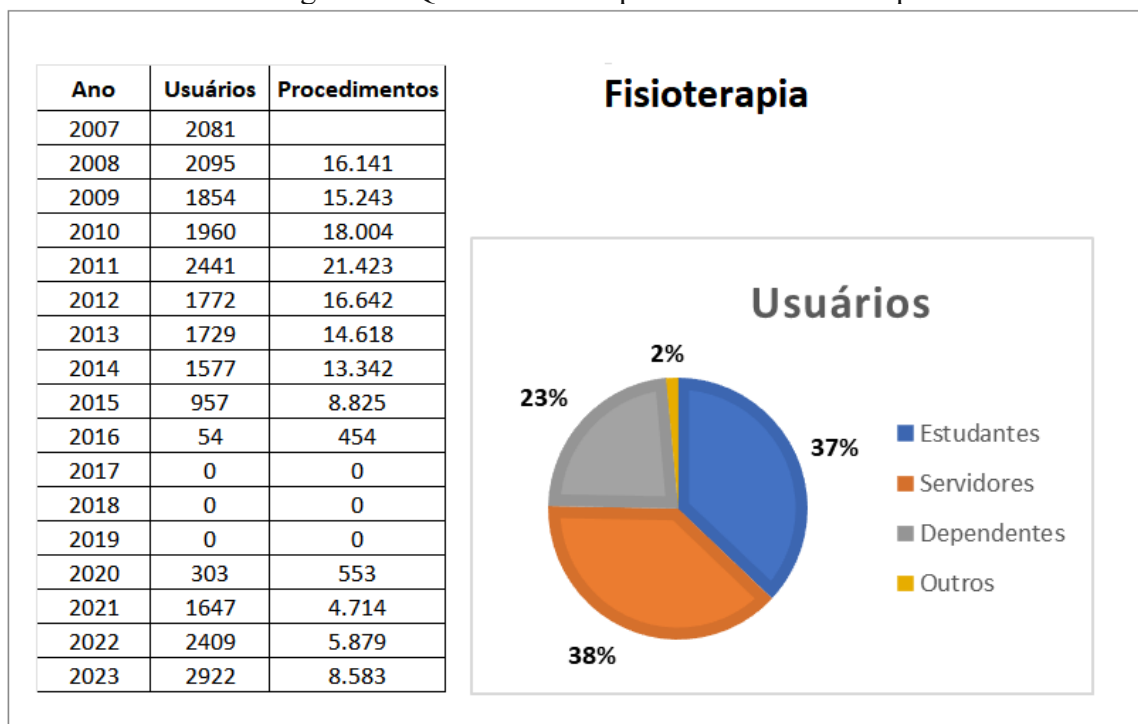
Ao passo em que as vacinas contra o coronavírus foram liberadas para aplicação na população, a campanha de vacinação correu em parceria com a Prefeitura Municipal de Viçosa envolvendo a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, a Divisão de Saúde, o Departamento de Medicina e Enfermagem, o Departamento de Veterinária, estudantes de graduação, residentes, docentes, técnicos de nível médio e superior e a equipe de segurança da UFV. A imunização ocorreu entre os meses de fevereiro a dezembro de 2021, e foram vacinados todos os grupos prioritários e a população adulta, de 12 anos ou mais. As ações de apoio abrangeram, profissionais na aplicação, recepção, orientação de filas, higiene e limpeza e portaria, além de elaboração de listas de cadastrados e lançamentos no Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações (SIPNI).

3.1.4 Fisioterapia

O setor realiza tratamentos diversos, incluindo reabilitação de pacientes em pós-operatório, pacientes com sequelas de AVC, com fraturas ou imobilizados, entre outros. O número de sessões por paciente varia conforme a necessidade, o que pode demorar para que um paciente receba alta, formando assim uma lista de espera, alimentada em sua maioria por encaminhamentos dos médicos da própria DSA, e também por médicos de outros estabelecimentos.

Os procedimentos realizados no setor são: avaliação, fortalecimento, *dry needling*, terapia manual, eletroterapia, fototerapia, ventosa, cardiopulmonar, amplitude articular, equilíbrio e cartilha domiciliar. A Figura 9 mostra o quantitativo de pacientes atendidos, de procedimentos realizados e a relação percentual dos usuários atendidos por categoria no intervalo do ano de 2007 a 2023.

Figura 9 – Quantitativo de pacientes da Fisioterapia



Font

e: Relatórios de Gestão Anuais da DSA

No relatório de 2007 foi possível identificar o quantitativo de usuários atendidos, mas não o total de procedimentos realizados. Até o ano de 2015 o setor contou com a atuação de um fisioterapeuta da UFV e quatro contratados pelo Agros, em 2016 os atendimentos foram executados por somente três profissionais do Agros, apenas nos meses de janeiro, fevereiro e março. Com a extinção da parceria entre a DSA e o Agros, a Divisão permaneceu sem atendimentos no setor, a partir de abril de 2016 até 2019.

Em dezembro de 2019, a fisioterapeuta Alexa Alves de Moraes foi contratada pela UFV para atuar na DSA. Devido ao longo período que o setor ficou desativado o ambiente físico e os equipamentos precisaram passar por manutenção, desta forma os atendimentos no setor foram retomados no final de janeiro de 2020. Em meados de março, devido à Pandemia os atendimentos foram suspensos e a profissional passou a atuar como voluntária na Unidade de Atenção Especializada em Saúde (UAES), que é outra unidade de saúde da UFV. A

servidora trabalhou na UAES-COVID de abril até o início de julho de 2020, no final de julho ela pôde retornar às suas atividades no setor de origem.

Em 2021, a DSA passou a receber os estagiários do curso de Fisioterapia da Univiçosa, atuando sob supervisão de um professor da faculdade, contribuindo para significativa ampliação dos atendimentos e consequente alívio no fluxo da lista de espera. Neste primeiro ano os estagiários atenderam 1.619 usuários e realizaram 3.337 procedimentos.

A cooperação entre DSA e Univiçosa se mantém, entretanto, a lista de espera permanece crescente. Em favor à ampliação dos atendimentos, a fisioterapeuta Cristiane Fialho Ferreira da Silva que atuava na Divisão de Segurança, Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida da UFV foi removida para a DSA, em junho de 2023, colaborando ainda mais com o fluxo dos pacientes.

As parcerias com órgãos externos, como foi com o Agros até 2015 e atualmente está sendo com a Univiçosa, é essencial para o setor de Fisioterapia, uma vez que havendo mais profissionais atendendo, os pacientes aguardam menos tempo da lista, evitando complicações no quadro em que precisa ser tratado.

3.1.5 Fonoaudiologia

Os atendimentos de fonoaudiologia tiveram início em 2011 com a contratação da fonoaudióloga Lenilda Soares Viana pela UFV, em dezembro de 2010. Os procedimentos realizados são: avaliação fonoaudiológica, terapia de voz, terapia de fala, terapia de motricidade oral, terapia de linguagem, exames de audiometria tonal e vocal, rastreio neonatal (teste da orelhinha e da linguinha), ajuste de aparelhos auditivos e exame admissional para os técnicos administrativos e docentes.

Desde a sua entrada à UFV a profissional contribui também com atividades externas à DSA, compartilhando informações e promovendo conscientização fonoaudiológica aos colaboradores e alunos da instituição.

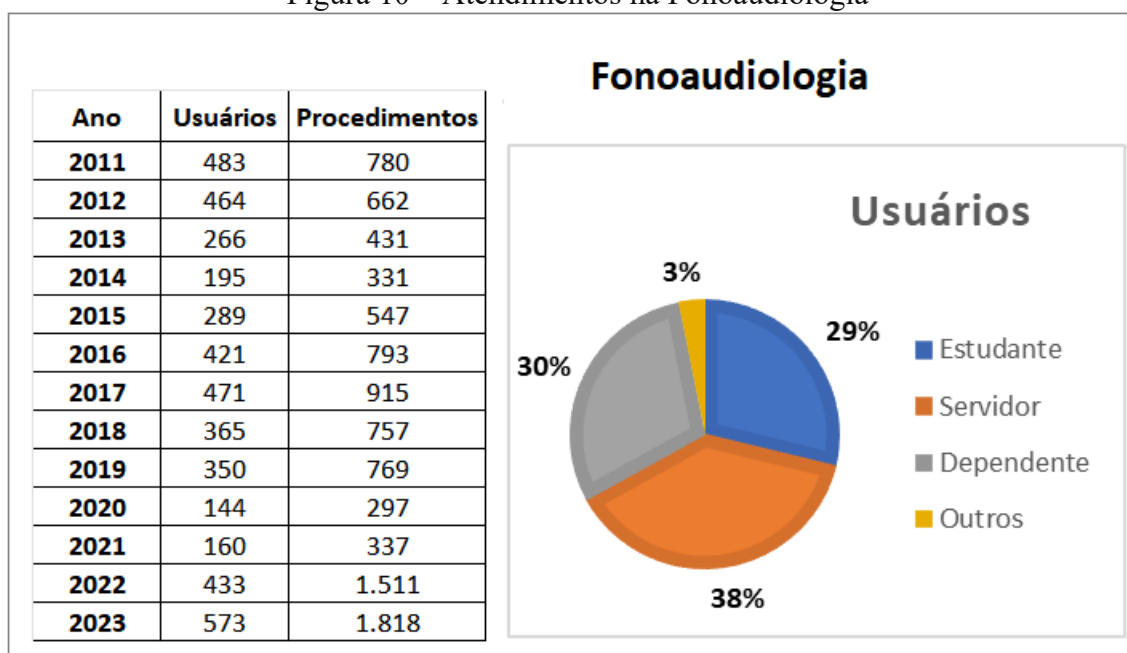
Em uma parceria com o Departamento de Comunicação Social e Jornalismo, a servidora ministra aulas para as turmas de Radiojornalismo e Telejornalismo, com a temática da Atuação Fonoaudiológica na Voz Profissional, abordando tópicos como Fisiologia Vocal e Cuidados com a Voz.

No mês de abril, comemora-se o Dia Nacional da Voz e o Dia Internacional da Conscientização Sobre o Ruído. \por vários anos a DSA participou da promoção de eventos

como Campanha Nacional da Voz, Programa de Saúde Vocal do Professor, Programa de Conservação Auditiva, Campanha de Conscientização sobre o Ruído e realização de exames auditivos admissionais com o intuito de encaminhar à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas relatório apontando possíveis alterações auditivas dos servidores, para que tenham o cuidado ao determinarem o local de lotação do servidor, de modo que ele fique protegido da exposição a ruídos.

A Figura 20 mostra os quantitativos de usuários atendidos, procedimentos realizados e a porcentagem de atendimentos por categoria de usuários.

Figura 10 – Atendimentos na Fonoaudiologia



Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão Anual da DSA.

A admissão da servidora ocorreu dentro do prazo de expansão pelo REUNI. Nos dois primeiros anos de atendimentos e últimos do Programa 2011 e 2012, o quantitativo de consultas foram bem parecidos, nos demais anos as maiores variações aconteceram nos anos de greve dos servidores, e principalmente no período da Pandemia.

O setor de fonoaudiologia, diferente dos outros, tem a maior porcentagem de atendimentos aos usuários Servidores, e a porcentagem de usuários Estudantes e Dependentes semelhantes, mas a porcentagem da categoria Outros é baixa assim como os demais setores.

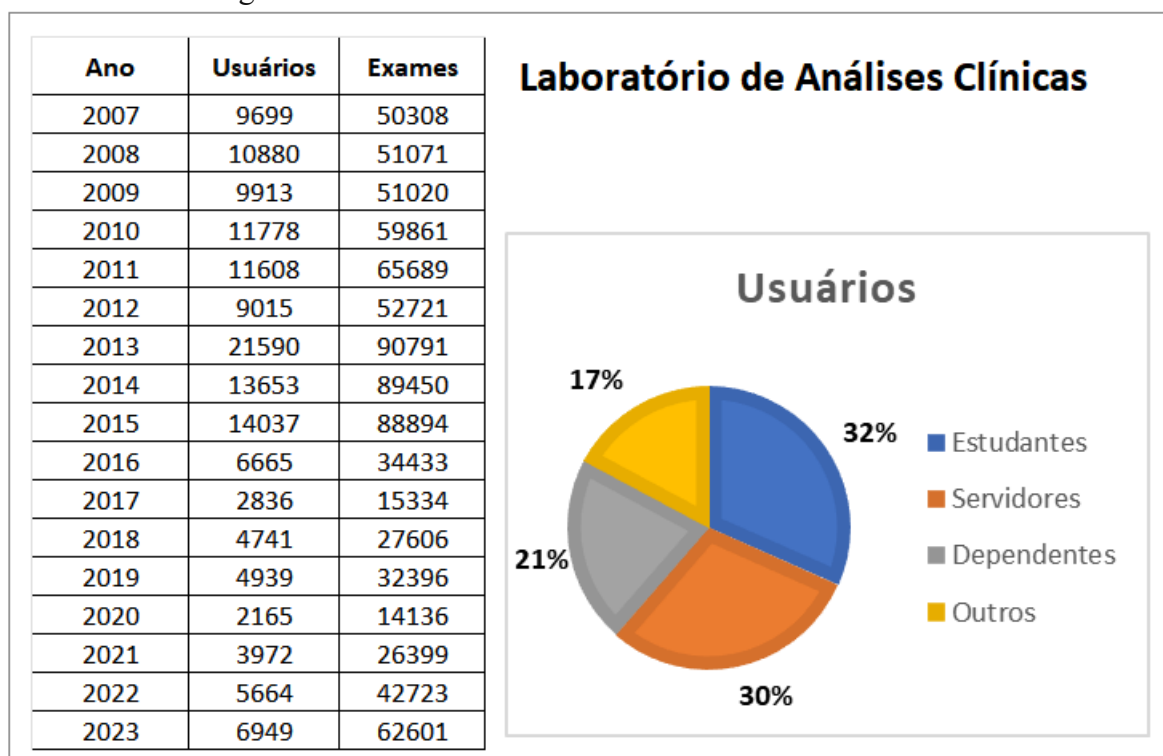
3.1.6 Laboratório de Análises Clínicas

O Laboratório de Análises Clínicas (LACDSA) possui capacidade para realizar mais de dois mil tipos de exames diferentes, entre bioquímicos, imunológicos ou parasitológicos. O setor passou por reestruturação física e modernização de suas instalações, permitindo o atendimento de até 100 pessoas por dia, com a segurança de não haver risco de troca de exames, devido à utilização de sistema biométrico para cadastramento do paciente e geração da etiqueta colada nos tubos de coletas.

Os exames de alta complexidade são encaminhados para análise em laboratórios de apoio no Brasil, como Hermes Pardini em Minas Gerais, Diagnósticos do Brasil no Paraná e Álvaro em São Paulo, por meio de um convênio firmado em 2017 com a Fundação FACEV.

Além do público de costume da DSA, o Laboratório atende também usuários ligados a Projetos de Extensão e Pesquisas da UFV, e usuários conveniados aos planos de saúde Unimed e Plamhuv. A Figura 11 retrata o desenvolvimento quantitativo dos pacientes atendidos e dos exames realizados e a porcentagem de usuários por categoria.

Figura 11 – Atendimento no Laboratório de Análises Clínicas



Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão Anual da DSA.

Conforme observado na Figura 11, nos anos de expansão da UFV pelo Programa do governo, não houve grande variação, já o ano de 2013 contou com o aumento de mais de

100% de usuários atendidos e mais de 70% de exames realizados, em 2014 o quantitativo diminuiu. Os relatórios não apontam o motivo da grande alteração em 2013.

Do ano 2016 em diante, seguinte à extinção do convênio com o Agros e o período de reforma do edifício, refletiram a considerável diminuição dos usuários atendidos e exames realizados no laboratório.

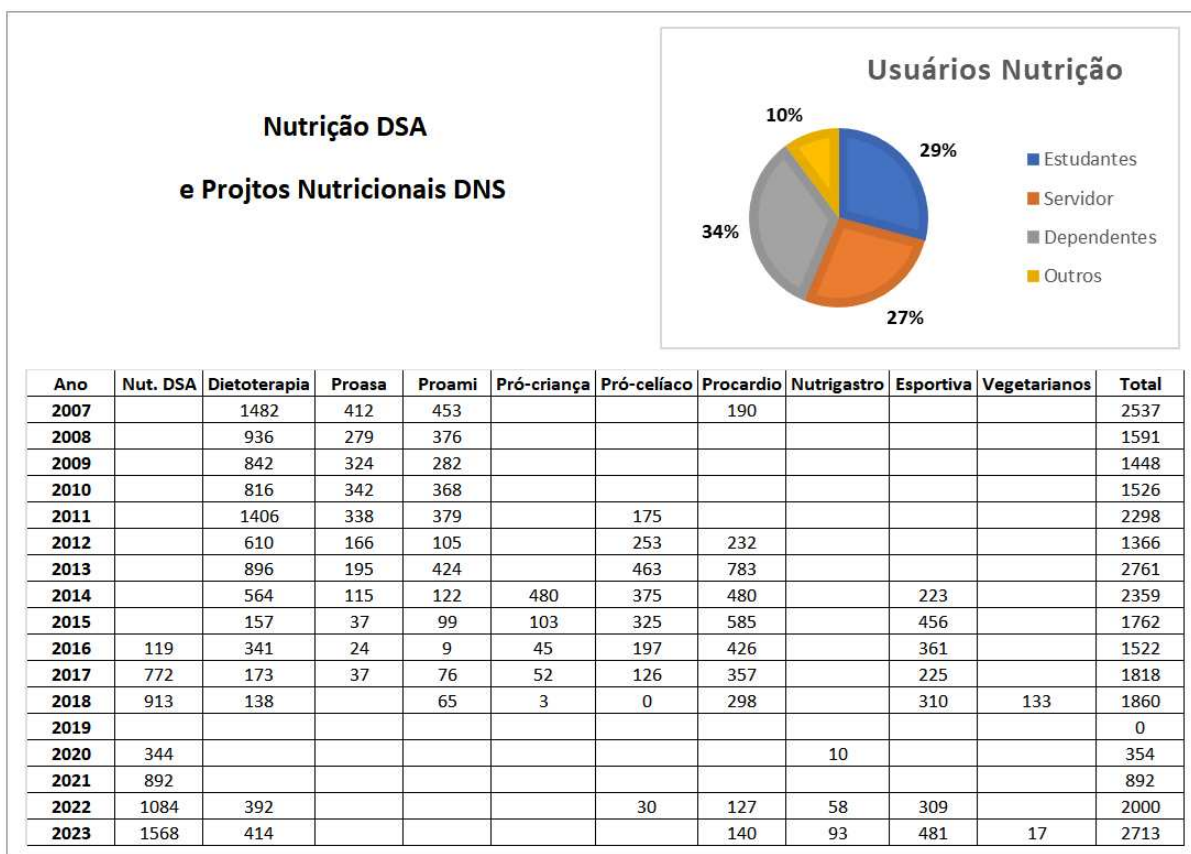
Durante a Pandemia, nos meses de abril a julho de 2020, não foram realizados atendimentos no LACDSA, pois o setor se manteve voltado totalmente ao recebimento de amostras para detecção do Coronavírus, processamento das amostras, emissão e certificação dos laudos laboratoriais, de Viçosa e microrregião. Em agosto retomou os atendimentos de rotina, com horário diferenciado, previamente agendado por telefone, para coleta de usuários que apresentassem algum sintoma de covid, ou que tivessem tido contato, nos últimos 14 dias, com paciente com suspeita ou confirmação, ou até mesmo o próprio paciente que tivesse confirmação de infecção pelo Coronavírus.

3.1.7 Nutrição

Os atendimentos no setor de Nutrição da DSA iniciaram na década de 80, por meio da cooperação entre a DSA e o Departamento de Nutrição e Saúde. Professores e acadêmicos do curso atendiam e continuam atendendo através de Programas e Projetos apoiados no ensino, pesquisa e extensão.

A Figura 12 mostra o quantitativo de atendimentos por projeto a cada ano, bem como a porcentagem dos usuários atendidos por categoria.

Figura 12 – Atendimentos DAS, por Projeto



Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão Anuais da DSA.

Os atendimentos dos projetos nutricionais são oferecidos na DSA de acordo com o oferecimento da disciplina e adesão dos alunos em cada semestre letivo. Por isso os intervalos em branco na planilha.

Atualmente, o Departamento de Nutrição e Saúde abrange mais áreas específicas, através dos programas ativos na DSA, como:

- Proami: voltado para as crianças menores de 2 anos, gestantes e nutrizes;
- Procardio: específico para atender adultos e idosos com hipertensão arterial e/ou diabetes associados com excesso de peso e obesidade;
- Nutrigastro: atende os adultos e idosos com intolerância alimentar e alterações no trato gastrointestinal;
- Vegetarianos: atende o público adulto e idosos que não consomem nenhum tipo de carne;
- Nutrição esportiva: para os praticantes de atividade física que desejam adequar a alimentação aos treinos; e
- Pro-atleta: atendimento para os pacientes consultados na nutrição esportiva no período anterior e para atletas do Projeto ATTAq e LUVE UFV.

Até 2009, os atendimentos foram exclusivos dos projetos da DNS; em 2010, houve a contratação pela UFV da nutricionista Hatanne Carla Fialho Moraes e Lima, os atendimentos da profissional até 2015 foram incluídos aos atendimentos dos projetos, a partir de agosto de 2016 começaram a ser contabilizados separadamente.

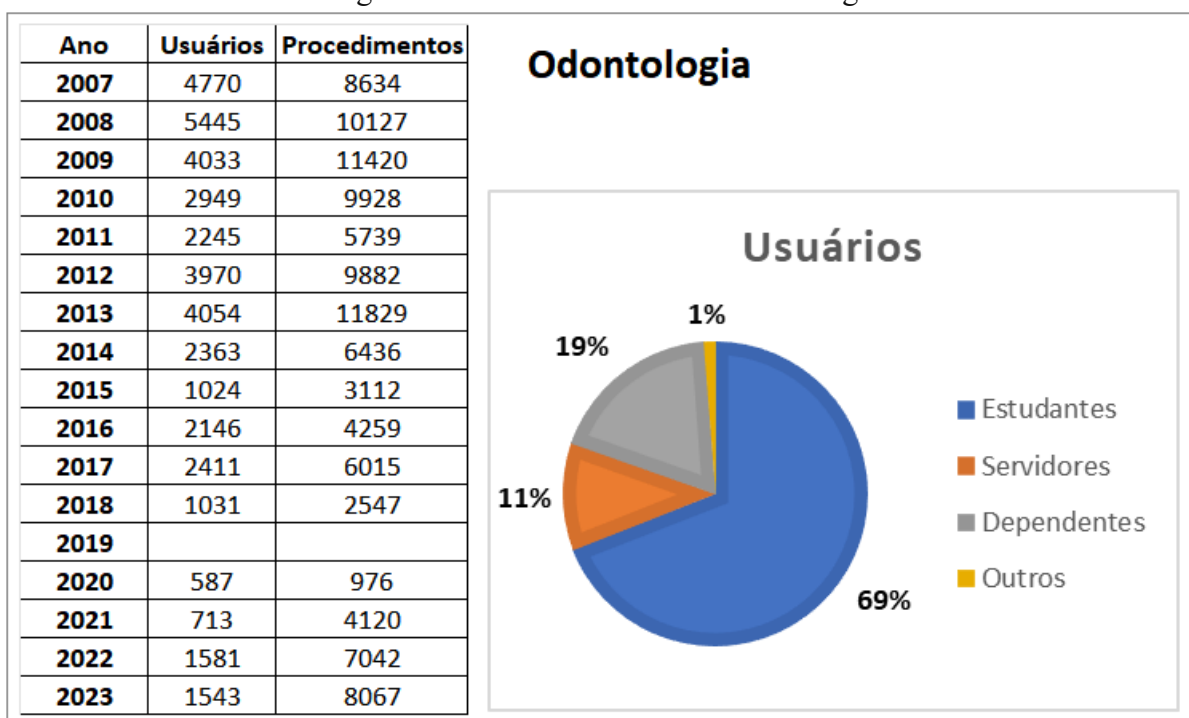
No relatório de 2019 não foram localizados os registros das consultas nutricionais. No ano de 2020 os atendimentos foram suspensos a partir da segunda quinzena de março a junho, em julho a nutricionista da DSA retornou aos atendimentos em escala reduzida e os projetos mantiveram-se suspensos pelo resto do ano e por todo o ano de 2021. Em 2022, foi possível o regresso dos projetos.

3.1.8 Odontologia

O setor realiza procedimentos do tipo exame clínico, avaliação de raio-X, orientação de higiene oral, restauração, capeamento, tartarectomia, polimento, drenagem de abscesso, remoção de sutura, curativos, selantes, dessensibilização, entre outros.

A Figura 13 exibe o quantitativo de usuários atendidos, procedimentos realizados e a relação percentual de usuários por categoria no período estudado.

Figura 13 – Procedimentos na Odontologia



Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão Anuais da DSA.

Em 2007, o setor contava com cinco profissionais atendendo, Catarina Soares de Souza – aposentou-se em 2018, Ceres Haele Arnaut – aposentou-se em 2022, Hélio Gonçalves Moreira Filho – aposentou-se em 2011, Nilsa Dias de Araújo – aposentou-se em 2016, Paulo Sérgio Maffia – aposentou-se em 2020.

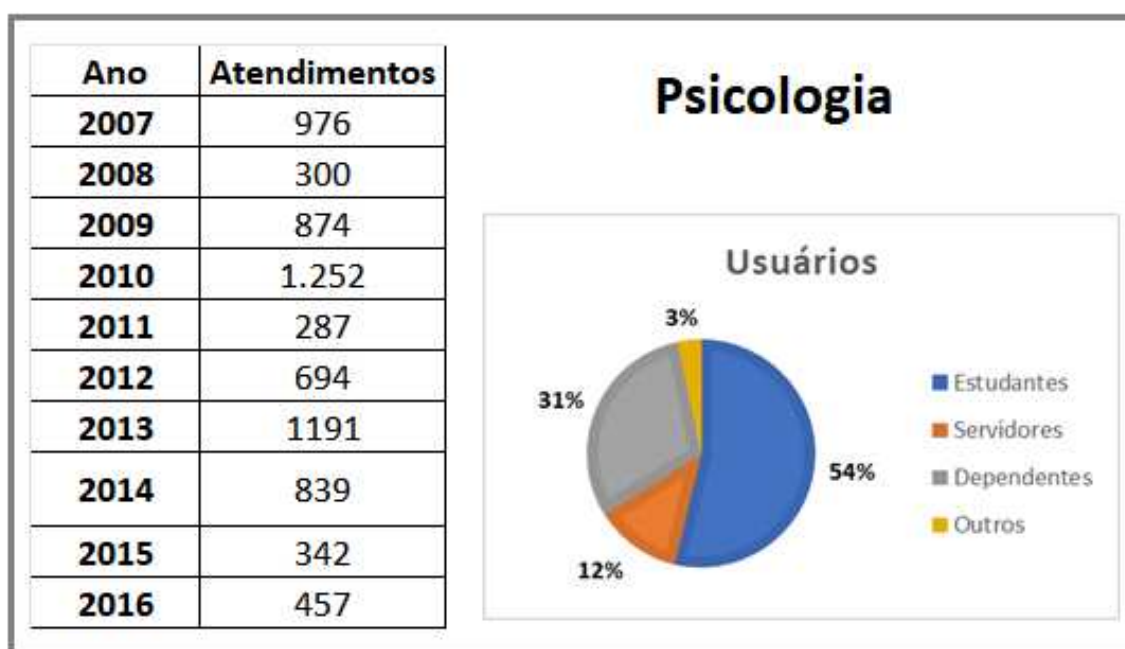
Atualmente o serviço é prestado por apenas duas odontólogas, Liliane Honorato Gonçalves, contratada pela UFV em 2012 e a Sheyla Omente Neves, contratada pela UFV em 2020, isso explica o declínio no quantitativo de atendimentos. Devido ao quadro reduzido de profissionais atuando nesta área, em 2022 determinou-se que as vagas seriam prioritárias ao público de Estudantes, o agendamento das consultas de 07h as 8h da manhã eram apenas para os discentes, e se caso não houvesse preenchimento de todas as vagas, após as 8h outras categorias poderiam ser agendadas. Em 2024 determinou-se que o atendimento odontológico seria exclusivo aos Estudantes, a qualquer momento do dia, outras categorias de usuários só poderiam se consultar com alguma das dentistas em casos excepcionais, mediante autorização da chefia do órgão.

No período da Pandemia uma das servidoras foi mantida afastada até setembro de 2021 por pertencer ao grupo de risco para covid; a servidora recém-contratada contribuiu no Posto de coleta de material, no telemonitoramento dos pacientes e em outras demandas da DSA, enquanto eram realizados levantamentos, reformas e instalações no consultório para adequação às normas de prevenção ao coronavírus.

3.1.9 Psicologia

Os atendimentos eram realizados pela psicóloga Isabel Maria de Andrade e o setor funcionou até o ano de 2016, quando a profissional se aposentou e a vaga de psicologia não foi repostada (Figura 14). A partir de então, os atendimentos psicológicos foram concentrados na Divisão de Psicossocial da UFV.

Figura 14 – Atendimentos na Psicologia



Fonte: Adaptado dos Relatórios de Gestão Anuais da DSA.

O quantitativo de atendimentos variou bastante em todos os anos que o setor esteve ativo dentro do período estudado. Além dos fatores já mencionados, de interferência ao número de consultas em geral, observa-se no relatório de 2008, que no corrente ano a servidora usufruiu de 11 meses de férias, sendo 1 mês de férias anual e mais 2 períodos de férias prêmio, o primeiro de 4 meses e o segundo de 6 meses, reduzindo assim as consultas naquele ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou estudar as fontes documentais à luz do Patrimônio Histórico e Cultural brasileiro, abordando a inclusão dos documentos pertencentes às instituições governamentais ao rol de patrimônio nacional, pela Constituição Federal de 1988, bem como as políticas de orientação, gestão, proteção e disponibilização dos documentos públicos, estabelecidas pelos órgãos normativos federais.

A pesquisa teve como objeto de estudo o arquivo da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, analisou os Relatórios de Gestão Anuais do órgão, correspondente a parte do seu patrimônio documental, buscando compreender a trajetória de seu funcionamento, bem como a relevância dos registros documentais na salvaguarda da memória coletiva e institucional.

O recorte temporal incluiu dois marcos sociais que impactaram diretamente as Instituições de Ensino Federal, com início em 2007, ano de criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, e término em 2023, ano em que foi decretado oficialmente o fim da emergência sanitária global de covid-19. O período de pandemia desafiou as organizações de saúde mundialmente, a DSA precisou se reinventar para manter o funcionamento e atender as necessidades da comunidade universitária, como também contribuir com o planejamento estratégico e logístico da rede municipal, no combate ao Coronavírus.

Este trabalho apresenta duas contribuições teóricas: a primeira reforça a necessidade de valorização e preservação das fontes documentais, que em conexão a outras fontes alcançam maior proximidade da completude da história a ser transmitida às futuras gerações. De modo a evitar invisibilidades e rupturas de diversas memórias no enquadramento histórico institucional.

A segunda contribuição advém do olhar sob o patrimônio documental das Instituições de Ensino Federais, visto que possuem estruturas complexas e produzem grandes massas documentais, desta forma fica claro que a gestão, organização, padronização e proteção dos documentos não é tão simples como as políticas e normativas demonstram parecer. Obstáculos como a restrição de recursos humanos, financeiros e de espaço físico adequado, além da falta de instrução e treinamento dos servidores que lidam diretamente com a produção e recebimento de documentos, dificultam o processo de salvaguarda do patrimônio documental.

Acerca das limitações da pesquisa, os Relatórios de Gestão apresentaram duas dificuldades à análise, a primeira foi reunir os Relatórios de todos os anos do recorte temporal, pois no arquivo estudado faltavam alguns. Foi necessário o auxílio da atual chefe da DSA, que localizou os documentos de 2019 e 2022 no computador da chefia. O Relatório de 2012 não constava no referido computador, o documento foi localizado em arquivo pessoal de um servidor, que manteve cópia em seu próprio HD, deste e de alguns outros documentos da época em que atuou auxiliando na gestão do órgão.

O segundo fator limitador foram as alterações nas configurações dos Relatórios, que variavam de acordo com a gestão do momento, nem todos apresentavam os mesmos dados, ou os apresentavam de formas diferentes, o que dificultou as análises e em alguns anos não permitiu a identificação do quantitativo de atendimentos das especialidades médicas ou o quantitativo por categoria de usuários.

Ao lançar luz sobre o patrimônio documental da Divisão de Saúde como parte integrante da memória institucional da UFV, este estudo sugere que as massas documentais acumuladas, assim como os novos documentos passem pelo processo de avaliação, classificação e destinação final, em busca de conservar os registros das rotinas do órgão, colaborando com a localização e acesso dos documentos quando necessário e até com possíveis pesquisas que necessitem de informações presentes nestas fontes, o processo de gestão documental contribui também para evitar rupturas na história, visto que a documentação do Serviço de Saúde na época da ESAV e UREMG encontram-se tratadas e disponíveis para acesso público.

A extensa trajetória da Divisão de Saúde é formada pelo comportamento dos atendimentos e procedimentos abordados neste trabalho, e também pela construção de várias histórias pessoais e coletivas daqueles que por ela passaram, pelos relacionamentos promovidos na convivência diária, pelas parcerias ou desavenças no trabalho e pelas conversas e risadas na hora do café. Fatos que não foram explorados neste estudo, e que fica como sugestão para futuras pesquisas, a compreensão da cultura organizacional da DSA a partir da história oral dos seus servidores.

Outra abordagem pertinente no momento, em torno da DSA, para futuras pesquisas é a compreensão do aparente crescimento na demanda a consultas relacionadas à saúde mental tanto dos alunos como dos servidores.

Em suma, este trabalho reforça a importância da gestão e preservação do patrimônio documental como fonte da história institucional, entendendo o documento como forma de

materialização da memória coletiva e sobretudo como um compromisso de transmissão de informações e cultura organizacional às futuras gerações.

FONTES

Arquivo Interno da Divisão de Saúde
Arquivo Central e Histórico da UFV

REFERÊNCIAS

AGROS. **Agros e UFV firmam parceria para atendimento de beneficiários do plano de saúde e aprimoramento da Divisão de Saúde**. 2022. Disponível em: [Agros e UFV firmam parceria para atendimento de beneficiários do plano de saúde e aprimoramento da Divisão de Saúde - Agros Previdência e Saúde](#). Acesso em: 23 ago. 2024.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Conselho Nacional de Arquivos**. Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo/Conselho Nacional de Arquivos - Rio de Janeiro: O Conselho. 2005a. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/recomendaes_para_a_producao.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005b. 232p.; 30cm. Publicações Técnicas; nº 51.

ARQUIVO NACIONAL. Escola Virtual do Governo. **Introdução às Práticas Arquivísticas**. 2021. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/559>. Acesso em: 18 dez. 2023.

ASAV. Associação dos Servidores Administrativos da UFV. **Constituição e instalação do Comando Local de Greve dos TAEs da UFV**. 11 mar. 2024. Disponível em: <https://asavufv.org.br/clgtaes/constituicao-e-instalacao-do-comando-local-de-greve-dos-taes-da-ufv/>. Acesso em: 08 ago. 2024.

AZEVEDO, Denilson Santos de. **O melhoramento do homem, do animal e da semente** [livro eletrônico]: os primórdios do ensino na UFV (1920-1948). Viçosa, MG: Editora Asa Pequena, 2021. Disponível em: [esav-20211220.pdf \(asa pequena.com.br\)](#). Acesso em: 26 mar 2024.

BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977. p. 225.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo, SP: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de 3 novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: [decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937](#). Acesso em: 27 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015**. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 20 dez. 2024

BRASIL. **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos**. Instrumentos de Gestão de Documentos relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e Institutos Federais. [Brasília]: MGI - Arquivo Nacional, 2024. Disponível em: < <https://www.gov.br/participamaisbrasil/instrumentos-de-gestao-de-documentos-relativos-as-atividades-fim-dos-hospitais-federais-universitarios-das-forcas-armadas-e-institutos-federais1> >. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/////LEIS/L8159.htm >. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL, Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm>. Acesso em: 12 Ago 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução nº 1.639 de 2002.** Aprova as Normas Técnicas para o Uso de Sistemas Informatizados para a Guarda e Manuseio do Prontuário Médico: dispõe sobre tempo de guarda dos prontuários, estabelece critérios para certificação dos sistemas de informação e dá outras providências. 2002. Disponível em: https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2002/1639_2002.pdf. Acesso em: 17 abr. 2024.

CUNHA, Nina Rosa da Silveira. **Relatório da Divisão de Saúde do ano de 2013.** Universidade Federal de Viçosa, 2014.

DIAS, Mariza Silva Santos. **O impacto da Portaria 315 de abril de 2018 no arquivo do registro escolar da Universidade Federal de Viçosa.** Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2022. Disponível: <https://locus.ufv.br/items/f7202221-5c0c-447c-8249-8b9146a3fab7>. Acesso em: 23 nov. 2024.

DSA. Divisão de Saúde. **Relatório Anual de 1982.** Arquivo interno da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, 1983.

DSA. Divisão de Saúde. **Relatório Anual de 1999.** Arquivo interno da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, 2000.

DSA. Divisão de Saúde. **Relatório Anual de 2000.** Arquivo interno da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, 2001.

DSA. Divisão de Saúde. **Relatório Anual de 2009.** Arquivo interno da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, 2010.

DSA. Divisão de Saúde. **Relatório Anual de 2016.** Arquivo interno da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, 2017.

DSA. Divisão de Saúde. **Relatório de Atividades do ano de 2020 da Divisão de Saúde.** Última revisão: 19/01/2021. Disponível em: https://www.dsa.ufv.br/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio_gestao_2020_completo-2.pdf. Acesso em: 19 ago. 2024.

DSA. **Relatório de Atividades do ano de 2021 da Divisão de Saúde.** Última revisão: 07/03/2022. Disponível em: <file:///C:/Users/55319/Downloads/Relatorio-gestao-2021-DSA-1.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

DSA. **Relatório de Gestão da Divisão de Saúde da UFV do ano de 2023.** Última revisão em 06 de janeiro de 2024. Disponível em: https://www.dsa.ufv.br/wp-content/uploads/2024/01/Relatorio_gestao_2023_DSA-2.pdf. Acesso em: 12 ago. 2024.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos.** v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1976/2164>. Acesso em: 10 abr. 2024.

ESAV. **Estatuto da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais, 1932.** Disponível em: [ESTATUTO_1932_ESAV.pdf \(ufv.br\)](#). Acesso em: 29 mar. 2024.

ESAV. **Regulamento da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais, 1926.** Disponível em: <http://atom.ufv.br/uploads/r/arquivo-central-e-historico-da-ufv-ach-ufv/2/f/6/2f655d6eab46e2b724849ba2842ba0fe45eb14e841158f8afffe81fc35657444/Regulamento_de_1926.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.

ESAV. **Relatório Anual da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais de 1927.** Disponível em: http://atom.ufv.br/uploads/r/arquivo-central-e-historico-da-ufv-ach-ufv-2/0/f/1/0f17fa6090ea2d2fafc5c8d84d85a864697dcf2172ee6858c678624d2d04fb7a/Relat_rio_Anual_de_1927.pdf. Acesso em: 29 mar. 2024.

ESAV. **Relatório Anual da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais de 1934.** Viçosa, 1934. Acervo Central Histórico da UFV, Código de referência: BR MGUFV ESAV.01.03.01.016. Disponível em: <https://atom.ufv.br/index.php/relatorio-anual-de-1934>. Acesso em: 29 mar. 2024.

FEIJÓ, Diego de Vargas. **Critérios de distinção entre atividade-fim e atividade-meio para fins de terceirização.** 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31371/000780173.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: um inventário das diferenças. *In: Entrevistas: abordagens e usos da história oral.* Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 1994, p. 1-13.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Patrimônio como categoria de pensamento em Memória e Patrimônio:** Ensaios Contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina Editora, 2003.

GONÇALVES, Liliane Honorato. **O sistema de saúde na assistência estudantil da UFV:** a percepção dos estudantes de graduação beneficiados pelo PNAES. 2019. 72 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba. 2019.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da informação**, v. 25, n. 2, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>. Acesso em: 27 ago. 2024.

LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. *In: História e memória.* Trad. Bernardo Leitão [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. (p. 525-541).

MARINS, Paulo César Garcez. Novos Patrimônios, um novo Brasil: Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 57, p. 9-28, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21862016000100002>. Acesso em: 24 jun. 2024.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 22, p. 44-47, 1987. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf. Acesso em: 08 jul. 2024.

MILAGRES, Pedro de Oliveira. **Em “pról dos destinos patrios”**: a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e as marcas do higienismo no campo (1920-1935). 2022. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/29235>. Acesso em: 25 mar. 2024.

PARKINSON, Jane. **Accountability in archival science**. Universidade da Columbia Britânica, 1993. 85-86. Disponível em: [ubc_1993_spring_parkinson_jane.pdf](#). Acesso em: 15 abr. 2024.

PENA, Djenane Ferreira. **Documento, história e memória**: a importância da preservação do patrimônio documental dos alunos egressos da Universidade Federal de Viçosa (1926 a 1969). Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio, Paisagens e Cidadania) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2023. Acesso em: Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental dos alunos egressos da Universidade Federal de Viçosa (1926 a 1969). Acesso em: 23 nov. 2024.

REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios** [en linea], v. 7, n. 24, p. 0, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>. Acesso em: 03 maio 2024.

RIBEIRO, M. das G. M. (2016). Educação superior e cooperação internacional: o caso da Uremg (1948-1969). **InterMeio**, v. 13, n. 25, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/2546>. Acesso em: 12 jul. 2024

RODRIGUES, Maria Vitória Alves. Evolução dos Suportes da Escrita: Espaço para Disseminar o Saber entre o Passado e o Presente. **Revista Brasileira de Educação e Cultura**, v. 7, n. 2, p. 98-113, 2016. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/educacaoecultura/article/view/264>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SANTOS, Eduardo Luiz dos. **Diagnóstico da situação arquivística da Universidade Federal de Viçosa**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNIRIO_2dcbb004f6d8589861f8430ce73ce0e4. Acesso em: 04 nov. 2024.

SILVA, Edna Lucia; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, v. 123, n. 4, p. 138, 2005. Disponível em: [<metodologia da pesquisa e elaboracao de dissertacao-libre.pdf>](#). Acesso em: 12 jan. 2024

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 21, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1957/749>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Gestão de Documentos no Brasil**: uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora LTDA, 2023. p. 216.

UFV. **Aposentados da UFV têm acesso aos serviços jurídicos e de saúde na Universidade**. Ufv Informa. Viçosa MG, 27 de outubro de 1988. nº 1075. Disponível em: [Edi_____o_n1075.pdf \(ufv.br\)](#). Acesso em: 13 ago. 2024.

UFV. **UFV divulga plataforma de descrição e difusão do seu patrimônio documental**. Arquivo Central e Histórico. 14 nov. 2018. Disponível em: [UFV adere o AtoM como plataforma de descrição e difusão do seu patrimônio documental | ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO](#). Acesso em: 15 nov. 2024.

UFV. Conselho Universitário. **Resolução Consu nº 5, de 8 de abril de 2024**. Aprova o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Viçosa e dos órgãos a ela vinculados. Disponível em: [Resolucao-Consu-5-2024-corrigida.pdf \(ufv.br\)](#). Acesso em: 16 ago. 2024.

UFV. Conselho Universitário. **Resolução Consu nº 5, de 15 de maio de 2023**. Dispõe sobre a política de gestão de documentos e arquivos e o sistema de arquivos da Universidade Federal de Viçosa. 2023. Disponível em: <https://soc.ufv.br/wp-content/uploads/Resolucao-Consu-no-5-2023-Gestao-de-documentos-e-Siarq.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.

UFV. Conselho Universitário. **Resolução Consu nº 14, de 16 de dezembro de 2022**. Cria a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, no âmbito da Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <https://soc.ufv.br/wp-content/uploads/Resolucao-Consu-14-2022.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.

UFV. **Divisão de Saúde comemora 30 anos**. Universidade Federal de Viçosa - Notícias, 2012. Disponível em: [Universidade Federal de Viçosa - Notícias \(ufv.br\)](#). Acesso em: 23 ago. 2024.

UFV. **Plano de Contingência da Universidade Federal de Viçosa frente à pandemia de COVID-19**. 2021. Disponível em: <https://ppo.ufv.br/wp-content/uploads/2022/04/Plano-Contingencia-UFV-04-19-2021.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

UFV. **Prestação de Contas Ordinária Anual. Relatório de Gestão do Exercício de 2009**. Março de 2010. Disponível em: https://www.ufv.br/wp-content/uploads/2019/01/Relatorio_Gestao_2009_UFV.pdf. Acesso em: 17 ago. 2014.

UFV. **Prestação De Contas Ordinárias Anual Relatório De Gestão Do Exercício De 2010**. Março de 2011. Disponível em: https://www.ufv.br/wp-content/uploads/2019/01/Relatorio_de_Gestao_2010_UFV.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.

UFV. Secretaria de Órgãos Colegiados. **Regimento Geral da Universidade Federal de Viçosa de 24 de fevereiro de 2000**. Dispõe sobre normas relativas às atividades didático-científicas e administrativas comuns aos órgãos integrantes da Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <https://soc.ufv.br/regimento-geral/>. Acesso em: 16 ago. 2024.

UFV. Notícias. **UFV esclarece encerramento do convênio entre Agros e Divisão de Saúde.** 15 de setembro de 2015. Disponível em: [Universidade Federal de Viçosa - Notícias \(ufv.br\)](https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=25546#:~:text=Atenta%C3%A0s%20tend%C3%A0ncias%20mundiais%20de,disserta%C3%A7%C3%B5es%20teses%20e%20registros%20fotogr%C3%A1ficos). Acesso em 23 ago. 2024.

UFV. **Universidade lança repositório digital de sua produção científica e cultural.** Notícias. 07 jul. 2016. Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=25546#:~:text=Atenta%C3%A0s%20tend%C3%A0ncias%20mundiais%20de,disserta%C3%A7%C3%B5es%20teses%20e%20registros%20fotogr%C3%A1ficos>. Acesso em: 15 nov. 2024.

UFV. **Relatório de Gestão do Exercício de 2010.** Viçosa, Minas Gerais, 2011. Disponível em: https://www.ufv.br/wp-content/uploads/2019/01/Relatorio_de_Gestao_2010_UFV.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.

UFV. **Relatório de Gestão do Exercício de 2012.** Viçosa, Minas Gerais, 2013. Disponível em: https://www.ufv.br/wp-content/uploads/2019/01/Relatorio_de_Gestao_2012_UFV.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.

UFV. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014.** Viçosa, Minas Gerais, 2015. Disponível em: https://www.ufv.br/wp-content/uploads/2019/01/Relatorio_de_Gestao_2014_UFV-1.pdf. Acesso em: 02 jan. 2025.

UFV. Relatório PGP. **Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (QRSTA) - Decreto n. 7.232/2010.** 2024. Disponível em: https://www.dti.ufv.br/relatorioufv/pgp_vagas_quadro_sintese.asp. Acesso em: 15 nov. 2024.

UFV. **Processos acadêmicos em papel já têm data marcada para terminar.** Notícias. 24 maio 2017. Disponível: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=27187>. Acesso em: 17 nov. 2024.

VILELA, Luciana de Souza. **Patrimônio documental, história e memória:** organização e constituição histórica do acervo acadêmico da diretoria de registro escolar da Universidade Federal de Viçosa (1969-2013). 2023. 152 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2023. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/31580>. Acesso em: 15 nov. 2024.

VIVAS MORENO, Agustin. El tempo de la archivística: um estúdio de sus espacios de racionalidade histórica. **Ci. Inf.**, Brasília, v.33, n.3, p. 76-96, set./dez. 2004.

ANEXO 1 – PRODUTO

A princípio a intenção do produto desta pesquisa era realizar a organização do Arquivo da Divisão de Saúde, conforme as orientações do Arquivo Nacional de padronização dos arquivos pertencentes aos órgãos e entidades federais. Em acordo com a chefe do órgão, teríamos uma nova estrutura para acomodação dos documentos e seria formada uma equipe para execução das atividades, com o acompanhamento e supervisão da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) da UFV.

Seria realizado o levantamento da produção de documentos e aplicação dos instrumentos de gestão disponibilizados pelo Arquivo Nacional, tais quais:

- Para os documentos Administrativos: o Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos relativos às atividades-meio/suporte do Poder Executivo Federal;
- Para os documentos diretamente relacionados aos atendimentos em saúde: o Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim dos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais.

No período de greve dos servidores técnicos administrativos em educação, entre março a julho de 2024, iniciei a separação e organização dos prontuários médicos armazenados no arquivo, entretanto não foi possível dar continuidade, pois as gavetas dos antigos armários de madeira estavam emperradas, impedindo dar sequência aos prontuários que são separados por categoria de usuários e número de matrícula.

Nesta tentativa foram localizados muitos prontuários duplicados, de alunos que se formaram e perderam o vínculo com a instituição, e depois de algum tempo retornaram para cursar a pós graduação, ou até mesmo uma nova graduação. Devido à dificuldade de localizar os prontuários antigos, do vínculo inicial do usuário, foram criados novos prontuários, o que não é o ideal, pois perde-se todo o histórico de saúde do paciente, registrado anteriormente.

Foi solicitado pela chefia da DSA um projeto arquitetônico para construção de um novo arquivo, com espaço e móveis adequados que contribuam com a organização e o

manuseio dos documentos, entretanto, a Divisão ainda não foi contemplada com a criação do projeto.

Após a interrupção da organização dos prontuários no atual arquivo, criei uma planilha para manter o controle dos prontuários a partir do momento em que saem do arquivo corrente (quando o usuário perde o vínculo), em 2024 contamos com auxílio de bolsistas para alimentação da planilha. São registrados, a matrícula, o nome completo do paciente, a data do primeiro e do último atendimento na DSA, desta forma caso o usuário retorne o vínculo, ao consultar a planilha é possível saber se ele já possui prontuário, e futuramente com a realização do projeto e organização do arquivo, será possível também a localização do mesmo com facilidade.

O registro do último atendimento do paciente, permite prever a data para eliminação do documento, de acordo com a tabela de temporalidade. Em caso de eliminação o órgão deve proceder ao processo de eliminação de documentos de entidades públicas. É necessário elaborar uma **Listagem de Eliminação de Documentos**, para submissão e aprovação da CPAD e do titular do órgão. Após deve-se elaborar e publicar o **Editais de Ciência de Eliminação de Documentos**, em periódico oficial, e encaminhar uma cópia da página de publicação ao Arquivo Nacional. Ao efetivar a eliminação deve-se elaborar o **Termo de Eliminação de Documentos**, dar publicidade em boletim interno ou site eletrônico, e encaminhar uma cópia do Termo ao Arquivo Nacional.

Diante à impossibilidade de organização do arquivo no local e com o mobiliário atual, optei em criar, como produto desta dissertação, uma proposta de intervenção para auxiliar à Administração da Divisão de Saúde com a gestão documental e futura adequação do arquivo.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM PATRIMÔNIO CULTURAL, PAISAGENS E
CIDADANIA**

**PROPOSTA DE INTERVENÇÃO À GESTÃO DOCUMENTAL E ORGANIZAÇÃO
DO ARQUIVO FÍSICO DA DIVISÃO DE SAÚDE DA UFV.**

Produto técnico apresentado como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, da Universidade Federal de Viçosa, para obtenção do título de Magister Scientiae.

Discente: Renata das Dores Freitas Guilherme.

Orientador: Angelo Adriano Faria de Assis.

1. Introdução

O presente documento apresenta uma proposta de intervenção à gestão documental e à reestruturação e organização do arquivo físico da Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, fundamentada no que dispõe a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, acerca da política nacional de arquivos públicos e privados, integrada às instruções internas da instituição, a Política de Gestão de Documentos e Arquivos e o Sistema de Arquivos da UFV – Siarq-UFV.

A proposta de intervenção considera ainda o manual *Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo*, de 2005, e a Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014, que se refere aos procedimentos utilizados para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, ambos elaborados pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.

O referido manual é um guia auxiliar ao planejamento estratégico no processo de gestão documental, indicando os procedimentos mais apropriados desde a produção, armazenamento e preservação, de modo a garantir a conservação adequada e segura dos documentos, em consonância aos instrumentos de gestão documental disponibilizados pelo Arquivo Nacional: o Código de Classificação de Documentos de Arquivo – CCDA e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos – TTDD. Já a Resolução nº 40 do CONARQ determina de que forma deve ocorrer a eliminação de documentos públicos, de modo a garantir prévia avaliação pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, autorização do titular do órgão e publicidade do Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, contendo a Listagem de Eliminação de Documentos.

Para as atividades administrativas e de apoio, consideradas atividades-meio, do poder executivo federal, o Arquivo Nacional possui o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação, comum a todos os órgãos e entidades.

Para os serviços que determinam a finalidade do órgão, considerados como atividades-fim, cabem aos respectivos órgãos e entidades a elaboração dos seus próprios instrumentos, e posterior encaminhamento ao Arquivo Nacional para aprovação, visto que a classificação e o ciclo documental não são sempre os mesmos para todas as instituições (ARQUIVO NACIONAL, 2021).

A Divisão de Saúde poderá adotar, para suas atividades-fim, o CCDA e a TTDDA criados recentemente pelos Hospitais Federais, Universitários, das Forças Armadas e dos Institutos Federais, devido à similaridade dos serviços prestados. Os instrumentos foram

desenvolvidos por meio de um Grupo de Trabalho (GT) do Arquivo Nacional instituído pela Portaria nº 19, de 25 de agosto de 2021, e consulta pública disponibilizada pelo Arquivo Nacional através do programa do governo, Participa + Brasil.

Os instrumentos de gestão documental foram construídos objetivando trabalhar adequadamente a documentação arquivística da área da saúde, proporcionar maior facilidade aos órgãos no que se refere à recuperação de informações, a eliminação de documentos de forma segura e também para assegurar a preservação da memória institucional (BRASIL, 2024).

Para a elaboração do Códigos de Classificação de Documentos consideraram-se as funções finalísticas, o levantamento da produção documental, o levantamento das fundamentações legais e estudos em diversos sites de hospitais universitários e da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH (BRASIL, 2024).

Por sua vez, para a elaboração da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo, fundamentaram-se nos critérios da legislação brasileira vigente, em normativas do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, dos Conselhos de Fiscalização Profissional ligados à área da saúde e a frequência de uso dos documentos, de modo a garantir o pleno funcionamento da atividade para qual foi produzido (BRASIL, 2024).

A mobilização dos referidos instrumentos vai de encontro à Política de Gestão de Documentos e Arquivos e o Sistema de Arquivos da Universidade Federal de Viçosa (Siarq-UFV), criada através da Resolução Consu nº 5, em maio de 2023. Por sua vez, as diretrizes previstas na política interna de gestão de documentos da UFV, devem cumprir-se nos diversos departamentos e divisões apoiadas ao assessoramento da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD da UFV, instituída pela Resolução Consu nº 14, de 16 de dezembro de 2022, ambas Resoluções seguem anexas a este documento.

Os diferentes setores da DSA possuem seus próprios arquivos, mas existe no órgão um arquivo principal que abriga, em uma pequena sala, documentos administrativos e históricos acumulados ao longo de décadas, armazenados juntamente a diversos prontuários médicos e odontológicos inativos, exames antigos, quadros com fotos de ex-servidores e usuários, entre outros, sem qualquer tipo de separação entre documentos permanentes e intermediários.

Por se tratar de uma instituição pública com recursos limitados, dois desafios se fazem presentes aos gestores, o primeiro é a aquisição de nova estrutura que comporte toda a documentação de forma adequada; o segundo é pessoal capacitado para realizar as atividades, desde a avaliação e classificação à higienização dos documentos. Entretanto, é essencial a

implementação de medidas que atendam as necessidades de acondicionamento, e critérios uniformes de organização, a fim de evitar a perda de documentos.

A preservação dos documentos permanentes é imprescindível para a manutenção e transmissão da história institucional e das memórias coletivas, entre as gerações. Os documentos expressam a cultura organizacional, registram os servidores que contribuíram para o desenvolvimento das atividades e de que forma o estabelecimento funcionou em diferentes épocas. Os prontuários, por sua vez, devem ser mantidos organizados e de fácil acesso, devido ao conteúdo de saúde pessoal dos pacientes, que podem requerer a cópia deles a qualquer momento. Tudo isso converge à transparência pública e à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que garante ao cidadão o acesso a informações das instituições públicas.

2. Objetivos

Geral:

Adotar técnicas de gestão documental a fim de contribuir com o fluxo dos documentos e organização do acervo físico do arquivo, assegurando sua preservação e facilitando o acesso às informações.

Específicos:

- Solicitar assessoramento à CPAD da UFV e capacitação de servidores e bolsistas para realização do processo.
- Criar um grupo de trabalho para realizar as atividades, com orientação e auxílio da CPAD da UFV;
- Realizar avaliação e classificação dos documentos, conforme o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade disponibilizados pelo Arquivo Nacional;
- Separar o arquivo intermediário do arquivo permanente;
- Organizar o acervo presente no Arquivo;
- Criar instrumento de localização e controle dos documentos.

3. Diagnóstico

Condições físicas do ambiente.

O arquivo localiza-se em uma sala, medindo 2,90m de largura e 3,40m de comprimento, a ventilação é proporcionada por pequena janela basculante, sem nenhuma proteção contra a radiação solar, dispõe de dois armários de madeira que encontram-se com as

gavetas emperradas e três estantes de aço, que acomodam prontuários médicos e odontológicos inativos, e também documentos administrativos como os Relatórios de gestão anuais, controle de frequência dos servidores, pastas de assentamento funcional dos ex-servidores, processos administrativos antigos, cadernos antigos de agendamento de consultas, entre outros. O edifício passa por dedetização a cada três meses, o que contribui para a não proliferação de animais no ambiente, porém não há rotina de limpeza no espaço. As fotos expostas revelam as condições em que se encontra o referido arquivo:







Fonte: Arquivo da autora.

Além dos prontuários presentes no arquivo, há ainda outros prontuários inativos aguardando espaço para transferência. As fotos abaixo exibem os armários que abrigam os prontuários ativos, localizados na recepção da DSA, as caixas azuis acima dos armários contêm os prontuários de pacientes que perderam o vínculo recentemente, e que precisam ser encaminhados ao arquivo intermediário:



Fonte: Arquivo da autora.

Tipos de documentos armazenados:

- Prontuários médicos e odontológicos;
- Exames antigos;
- Assentamento funcional de ex-servidores;
- Assentamento funcional de ex-colaboradores de empresas conveniadas;
- Controle de frequência dos servidores;
- Quadros de fotos;
- Cadernos de agendamentos de consultas;
- Relatórios de Gestão Anuais;
- Processos administrativos;
- Documentos referentes a projetos e convênios antigos;
- Catálogo de produtos;
- Legislação e normas de vigilância sanitária;
- Guia prático de vacinas;
- Relatórios de vacinas;
- Relatórios de atendimentos realizados em eventos da UFV;
- Catálogo de telefones;
- Livros e revistas do Ministérios da Saúde.

Métodos de organização existentes:

- Prontuários

Pediátricos: Separados em envelopes pardos, tamanho ofício, com o nome e matrícula do responsável e são organizados em sequência alfabética (cada envelope contém os prontuários de todos os dependentes com idade até 14 anos), os envelopes são armazenados em pastas de arquivo e caixas de papelão, dispostas em estantes de ferro;

Médicos e odontológicos: Separados em envelopes pardos, de acordo com a categoria de usuários (Estudantes, Servidores, Dependentes e Outros), organizados em ordem de matrícula; a categoria Outros é organizada em ordem alfabética, pois não possuem números de matrículas, são armazenados em armários de madeira e em caixas de papelão.

- Documentos Administrativos:

Alguns estão separados por ano em caixas de arquivo em papelão e em material de polionda.

- Demais documentos:

Não há métodos de separação e identificação.

Problemas identificados

- Acúmulo de poeira;
- Caixas de documentos amontoadas;
- Documentos duplicados;
- Documentos obsoletos, que já cumpriram o prazo de guarda;
- Materiais que não constituem documentos de arquivo;
- Caixas sem identificação;
- Sequências interrompidas e reiniciadas do mesmo conjunto documental;
- Gavetas dos armários emperradas.

4. Metodologia

4.1. Planejamento:

As indicações desta proposta de intervenção baseiam-se na política de Gestão de documentos e Arquivos da UFV, nos instrumentos de gestão documental disponibilizados pelo Arquivo Nacional, no manual *Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo*, e nas instruções de eliminação de documentos de arquivos sem valor permanente, elaborados pelo Conselho Nacional de Arquivos. Conforme o manual, a estrutura para preservação de acervos contempla seis princípios essenciais para assegurar a proteção adequada aos documentos, são eles:

- 1) Produção e acesso:
- 2) Áreas de armazenamento
- 3) Condições Ambientais
- 4) Acondicionamento
- 5) Manuseio e transporte
- 6) Segurança

A partir disso, a Divisão de Saúde deve:

- Solicitar orientação e assessoramento à CPAD da UFV no processo de gestão documental e organização do arquivo;
- Criar um grupo de trabalho para realizar as tarefas necessárias;
- Promover levantamento dos documentos produzidos e recebidos;
- Avaliar e classificar os documentos de acordo com o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade disponibilizadas pelo Arquivo Nacional;
- Eliminar os documentos sem valor permanente, que já cumpriram os prazos de guarda, a fim de liberar espaço aos documentos que aguardam para serem transferidos.
- Solicitar agilidade na criação e execução do projeto estrutural, que garanta condições seguras de acondicionamento conforme descrito no guia disponibilizado pelo CONARQ.
- Promover levantamento do acervo e realizar separação entre os arquivos intermediário e permanente;

4.2. Higienização:

A higienização dos documentos inclui a remoção de poeira e sujeiras, eliminação de cliques, grampos e outros materiais metálicos que possam oxidar. Esse procedimento é importante para prevenir a deterioração dos documentos, deve ser realizada por pessoal capacitado e é imprescindível a utilização de equipamento de proteção individual, como luvas e máscaras.

4.3. Acondicionamento:

Os documentos devem ser acondicionados em embalagens e mobiliários apropriados a cada suporte e formato, que promovam proteção contra poeira e danos acidentais, e sejam resistentes ao manuseio, ao peso e à pressão, caso precisem ser empilhados. Os materiais utilizados para guarda e proteção dos documentos devem ser mantidos em boas condições de conservação e limpeza.

4.4. Criação de Instrumentos de Controle:

- Elaboração de um inventário descritivo do acervo;
- Implantação de etiquetas de identificação uniformes;
- Criação de sistemas de codificação para facilitar a localização.

5. Conclusão

A Divisão de Saúde da Universidade Federal de Viçosa, é um legado do Serviço de Saúde criado pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária - ESAV, antes mesmo de sua fundação em 1926. A DSA possui um vasto patrimônio documental que reflete sua trajetória histórica, suas conquistas, o papel desempenhado no acolhimento e tratamento de saúde de alunos, servidores e familiares, bem como a sua contribuição e parceria ao serviço público de saúde do município.

A gestão e preservação documental do órgão, adotando as recomendações do Arquivo Nacional e do CONARQ, representam compromisso com a valorização deste serviço e com a memória institucional, garantindo que as informações, práticas e decisões que o moldaram estejam acessíveis às gerações futuras. Portanto, investir em práticas que assegurem a organização, conservação e acessibilidade do acervo documental da Divisão de Saúde é um ato de responsabilidade administrativa, cultural e histórica.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Conselho Nacional de Arquivos**. Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo/Conselho Nacional de Arquivos - Rio de Janeiro: O Conselho. 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/recomendaes_para_a_produo.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Recomendações para elaboração da listagem de eliminação de documentos de arquivo pelos órgãos e entidades do poder executivo federal**. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/Recomendacao_LED_2020_03_24.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014**. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-40-de-9-de-dezembro-de-2014-alterada>. Acesso em: 08 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 10 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, relativos às atividades-fim dos hospitais federais,

universitários, das Forças Armadas e dos institutos federais. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/gestao-de-documentos/orientacao-tecnica-1/codigo-de-classificacao-e-tabela-de-temporalidade-e-destinacao-de-documentos-de-arquivo/HSP_CCD_TTD_Final.pdf. Acesso em: 08 jan. 2024.

UFV. Conselho Universitário. **Resolução Consu nº 14, de 16 de dezembro de 2022.** Cria a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, no âmbito da Universidade Federal de Viçosa. Disponível em: <https://soc.ufv.br/wp-content/uploads/Resolucao-Consu-14-2022.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2024.

UFV. Conselho Universitário. **Resolução Consu nº 5, de 8 de abril de 2024.** Aprova o Regimento Interno da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Viçosa e dos órgãos a ela vinculados. Disponível em: [Resolucao-Consu-5-2024-corrigida.pdf \(ufv.br\)](#). Acesso em: 16 ago. 2024.